



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 186 - SÁBADO, 13 DE NOVEMBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)	4º SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)		
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT)		
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - César Borges - (PR-BA)	
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)	
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)	
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)	

LIDERANÇA

<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29</p> <p>Líder Vago (1)</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14)</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p>	<p>Maioria (PMDB/PP) - 18</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (13,15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9)</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 17</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 8 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Vago (18)</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Vago (18)</p>
<p>PDT - 6</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p>PSC - 1</p> <p>Líder Mão Santa - PSC</p>	
	<p>PV - 1</p> <p>Líder Marina Silva - PV</p>	

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010, tendo retornado ao exercício do mandato em 05.09.10.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.
- O Senador Neuto De Conto retornou ao exercício do mandato em 1.10.2010 (OF.INT.GSNC nº 40/2010).
- Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

EXPEDIENTE	
<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editorações e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – LEI PROMULGADA	
Lei nº 12.337, de 2010, que altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para modificar a divisão por níveis da Carreira de Diplomata, extingue cargos de Assistente de Chancelaria e autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado.....	50441
1.2 – RESOLUÇÕES	
Nºs 57 e 58, de 2010.	50443
1.3 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 39 a 42, de 2010.	50445
2 – ATA DA 182ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2010	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Parecer	
Nº 1.468, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007.....	50446
2.2.2 – Comunicação da Presidência	
Arquivamento definitivo das Propostas de Emenda à Constituição nºs 8 e 46, de 2003; e 2, de 2004.....	50449
2.2.3 – Recurso	
Nº 17, de 2010, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2008.....	50449
2.2.4 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2008.....	50450
Abertura do prazo para oferecimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2009. (Ofício nº 301/2010, de 10 do corrente)	50451
Abertura do prazo para oferecimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Substitutivo ao Projeto de	
Lei do Senado nº 477, de 2009. (Ofício nº 306/2010, de 10 do corrente)	50451
2.2.5 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União	
Nº 33, de 2010-CN (nº 1.098/2010, na origem), encaminhando o Relatório de Gestão daquele Tribunal, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria</i>	50451
Nº 2.017, de 2010, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.992, de 2010, Plenário, que trata da consolidação dos Levantamentos de Auditoria realizados por aquele Tribunal em 2010, com o objetivo de verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas e prestar informações ao Congresso Nacional, visando a subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2011, nos termos fixados pelo art. 97 da Lei nº 12.309, de 2010, de 9 de agosto último (LDO/2011).....	50456
2.2.6 – Discursos do Expediente	
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Destaque para a necessidade de o Legislativo aprovar, ainda este ano, os projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal, tais como: o que regulamenta o regime de partilha e o que cria o Fundo Social, e os avanços econômicos e sociais que essas proposições poderão representar para o Brasil.....	50457
SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Relato sobre as dificuldades verificadas no setor educação, principalmente no ensino público básico, defendendo a criação de um programa nacional de educação, sob responsabilidade do governo federal, com o objetivo de uniformizar o ensino fundamental brasileiro.....	50460
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Apelo ao Ministério Público de Roraima e à Polícia Federal para que agilizem as investigações sobre as denúncias de corrupção e fraudes no Estado de Roraima, assim como apurem os ilícitos que teriam sido praticados durante a última campanha eleitoral, pedindo a cassação do mandato do governador eleito.	50463
SENADOR MÃO SANTA – Considerações acerca da importância da Democracia para a huma-	

nidade. Críticas ao governo federal pelo veto aposto a matérias de interesse dos aposentados e pensionistas. Registro dos problemas de segurança pública existentes no País, apelando ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, para que coloque em pauta, para votação, proposição que equipara os vencimentos de policiais militares e bombeiros de todo o país aos do Distrito Federal..... 50468

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÕES DE ATA ANTERIOR

Ata da 173ª Sessão Não Deliberativa, em 29 de outubro de 2010 e publicada no **Diário do Senado Federal nº 178**, do dia subsequente..... 50475

4 – ATAS

4.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – PEDOFILIA

Ata da 72ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2010..... 50477

Ata da 73ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2010..... 50478

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 12.337, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010

Altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para modificar a divisão por níveis da Carreira de Diplomata, extingue cargos de Assistente de Chancelaria e autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 493, de 2010, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam transformados 45 (quarenta e cinco) cargos de Assistente de Chancelaria em 8 (oito) cargos de Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata.

Art. 2º O [Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006](#), passa a vigorar na forma do [Anexo I desta Lei](#).

Art. 3º Ficam os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de janeiro de 2011, os contratos por tempo determinado para atender a

necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 29 de junho de 2010, firmados com fundamento na alínea h do inciso VI do [art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993](#), independentemente da limitação prevista no inciso III do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

§ 1º Os quantitativos de contratos passíveis de prorrogação e respectivos projetos de cooperação com organismos internacionais a que se acham vinculados são os relacionados no [Anexo II desta Lei](#).

§ 2º A autorização de que trata o caput é condicionada à declaração da autoridade competente pela prorrogação, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, da motivação da medida.

§ 3º Observado o prazo limite estabelecido no caput, a prorrogação não poderá ultrapassar a data limite de encerramento do projeto de cooperação.

Art. 4º Fica a Empresa Brasil de Comunicação – EBC autorizada a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de julho de 2011, os contratos por tempo determinado para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, vigentes em 29 de junho de 2010, firmados com fundamento nos [§§ 3º, 4º, 5º e 6º do art. 22 da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008](#), independentemente da limitação temporal prevista nos §§ 5º e 6º daquela Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de novembro de 2010. 189º da Independência e 122º da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ANEXO I

(Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006)

QUANTITATIVO DE CARGOS DO QUADRO ORDINÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA

DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS
Ministro de Primeira Classe	130
Ministro de Segunda Classe	169
Conselheiro	226
Primeiro-Secretário Segundo-Secretário Terceiro-Secretário	880
TOTAL	1.405

ANEXO II

ÓRGÃO/ENTIDADE	PROJETOS	QUANT.
Ministério do Meio Ambiente	- BRA OEA 00/002 - BRA/01/022 - BRA/00/022 - BRA/00/021 - BRA/00/020 - BRA/00/010	127
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	- PRODOC 914/BRA/3026 - UNESCO - PRODOC BRA 04/046 - PNUD - PRODOC BRA 04/028 - PNUD - PRODOC-UFT/BRA/064/BRA - FAO - PRODOC BRA 05/028 - PNUD	15
Ministério da Educação	- 914/BRA/03/004	4
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	- 914/BRA/1065 - PROMED - 914/BRA/1111 - FUNDESCOLA - BRA/03/032 - PROEP	91
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	- BRA 02/011 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL - BRA 01/037 - USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	39
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes	- BRA 00/009 - CONSERVAÇÃO E MANEJO DOS ECOSSISTEMAS BRASILEIROS - PROECOS	18
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	- BRA/04/049	7

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 2010

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Primeira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP) – II”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares norte-americanos);

V – *modalidade*: empréstimo do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na **Libor**;

VI – *prazo de desembolso*: 4 (quatro) anos, contado a partir da vigência do contrato;

VII – *amortização*: em 32 (trinta e duas) parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses após a data de assinatura do contrato, e a última, 20 (vinte) anos após essa data;

VIII – *juros*: exigidos semestralmente e calculados sobre o saldo devedor do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela taxa de juros **Libor** trimestral para dólar norte-americano, mais, ou menos, uma margem de custo relacionada às captações que

financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário baseado na **Libor**, mais o valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da **Libor**, mais a margem (**spread**) atual para empréstimos do capital ordinário;

IX – *comissão de crédito*: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

X – *despesas com inspeção e supervisão gerais*: até 1% (um por cento) do valor do empréstimo; atualmente essa taxa não está sendo cobrada;

XI – *amortização do saldo devedor em real*: fixada para cada desembolso, por meio de carta do BID, com base nas condições propostas pelo BNDES, podendo ser em parcelas mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou única (bullet) ao final do vencimento, desde que o prazo máximo de amortização não exceda 20 (vinte) anos a contar da assinatura do contrato e a vida média do empréstimo não seja superior a 12,25 anos.

XII – *juros aplicáveis aos saldos devedores em real*: definidos para cada desembolso, constante da Carta de Notificação de Conversão enviada pelo BID, em percentual previamente aceito pelo BNDES, e pagos juntamente com a amortização.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao BNDES na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. Previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, o Ministério da Fazenda comprovará o cumprimento das condições para o primeiro desembolso, conforme estipulado no contrato de empréstimo, e a adimplência do BNDES junto à União e às entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da publicação desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de novembro de 2010.– Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 58, DE 2010

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 495.000.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões de dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa Corporativo das Empresas de Distribuição da Eletrobrás e de Melhoria da Qualidade dos Serviços e de Redução das Perdas Elétricas”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), no valor de até US\$ 495.000.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Corporativo das Empresas de Distribuição da Eletrobrás e de Melhoria da Qualidade dos Serviços e de Redução de Perdas Elétricas”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

II – *valor do empréstimo*: até US\$ 495.000.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões de dólares norte-americanos);

III – *modalidade*: margem fixa;

IV – *amortização do saldo devedor*: 14 (quatorze) parcelas semestrais, sucessivas e, sempre que possível, iguais, pagas em 15 de março e em 15 de setembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de março de 2016 e a última em 15 de setembro de 2023, sendo que cada uma das 13 (treze) primeiras parcelas corresponderá a 7,14% (sete inteiros e quatorze centésimos por cento) do valor total do empréstimo e a última corresponderá a 7,18% (sete inteiros e dezoito centésimos por cento), não havendo amortização do empréstimo no ano de 2019;

V – *juros aplicáveis*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e

calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros **Libor** semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem (**spread**) a ser determinada pelo Bird na data de assinatura do contrato, sendo os juros fixados automaticamente após cada desembolso agregado de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos);

VI – *juros de mora*: até 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos em até 30 (trinta) dias após a data prevista para o seu pagamento;

VII – *comissão à vista*: até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos previstos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É facultado ao mutuário, com anuência por escrito do fiador, respeitadas as cláusulas contratuais pertinentes, solicitar ao Bird a conversão da taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, de fixa para flutuante, ou vice-versa, e da moeda de referência da operação de crédito, para o montante já desembolsado e para o montante a desembolsar.

§ 3º Para o exercício das opções referidas no § 2º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo Bird na sua realização.

Art. 3º O exercício da autorização a que se refere o caput do art. 1º é condicionado a que:

I – a Eletrobrás celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias por meio da indicação e da vinculação de suas receitas próprias depositadas em conta corrente, conforme autorizada por sua Diretoria Executiva por meio da Resolução nº 879, de 2010, e pela decisão DEL 205, de 2010, de seu Conselho de Administração;

II – previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verifique e ateste a adimplência da Eletrobrás quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, bem como o cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, constantes da minuta do contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de novembro de 2010.– Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2010**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 502, de 20 de setembro de 2010**, que “Dá nova redação às Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 12 de novembro de 2010.
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 40, DE 2010**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 503, de 22 de setembro de 2010**, que “Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 12 de novembro de 2010.
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 41, DE 2010**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 504, de 22 de setembro de 2010**, que “Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 12 de novembro de 2010.
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 42, DE 2010
ATO DECLARATÓRIO**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 492, de 29 de junho de 2010**, que “Acréscita dispositivo ao art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, abre prazo para os Municípios regularizarem os parcelamentos relativos a contribuições sociais previdenciárias, e institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 8 de novembro do corrente ano.

Congresso Nacional, 12 de novembro de 2010.
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 182ª Sessão, Não Deliberativa em 12 de novembro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e do Sr. Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 19 minutos e encerra-se às 11 horas e 12 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.468, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE sobre a Proposta de Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007, (nº 4.253/2008 naquela Casa), de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que suprime, desta proposição, o parágrafo único do art. 1º.

RELATORA: Senadora NÍURA DEMARCHI

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.

O projeto de lei, acolhido nesta Casa, foi submetido à revisão da Câmara dos Deputados, onde a Comissão de Educação e Cultura deliberou, em caráter conclusivo quanto ao mérito, por sua aprovação.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, por sua vez, parecer relativo à constitucionalidade e boa técnica legislativa da proposição. Aprovou, também, a emenda oferecida pelo relator, Deputado Fernando Coruja, que suprime o parágrafo único do art. 1º do projeto sob exame, uma vez que a data nele designada para evento futuro já havia transcorrido.

Seguindo a determinação do art. 65, parágrafo único, da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007, retornou à Casa de origem, sendo encaminhado a esta Comissão para decisão relativa à emenda recebida na Câmara dos Deputados.

II – ANÁLISE

A esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde foi examinada a proposição de origem, que versa sobre homenagem cívica, compete deliberar sobre a emenda aprovada na Câmara dos Deputados.

A delonga no trâmite do PLS nº 237, de 2007, nas duas Casas do Congresso Nacional, levou à extemporaneidade do parágrafo único de seu art. 1º, que determinava que “O disposto neste artigo [ou seja, a inscrição do nome de Anita Garibaldi no Livro dos Heróis da Pátria] dar-se-á em 4 de agosto de 2009 (...)”.

De tal sorte, ação prevista para a execução da lei passou a se situar em data necessariamente anterior à da vigência dessa lei, caracterizando sua injuridicidade.

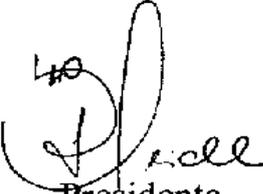
Diante desse fato, mostrou-se necessária a supressão do citado dispositivo pela emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, restituindo, assim, juridicidade à proposição originária desta Casa, cujo mérito foi unanimemente aprovado nas diversas instâncias.

Não há óbices relativos à constitucionalidade ou à técnica legislativa da emenda sob análise.

III – VOTO

Mediante o exposto, o voto é pela **aprovação** da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007.

Sala da Comissão, 09 de novembro de 2010.


, Presidente


, Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER À ECD Nº 237/07, NA REUNIÃO DE 09/11/2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Faide* Sen. FÁTIMA CLEIDE

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDEI SALVATTI <i>Ideli</i>	1- (VAGO)
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI	6- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
(VAGO)	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
(VAGO)	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- (VAGO)

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

NÍURA DEMARCHI <i>Níura Demarchi</i>	1- GILBERTO GOELLNER
RELATORA:	2- KÁTIA ABREU
MARCO MACIEL	3- JAYME CAMPOS
ROSALBA CIARLINI	4- EFRAIM MORAIS
HERÁCLITO FORTES	5- ELISEU RESENDE <i>Eliseu Resende</i>
JOÃO FAUSTINO	6- MARIA DO CARMO ALVES
ADELMIR SANTANA	7- CÍCERO LUCENA
ALVARO DIAS	8- MARCONI PERILLO
FLÁVIO ARNS	9- PAPALÉO PAES
EDUARDO AZEREDO	10- SÉRGIO GUERRA
MARISA SERRANO <i>Marisa Serrano</i>	

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	1- JOÃO VICENTE CLAUDINO
(VAGO)	2- MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>	1- JEFFERSON PRAIA
--	--------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
TÍTULO IV
 Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
 DO PODER LEGISLATIVO

.....
Seção VIII
 DO PROCESSO LEGISLATIVO

.....
Subseção III
 Das Leis

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo das seguintes matérias:

- **Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2003**, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Octávio, que *aperfeiçoa o Sistema Tributário Nacional e o financiamento da Seguridade Social, estabelece normas de transição e dá outras providências*;
- **Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2003**, tendo como primeira signatária a Senadora Ana Júlia Carepa, que *altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências*; e
- **Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2004**, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *altera os arts. 102 e 105 e acrescenta parágrafo ao art. 111 da Constituição Federal, para restringir a utilização dos recursos extraordinário, especial e de revista*.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 17, de 2010**, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a trami-

tação do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2008 (nº 7.356/2006, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o aviso de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação*.

É o seguinte o Recurso:

RECURSO Nº 17, DE 2010

PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO 157, DE 2008
 (Do Deputado Geraldo Resende)

Acrescenta dispositivo à Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o envio de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 254, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, venho apresentar Recurso ao Plenário, da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJC desta casa, que rejeitou o Projeto de Lei da Câmara no 157/2008, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Geraldo Resende, contrariando parecer do Excelentíssimo Relator, Senador Eliseu Resende.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2010,
 – Senador **Delcídio Amaral**.

Justificação

O Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2008, de autoria do nobre Deputado Geraldo Resende, determina aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, que enviem via postal, com trinta dias de antecedência, aviso de vencimento da validade da Carteira Nacional de Habilitação a todos os condutores cadastrados no RENACH, com endereço na Respectiva Unidade da Federação.

A Proposta tramitou na Casa de origem sob o nº 7.356/2006, onde foi analisada pela Comissão de Viação e Transportes, recebendo parecer unânime pela aprovação e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde também recebeu parecer unânime, pela Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Trazida à análise desta casa, a proposta foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJC, sendo designado como Relator o nobre Senador Eliseu Resende, que apresentou relatório favorável, proferindo parecer pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da matéria, enaltecendo a iniciativa do nobre deputado autor.

Em reunião da Comissão, realizada no último dia 3 de novembro, o nobre Senador Demóstenes Torres avocou a relatoria do Projeto, em substituição ao também nobre Senador Eliseu Resende, reformulando o relatório e apresentado parecer contrário à matéria, sob o argumento de que a emissão de aviso geraria despesas ao Erário, para avisar ao cidadão de algo que ele deve estar sabendo. O Relatório foi então aprovado pela CCJC.

Com todas as venhas, tomo a liberdade de discordar do nobre Senador Demóstenes Torres, para apoiar o relatório do Senador Eliseu Resende.

Com as facilidades trazidas pela informática, a emissão de uma simples correspondência poderia perfeitamente ser feita sem maiores contratempos aos órgãos de trânsito.

Além disso, os custos para a emissão de tal correspondência seriam irrisórios à administração pública, ao tempo que evitaria enormes transtornos ao cidadão que, muitas vezes por esquecimento, é submetido a elevadas multas, além de ter recolhido o documento de habilitação e ter o veículo retido, visto que o fato constitui infração de trânsito gravíssima.

Quanto à obrigação do cidadão em controlar a validade da sua Carteira Nacional de Habilitação, concordo com o Senador Demóstenes Torres, por outro lado, não acredito que a grande maioria dos cidadãos brasileiros que perdem o prazo de renovação, ande

com a carteira vencida por opção, e sim por esquecimento.

Acredito, como o autor da proposta, Deputado Geraldo Resende, que o longo prazo de validade da carteira nacional de habilitação, aliado ao ritmo acelerado da vida moderna contribuam em muito para isso, o que poderia ser resolvido em grande parte pela emissão do aviso proposta pelo nobre deputado.

Ante ao exposto, manifesto minha posição contrária ao parecer do Senador Demóstenes Torres, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dando total apoio ao parecer vencido, apresentado pelo Senador Elizeu Rezende, motivo pelo qual apresento o presente recurso, esperando contar com o apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2010 – Senador **Delcídio Amaral**.

RECURSO ao Plenário, da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJC desta casa, que rejeitou o Projeto de Lei da Câmara no 157/2008, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Geraldo Resende, contrariando parecer do Excelentíssimo Relator, Senador Eliseu Rezende. – Senador **Eliseu Rezende** – Senador **Magno Malta** – Senador **Neuto de Conto** – Senador **Renato Casagrande** – Senador **Cristovam Buarque** – Senador **Inácio Arruda** – Senador **Gerson Camata** – Senador **Valter Pereira**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, e, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 301, DE 2010**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2009.

É o seguinte o ofício:

OFÍCIO Nº 301/10-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 10 de novembro de 2010

Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2009, de autoria do Deputado Vic Pires Franco, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (obriga as concessionárias de serviço aéreo a divulgar

nota oficial, em 90 dias após a ocorrência de acidente aéreo com vítimas)”.
A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com referência ao ofício lido, a Presidência comunica ao Plenário que à matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 306, DE 2010**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2009.

É o seguinte o ofício:

OFÍCIO Nº 306/2010-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 10 de novembro de 2010

Assunto: Turno Suplementar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado no 477, de 2009, de autoria do Senador Gerson Camata, que “Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com referência ao ofício lido, a Presidência comunica ao Plenário que à matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da dis-

cusção, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Aviso nº 33, de 2010-CN** (Aviso nº 1098-GP/TCU/2010, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal daquele Tribunal, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010.

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 12-11-2010

até 17/11 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

até 2/12 prazo para apresentação de relatório;

até 9/12 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

até 16/12 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no **Diário do Senado Federal** de 13 de novembro do corrente.

O Aviso será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 33, DE 2010-CN

Aviso no 1.098-GP/TCU

Brasília, 8 de novembro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao art. 122 da Lei no 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c o art. 5o, inciso I, da Lei no 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 1o quadrimestre do exercício de 2010, publicado no Diário Oficial da União no 101, de 28-5-2010, Seção I, página 212.

Respeitosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

PORTARIA-TCU Nº 146, DE 26 DE MAIO DE 2010.

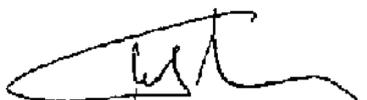
Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2010, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



UBIRATAN AGUIAR

ANEXO
UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2009 A ABRIL/2010

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ⁽¹⁾		
	Maio/2009 a Abr/2010		
	Liquidadas	RP não Processadas ⁽²⁾	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.139.756	55.075	1.194.831
Pessoal Ativo	693.025	49.283	742.308
Pessoal Inativo e Pensionistas	446.731	5.792	452.523
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	275.546	0	275.546
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	75.563	0	75.563
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁽³⁾	199.983	0	199.983
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0	0	0
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP III=(I - II)	864.210	55.075	919.285
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	468.699.862		
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV)] x 100	0,1961%		
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4388%	2.015.409		
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%	1.914.639		

Fonte: Siasf Gerencial, Siasf 2009 e 2010, Portaria nº 287, de 19 de Maio de 2010 (RCL)

Notas: 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados correspondem às fontes de recursos 56 e 69;

3 - Valores inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2009.

Fernando Luiz Souza da Eira
 Secretário-Geral de Administração

Eduardo Dualibe Murici
 Secretário de Controle Interno

Ary Fernando Beirão
 Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade



PORTARIA Nº 146, DE 26 DE MAIO DE 2010

Approva o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2010, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UBIRATAN AGUIAR

ANEXO
UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL e DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2009 a ABRIL/2010

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS ⁽¹⁾		R\$ Milhares
			Maio/2009	Abril/2010	
			RP não Processadas ⁽²⁾	RP não Processadas ⁽²⁾	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		1.139.756	55.075	55.075	1.144.831
Pessoal Ativo		693.023	49.283	49.283	742.708
Pessoal Inativo e Pensionistas		446.731	5.792	5.792	432.933
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 38, § 1º da LRF)		0	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)		275.546	0	0	275.546
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial		0	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores		75.563	0	0	75.563
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁽³⁾		199.983	0	0	199.983
Convocação Extraordinária (artigo II, § 6º, art. 27 da CF)		0	0	0	0
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (I - II)		864.210	55.075	55.075	819.235
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			466.899,662		
% de TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre = RCL (V) *			0,19619%		
(III) L (R\$) x 100					
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 38 da LRF) = R\$ 4300%			3.016.409		
LIMITE PROCENTUAL (art. 38, inciso II, art. 32 da LRF) = 9,40853%			1.314.639		

Fonte: Sisti Gerencial - Sisti 2009 e 2010, Portaria nº 287, de 19 de Maio de 2010 (RCL)

Nota:

- 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas serão apresentadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 59 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas ao encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados correspondem às fontes de recursos 56 e 09;
- 3 - Valores inscritos em restos a pagar não processados em 11/12/2009.

FERNANDO LUIZ SOUZA DA EIRA
Secretário-Geral de Administração

EDUARDO DUAILIBE MURICI
Secretário de Controle Interno

ARY FERNANDO BEIRÃO
Secretária de Organização, Finanças e Contabilidade

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 18/2010 (ORDINÁRIA PÚBLICA)
Sessão de 1º de junho de 2010, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação aos de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO
- TC-001.574/2001-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro de Sousa Guimarães (658.114.961-68) e outros
Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho - JT
Advogado constituído nos autos: não há
- TC-004.770/2009-5
Natureza: Representação
Apense: TC 009.416/2009-2 (SOLICITAÇÃO)
Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de Cacoal-MPE/RO
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cacoal - RO
Advogado constituído nos autos: não há.

- TC-005.705/2010-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ada Fátima Scanavino (064.904.251-00) e outros
Órgão/Entidade: Gerência Regional de Administração de Pessoal no Distrito Federal - SRH/MP
Advogado constituído nos autos: não há.
- TC-007.866/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Marlene de Oliveira Mattos de Pádua (455.646.559-15)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Orizeteira - PR
Advogado constituído nos autos: Sérgio Rodrigo de Pádua, OAB/PR 43.161
- TC-007.712/2010-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Julia Martinez Rendas Junior (030.218.704-90)
Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.
- TC-007.745/2010-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniella Virginia Gomes (031.313.406-57) e outros
Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

- TC-009.545/2010-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Meire da Cruz Fernandes (287.891.403-59) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.
- TC-009.577/2009-8
Natureza: Representação
Interessado: 1ª Promotoria de Justiça de Cacoal - MPE/RO
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza - RO
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RO (SE-CEX-RO)
Advogado constituído nos autos: não há.
- TC-011.845/2010-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Heldeir Viana Pereira (009.774.462-59) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.
- TC-011.875/2010-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ewerton Gomes de Deus (011.477.651-20)
Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Advogado constituído nos autos: não há.
- TC-012.235/2010-5
Natureza: Representação
Interessado: Xioner Indústria e Comércio Ltda. (05.269.134/0001-26)
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:
(...)
II – as despesas nele legalmente empenhadas.
(...)

Art. 63. A Liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:
I – a origem e o objeto do que se deve pagar;
II – a importância exata a pagar;
III – a que se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:
I – o contrato, ajuste ou acordo respectivo;
II – a nota de empenho;
III – os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

(...)
§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

I – pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente – Presidente da República;

II – pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas

do Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I – União: 50% (cinquenta por cento);
- II – Estados: 60% (sessenta por cento);
- III – Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II – relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V – com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

VI – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

da arrecadação de contribuições dos seguros;

da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

.....
Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I – na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar;

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II – na esfera estadual;

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III – na esfera municipal:

6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

.....
Art. 55. O relatório conterá:

I – comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receitas;

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II – indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III – demonstrativo, no último quadrimestre:

do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

da inscrição em restos a pagar, das despesas:

Liquidadas;

Empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

Empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo das disponibilidades de caixa;

Não inscritas, por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

Do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea **b** do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV, do art. 54, conterá apenas as informações relativas a alínea **a** do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

.....
(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Aviso no 2017-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2992/2010-TCU-Plenário, que trata da consolidação dos Levantamentos de Auditoria realizados por aquele Tribunal em 2010, com o objetivo de verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas e prestar informações ao Congresso Nacional, visando a subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2011, nos termos fixados pelo art. 97 da Lei nº 12.309/2010, de 09/08/2010 (LDO/2011).

Acompanham o Aviso quatro volumes e três CDs.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 2.017-SESES-TCU-PLENÁRIO

Brasília-DF, 9 de novembro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília-DF

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo

no TC 027.472/2009-4, pelo Plenário desta Corte na Sessão Extraordinária de 9-11-2010, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam bem como das informações constante dos Anexos 1 a 5.

Respeitosamente, **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a fim de ser juntado ao processado do Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Como primeira inscrita desta sessão, para que eu faça uso da palavra, convido o Senador Mozarildo Cavalcanti para que a presida.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra, portanto, como primeira oradora, a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhores e senhoras que nos veem e que nos ouvem, mais uma vez vamos falar sobre essa riqueza com que o nosso País foi e está sendo abençoado, que o pré-sal.

Vou tratar, senhores e senhoras, ainda que parcialmente, mais uma vez, do pré-sal, e mais especificamente do Fundo Social, matéria que tramita na Câmara dos Deputados e de cuja aprovação precisamos dar conta ainda este ano. Felizmente, li que este também é o pensamento do Presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, meu companheiro petista do Rio Grande do Sul, que neste dia 10, quinta-feira, afirmou que são duas as prioridades de votação no Congresso até o fim do ano. Uma delas é o Orçamento Geral da União para 2011 e a outra prioridade são os projetos que tratam do pré-sal. São duas matérias importantíssimas, e precisamos acelerar suas aprovações.

O pré-sal, esse verdadeiro bilhete premiado, é o passaporte para um futuro promissor que queremos de mais prosperidade, principalmente para as futuras gerações do nosso País. Estamos, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, diante de uma riqueza fantástica, que surpreendeu o restante do planeta. Vejam que os reservatórios brasileiros nesta camada estão

a aproximadamente 7 mil metros de profundidade, em uma faixa que se estende por cerca de 800 quilômetros entre o Espírito Santo e Santa Catarina. É sobre essa riqueza que deveremos nos dedicar com muito afinco, a qual precisamos avaliar muito bem.

Destaco, senhoras e senhores, alguns aspectos que considero os mais relevantes.

Diante das descobertas do pré-sal, dentre os aspectos a serem avaliados pelo Estado brasileiro para formulação do novo marco regulatório estão a extensão do controle da produção que se deseja implantar e os meios necessários para se atingir os objetivos pretendidos com esse controle. No Brasil, o propósito de tal controle seria o de viabilizar o mais eficiente aproveitamento dos recursos energéticos nacionais, bem como o atendimento do interesse nacional no que se refere ao suprimento do mercado interno e preservação dos recursos estratégicos.

Um outro aspecto é que precisamos nos preparar para o que virá como desafio, pois, no futuro, a depender dos volumes de petróleo que venham a ser disponibilizados para exportação, a formação e controle de preços poderão vir a fazer parte do propósito de controle da produção pelo Estado brasileiro.

É certo que sobre essa matéria do pré-sal já caminhamos bem e, tenho a impressão, no caminho certo. Basta destacar que, dos quatro projetos que compõem o marco regulatório do pré-sal, dois já foram aprovados no Senado Federal e na Câmara (o da Capitalização e o que cria a empresa Pré-Sal Petróleo S.A.) e já viraram lei. Mas o que julgo mais importante, aquele que poderá lançar os benefícios dessa riqueza a toda a Nação brasileira e seu povo, ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados. É o do Fundo Social, aquele que define, dentre outros temas, o modelo de partilha.

Acertadamente, nossa Presidenta eleita, Dilma Rousseff, assegurou, ainda durante a campanha, que os blocos de petróleo que estão na camada do pré-sal só serão licitados após aprovação pelo Congresso Nacional do modelo de partilha de produção. Penso, Sr. Presidente, que este é o caminho certo.

Substituta do atual modelo de concessão, a proposta de partilha prevê que a União receberá parte do petróleo que for explorado ainda que a Petrobras seja a única operadora, tendo participação mínima de 30% nos consórcios que ganharem o direito de exploração dos campos.

A Presidenta Dilma Rousseff entende – eu também entendo assim – que o mais importante projeto que compõe o pré-sal é o do modelo de partilha. E, convenhamos, nossa Presidenta tem toda autoridade para fazer essa defesa, pois como Ministra-Chefe da

Casa Civil participou da elaboração de cada artigo das leis do pré-sal e, com mais dedicação ainda, do fundo social.

O fundo social, senhores e senhoras, tem por objetivo a constituição de uma poupança pública de longo prazo, o oferecimento de fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, com a finalidade de evitar a chamada “doença holandesa” e a “maldição dos recursos”, ou seja, que o nosso petróleo seja uma riqueza de todos os brasileiros e brasileiras e que possa colocar nosso País com uma economia forte e sustentável, com distribuição de renda, boa educação, pleno emprego. É isso o que prevê o fundo social, construído por Dilma e Lula.

O texto da lei demonstra essa preocupação de nosso Governo com a utilização do pré-sal para alavancar o desenvolvimento social de nosso País. Quero destacar aqui o art. 47, que cria o Fundo Social.

Art. 47. É criado o Fundo Social (FS), de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento:

- I – da educação;
- II – da cultura;
- III – do esporte;
- IV – da saúde pública;
- V – da previdência;
- VI – da ciência e tecnologia;
- VII – do meio ambiente;

VIII – de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. [item, aliás, sobre o qual discorri ontem, em discurso, nesta tribuna, de forma até bastante longa.]

§ 1º – Os programas e projetos de que trata o caput observarão o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

§ 2º – Do total da receita auferida pelo Fundo de que trata o caput, 50% devem ser aplicados em programas direcionados ao desenvolvimento da educação pública básica e superior, sendo o mínimo de 80% destinado à educação básica e infantil.

Senhoras e senhores, a educação, que sempre foi considerada uma área complicada, muitas vezes até esquecida, que recebe poucos recursos, recursos insuficientes, agora terá aportes vultosos, principal-

mente na educação básica, construindo a base para o fortalecimento do ensino superior.

O pré-sal, como demonstra o art. 47, não significará apenas desenvolvimento econômico. Finalmente, o capital será colocado a favor do desenvolvimento social.

Essa é a marca de um Governo com forte compromisso com o desenvolvimento social, com a nossa gente, com o povo brasileiro e que continuará a ter esse foco pelos próximos quatro anos, com certeza.

Por conseguinte...

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senadora Serys, V. Ex^a poderia me conceder um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Um aparte ao Senador Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Ouço com atenção o pronunciamento de V. Ex^a, que traz à tona um tema que tem requerido forte atenção de muitas instituições públicas brasileiras, de muitas instituições privadas, despertado o interesse da própria população e despertado o interesse desta Casa, do Congresso Nacional. Se o pré-sal é isso tudo que imaginamos ser, ou seja, um recurso natural imensurável, se o pré-sal é aquilo que todos esperamos dele, algo que vai ampliar sobremodo as receitas nacionais, e se o pré-sal vai produzir os efeitos que a população anseia, espera e necessita, que cada cidadão possa efetivamente usufruir dos benefícios que esse recurso natural tão forte e tão rico trará à Nação brasileira, porque nós sabemos que há outros países detentores de reservas imensas de petróleo e, no entanto, seu estágio de desenvolvimento é sofrível e a condição de vida da sua população também é de intensa penúria. O que esperamos – e isso tem promovido debates como o que V. Ex^a agora estimula – é que o povo brasileiro, através da sua representação mais legítima, que é o Congresso Nacional, possa efetivamente discutir, participar de como será não somente o prospectado, mas, sobretudo, como será utilizado esse recurso de modo que possa trazer um benefício maior ao anônimo, ao desempregado, ao operário, àquele que ainda luta ainda para conseguir construir sua casa, a casa própria para abrigar seus familiares. É de se esperar que seja, realmente, uma riqueza nacional, que possa produzir resultados nacionais, democráticos, com a participação de todos. Tenho segurança de que a discussão que V. Ex^a traz é importante, e esta Casa haverá de continuar discutindo de modo a buscar a melhor solução esperada pelo povo brasileiro.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Quintanilha. As referências que o senhor faz são realmente fundamentais. Como o senhor reforçou, e eu também já havia colocado de

forma rápida, o importante dessa riqueza toda é que ela seja partilhada por todos os brasileiros, especialmente por aqueles mais despossuídos, que precisam de casa, de saneamento básico, de educação de qualidade, de saúde pública e tudo mais.

Como eu mesma já falei aqui, e vou até repetir, o art. 47 do Fundo Social coloca com bastante clareza o porquê desse fundo. Mas, além da lei, como o senhor também colocou muito bem, é um papel nosso, e nós já aprovamos parte, como, por exemplo, a capitalização. Dois projetos foram aprovados, e temos ainda mais dois, especialmente com relação à importância que tem a aprovação do Fundo Social – e espero que isso aconteça ainda este ano. Mas esse artigo do Fundo Social traz em seu bojo a finalidade desse fundo, que é a de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza.

Quer dizer, bem dentro da sua colocação, fazer com que a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras melhore, que haja casa, que haja trabalho, que haja distribuição de renda. E aí estão elencados todos aqueles aspectos que devem ser priorizados com esse recurso do Fundo: educação, cultura, esporte, saúde, previdência, ciência e tecnologia, meio ambiente e mitigação e adaptação às mudanças climáticas, especialmente na parte de educação. Quer dizer, do total da receita auferida pelo Fundo, 50% devem ir para educação, devem ser aplicados em programas direcionados ao desenvolvimento da educação pública básica e superior, sendo, no mínimo, 80% destinados à educação básica e infantil.

Senador Quintanilha, Senador Mozarildo, que preside esta sessão, como políticos, estamos sempre ouvindo, fazendo discursos, falando, nos interessando, lutando e buscando no sentido de que a educação avance, a fim de preparar nossas crianças, nossos jovens e adultos. Eu diria que o estímulo que o Governo Lula vem dando à educação infantil, às creches de educação infantil, em termos de fazer com que nossas crianças, desde tenra idade, desde muito pequeninas, tenham esse apoio na sua formação, na sua condição de vida, é muito importante. Sabemos que os recursos são poucos. Por isso acreditamos que, com o Fundo Social advindo do pré-sal, essa questão realmente vai dar um salto de qualidade ímpar na vida dos brasileiros e brasileiras na história do Brasil.

Inclusive, a nossa Presidenta Dilma Rousseff, em campanha, falou muito da criação de seis mil creches no Brasil. Alguns diziam: “Mas já existem muitas creches!”. Não existem não. São poucas as creches. E não só são poucas como a qualidade daquelas existentes precisa melhorar mais e mais. Precisa de pessoal bem

preparado, com condições de trabalho, o preparo da própria creche, a estrutura dela como um todo, para receber nossas crianças, para que nossas crianças realmente sejam muito protegidas e bem cuidadas durante o tempo em que estiverem nas creches.

Como 80% desses recursos irão para a educação básica, repito o aquilo que eu não me canso de falar: eu estou Senadora, mas sou professora. Vinte e seis anos em sala de aula em uma universidade federal – eu sempre fui professora em escola pública – é tempo de serviço. O processo de ensino/aprendizagem é um vai e volta: você ensina, mas você aprende o tempo inteiro também. Isso nos leva ao entendimento da importância da educação de qualidade.

E o que é essa educação de qualidade de que falamos tanto? Educação, para ser de qualidade, precisa realmente de ter condições que vão do preparo de nossos profissionais, condições dignas de trabalho – aí entra a questão salarial e outras tantas –, democratização do processo das relações de poder dentro da educação, o que é muito importante também para o aprofundamento do processo democrático, e, principalmente, o que se está ensinando, como e para quê.

Ensinar que um mais um são dois é importante, Senador Quintanilha. É importante sim. Mas a favor de quem e contra quem trabalham a soma, a multiplicação, a divisão e a subtração? Ou seja, é necessário fazer com que aqueles que estão na escola realmente sejam aprendizes para a transformação, não para a mesmice, não para a manutenção do que está colocado, do que está posto.

Às vezes, o que está colocado, o que está posto é muito bom. Tudo bem, mas muitas vezes deixa muito a desejar, principalmente para os mais despossuídos da nossa sociedade. E, ao acontecer isso, é preciso que a nossa escola mostre àquele que está frequentando que ele precisa conhecer o que está no seu entorno, que ele precisa compreender o que está no seu entorno, porque só quem conhece e compreende é capaz de transformar. Se ele simplesmente for passando por aquilo ali como manutenção de um estado de coisas, não vai alterar muito a sua vida. Agora, se ele tiver realmente o entendimento de que pode ser um agente transformador daquilo, vai mudar. Mas para ser o agente transformador daquele contexto, ser alguém que contribui como agente transformador daquele contexto, ele precisa compreender aquele contexto e saber o papel que pode desempenhar para transformar, porque cada um de nós tem um papel, pode contribuir e deve contribuir para a transformação da sociedade, do processo democrático, da melhoria da qualidade de vida, da distribuição da renda, da conquista de trabalho, da conquista de melhores condições de vida.

Por isso, alegra-me muito este momento em que estamos discutindo, pelo menos começando a discussão – já foi bastante acalorada em outros aspectos – do Fundo Social, que estará chegando, com certeza, nos próximos dias, aqui, ao Senado. Espero que saia logo da Câmara, para que possa ser aprovado ainda este ano.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Leomar Quintanilha, do PMDB de Tocantins.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; eminente Senadora Serys Slhessarenko, que a nos traz um alento e uma esperança ao discorrer sobre a expectativa gerada pelo povo brasileiro sobre o aproveitamento desse extraordinário recurso natural que é o pré-sal. Traz um alento quando aponta que um dos benefícios que o pré-sal trará para a população brasileira será o aprimoramento da sua educação. V. Ex^a menciona, com muita propriedade, educadora que é, a grande expectativa que o País tem a respeito do aprimoramento da sua educação. E é sobre educação que venho falar neste momento, desta tribuna, de modo que ouvia atentamente as ponderações discorridas por V. Ex^a.

Já tive a oportunidade ímpar de assumir uma responsabilidade muito grande com relação à educação do meu Estado, o mais novo Estado da Federação, criado há pouco mais de vinte anos pela determinação e força de um povo, cuja vontade foi capitaneada pelo então Deputado Siqueira Campos, que implantou o Estado, que o governou por três vezes, com sapiência, com firmeza e com segurança, e que, agora, pela vontade do povo, volta novamente a conduzir os destinos do Tocantins.

Foi no seu primeiro Governo, na instalação do Estado, que tive a honra de assumir a pasta da educação. E foi, confesso, com uma surpresa muito grande que deparei com a realidade perversa, brutal, que existia com as populações das regiões mais remotas, das regiões mais pobres, como era o caso da região norte de Goiás, há pouco mais de vinte anos, e que se transformou, por força da Assembleia Nacional Constituinte, no mais novo Estado da Federação.

De lá para cá, muitas coisas aconteceram; de lá para cá, o Tocantins experimentou uma transformação muito forte, avançou muito, inclusive, na área da educação. Mas nós encontramos uma situação que deixa muito a desejar, não só no Tocantins como em outras Regiões do Brasil: não conseguimos ainda oferecer, na universalização do atendimento, uma condição mi-

nimamente adequada às nossas crianças de frequentarem a escola.

Vi uma matéria, publicada recentemente num jornal de renome nacional, não sei se por meio da emissora da Rede Globo, que destacava a situação de uma escola municipal no interior, cujas instalações agridem a dignidade humana. Era uma escola cujas paredes eram de taipa, palha, a cobertura também, o piso de chão batido, sem portas, aberta, sem nenhuma instalação hidráulica, sanitária. As crianças satisfazendo suas necessidades fisiológicas num matinho, no fundo da escola. Dentro da sala de aula, as crianças, acoradas ou sentadas no chão, ou escoradas na parede, escrevendo no colo, revelavam uma realidade extremamente perversa em pleno século XXI.

Não bastasse essa matéria divulgada pela imprensa nacional, uma outra chamou a atenção, já no meu Estado do Tocantins: uma escola, também do interior, que praticamente dividia as suas instalações com um bar. Também com instalações precaríssimas, mas vizinho à escola funcionava um bar, a que os trabalhadores rurais acorriam para se regalarem com a bebida ou com alguma coisa, em total dissonância com o que se propõe para a educação nacional.

E vejam que o Brasil, que caminha a passos céleres para se transformar numa das mais importantes potências econômicas mundiais, com uma bela extensão territorial, com muitos recursos naturais, com um considerável desenvolvimento econômico, ainda não conseguiu superar esta que é talvez uma das mais importantes e maiores dificuldades, a de dar educação adequada a sua gente, a seu povo.

Agora, há pouco, tive uma experiência, novamente, no meu Estado, no Estado de Tocantins, como Secretário da Educação. Foi uma passagem rápida, e vi que ali evoluiu muito em termos de estrutura. Mesmo as instalações físicas, em relação às quais não se consegue a uniformidade – há algumas escolas modernas, bem implantadas, mas outras, arcaicas, remendadas, precárias –, demonstram as dificuldades financeiras do Estado em melhor aparelhar o seu sistema educacional.

Agora, se compararmos a condição que o Estado tem com as condições das prefeituras, veremos que, principalmente aqueles Municípios que, na sua maioria, vivem em função do Fundo de Participação, as receitas – e não podemos debitar apenas a uma gestão ineficaz – são insuficientes para que o gestor atenda às demandas básicas, mínimas da população, sobretudo educação e saúde, os dois segmentos em que a grita é maior, mais contundente, mais viva, mais latente na população. Esta não se conforma com o atendimento precário da saúde e na educação de seus filhos.

Vi o Estado fazendo um esforço muito grande na valorização do profissional, procurando dar ao profissional uma melhoria salarial compatível com a importância da sua atividade. O Estado acabou levando o piso salarial do professor ao terceiro melhor piso salarial nacional. E que ainda é pouco, está longe do desejado, está longe da compatibilização com a importância que representa para a família, para a sociedade, para as futuras gerações, para o futuro do País a educação nacional.

Então, quando você compara as condições que o Estado tem àquelas que as Prefeituras têm, aí você verifica que não conseguiremos avançar, não conseguiremos melhorar a condição, a qualidade do serviço de educação oferecido pelo Estado brasileiro, nas suas diferentes esferas de representação, à sociedade brasileira.

O salário pago pelos Municípios, a maioria delas mal consegue superar o salário mínimo, e só o faz porque é exigido por lei. E também o Município não consegue pagar mais. Imagine outros investimentos que precisam ser feitos e que alguns Estados até têm condições – e estão fazendo –, como é o caso do Tocantins, mas os Municípios, na sua grande maioria, não têm nenhuma condição de acompanhar.

Então, é preciso que o Brasil reexamine, reanalise as suas prioridades, entendendo que a educação precisa de um plano nacional básico, porque o ensino básico, do Oiapoque ao Chuí, do Leste ao Oeste, tem que ter um eixo igual. O que é ensinado no norte, no sul, no leste e no oeste, nas melhores e nas mais pobres e nas mais fracas escolas tem que ter o mesmo conteúdo. Ainda que respeitemos as peculiaridades regionais, o eixo básico não pode ser alterado, porque as nossas crianças não podem ser discriminadas por nascerem em um Estado mais pobre, em um Município mais pobre. É importante que tenhamos uma preocupação nacional e que os entes federados interajam – a União com os Estados, os Estados com os Municípios, a União com os Estados e com os Municípios, os três entes conjuntamente – para que possamos oferecer as mesmas condições, a mesma qualidade de educação às nossas crianças, aos filhos do Brasil, de modo uniforme, igual em todos os Municípios.

É lamentável, é triste o que estamos hoje constatando. Tem faltado no ensino médio o que não foi aproveitado no ensino fundamental. Tem faltado no ensino superior o que não foi aproveitado no ensino fundamental. E isso é basilar. Para se fazer uma casa, se não nos preocuparmos com o alicerce, se o alicerce não for bem feito, seguramente ela terá comprometimentos no seu processo secundário de construção: as paredes podem rachar, o teto pode desabar. Na formação do

indivíduo, do ser humano também é do mesmo jeito. Se lhe faltar a educação básica adequada, compatível com as exigências modernas, seguramente, no Ensino Médio e no Ensino Superior, também faltarão esses ensinamentos básicos fundamentais.

Senador Mozarildo, ouço com muito prazer as manifestações de V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Leomar, V. Ex^a aborda um tema que, como V. Ex^a mesmo frisou, deveria ser uma preocupação nacional, isto é, deveria ter até o comando do Governo Federal para não ficar sob aquela alegação de que a responsabilidade sobre o Ensino Fundamental é do Município, a responsabilidade sobre o Ensino Médio é do Estado, e somente a do Ensino Superior, ou de terceiro grau, é do Governo Federal, que, aliás, não se tem havido muito bem com isso, porque as nossas universidades federais estão cada dia pior, há uma propaganda de que se abriram tantas universidades a mais neste Governo, e pergunta-se: que tipo de universidade? Como estão as que já funcionavam há algumas décadas? Eu sei porque me dedico a isso, inclusive sou professor universitário concursado da Universidade Federal de Roraima, e conheço realmente esta questão, como V. Ex^a, que inclusive acabou de ser Secretário de Educação do Estado de Tocantins. E realmente V. Ex^a aborda vários temas importantes. No meu Estado, por exemplo, Senador Quintanilha, nos últimos anos, de 2007 para cá, mais precisamente de dezembro de 2007 para cá, a educação tem sido relegada ao abandono completo. Não só a estrutura física, como V. Ex^a frisou, de algumas escolas que eram chamadas de escolas padrão, porque tinham realmente um padrão não só na questão do seu prédio, como na das instalações, de equipamentos, como também a escola de tempo integral. Isso tudo foi abandonado pelo atual Governo. A nossa avaliação no Ideb foi lá para o final – estamos, portanto, numa péssima colocação no que tange à educação. Isso levou os professores e os servidores da área de educação a fazerem greve já por duas vezes. E imagine, Senador Quintanilha: ao invés de o Governo se preocupar de fato em valorizar o professor, que, para mim, é o item número um para se mudar a educação. Como vamos ter boa educação, se tivermos o professor mal pago? V. Ex^a afirmou que tem Município que mal consegue ultrapassar o salário mínimo. Então, é um faz de conta dizer que o Município é o responsável pelo ensino fundamental, se o Município não tem como pagar, inclusive por culpa do Governo Federal. A queda do FPM, que foi generalizada e mais dramática para os pequenos Municípios, foi culpa de quem? Do Governo Federal, que reduziu o IPI, que é um dos impostos – e, aliás, são dois – que

compõem o FPM e o FPE. Então, desse jeito, a gente está realmente aqui... Aliás, hoje, há até uma charge no jornal: quando o Tiririca estaria lendo numa lousa, num quadro-negro, a frase “A educação é prioridade nacional”, o juiz pergunta para ele: “O que você está lendo?”, ele diz: “Uma mentira deslavada”. É verdade mesmo; uma charge, mas que é uma verdade. Todo mundo diz, na campanha política, que a educação é prioridade, que vai fazer isso e aquilo, mas, na hora, depois – é o caso do Governador do meu Estado –, relega a educação a um nível desprezível, e isso não pode realmente continuar. Para finalizar, gostaria de citar também duas coisas. Primeiro, outro caso típico que está aí escandalosamente publicado, o Enem. Uma boa ideia, uma boa ideia de, por exemplo, substituir o vestibular, em que o aluno pobre tinha pouca chance de fazer um bom curso pré-vestibular. E o aluno, principalmente da escola pública que vem caindo de qualidade a cada ano, tinha uma desigualdade enorme com os alunos das escolas da rede privada ao enfrentarem o vestibular. O Enem, realmente, foi uma grande idéia, mas que, infelizmente, vem sendo operado de maneira equivocada, tanto na elaboração e impressão das provas, quanto na guarda desse material, como também na aplicação. Então, espero que realmente exista, no novo Governo da Presidente eleita, uma mudança radical no tratamento da educação. E, por fim, só lhe pedir uma coisa: há muito tempo já está constatado que o ponto extremo norte do Brasil não é o Oiapoque, mas o Monte Caburaí em Roraima. Portanto, esse é um cacete que nós temos – porque aprendemos isso – de que o Brasil vai do Oiapoque ao Chuí. Não é. O Brasil vai do Caburaí ao Chuí – portanto, até rima. Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a a correção, que supera minha falta de informação. Agora já sei que é o Monte Caburaí, em nosso belo Estado de Roraima, o ponto extremo do norte do País.

Senador Mozarildo, nós que representamos – V. Ex^a com raro brilho – os Estados da região Norte deste País, sabemos afirmar, com muita clareza, as dificuldades que encontram os nossos Estados de promover um ensino e uma educação de qualidade. Mas é isso o que defendo: um programa nacional, sob responsabilidade do Governo Federal, de uniformizar o Ensino Fundamental, para que Estados e Municípios possam oferecer a mesma qualidade de ensino às nossas crianças.

E nós precisamos acabar com essa história de professor de universidade, professor da União, professor do Estado, professor do Município. Professor é professor, com as qualificações adequadas e neces-

sárias compatíveis com o seu grau de formação, de instrução, de especialização. É professor e, por isso, precisa ter uma remuneração condigna, não importa se ele vai ensinar na escola municipal, na escola estadual ou na escola federal. Importa que ele tenha a qualidade, o conhecimento necessário para formar as novas gerações do nosso País.

É preciso que nós façamos isso. Além do mais, se nós observarmos, também há uma disparidade muito grande entre muitas escolas, mas a grande maioria das escolas dos Estados mais pobres, dos Municípios mais remotos ainda é jurássica. A nossa escola é atrasada, a nossa escola parou no tempo.

A humanidade viaja na velocidade da luz. Criança que entra no ensino infantil já viu cinco mil horas de televisão e se prende à televisão. É comum ouvir da mãe dessas crianças, que está em casa, às vezes, arrumando a casa ou fazendo a refeição, mas atenta ao que a criança está fazendo, diz: “Menino, vá fazer a tarefa! Menino, vá tomar banho! Menino, vá dormir! Menino, vá almoçar! Menino, saia da frente da televisão!”, tal a força de atração que a televisão exerce sobre a criança, aliás sobre todos nós.

A televisão mudou o nosso comportamento no dia a dia. Nós não sentamos mais à porta de casa para bater um papo, nós não visitamos os nossos familiares queridos, nossos amigos e, quando recebemos alguém, à noite, visitando-nos, nós o colocamos ali do nosso lado, em frente à televisão, e só damos atenção a ele, de forma até mal-educada, na hora dos intervalos comerciais, tal a força de atração da televisão. Na televisão estão concentrados os mais modernos recursos científicos e tecnológicos, que, em forma, em cor e em movimento, trazem aquela beleza e aquela atração irresistível a todos nós, quanto mais às crianças.

E há outras crianças que manipulam este equipamento também extraordinário, que é o telefone móvel – hoje, falar ao telefone é apenas uma das suas funções. O telefone faz de tudo: tem soma, tem jogos, tem internet, tem *e-mail*, tem mensagens, e uma criança que tem hoje acesso ao telefone, num instante, domina o seu uso; outro, que tem acesso a um computador em casa ou numa *lan house*, também está vivendo os efeitos da ciência e da tecnologia moderna.

Aí você quer que uma criança dessas vá para uma escola e entre numa sala de aula quadrada, onde o quadro negro, o giz e o professor se esforçam para prender a atenção da criança, querendo transferir para ela os seus conhecimentos? Não consegue. Não consegue! Sem contar que falta motivação ao professor, por razões óbvias. Não consegue, porque criança, principalmente na sua fase inicial, não quer estudar; criança quer brincar – é da sua natureza. Nós já fomos

crianças. A criança só vai entender que estudar é importante para ela depois de determinada idade, depois de 10, 12 anos, talvez, mas na fase inicial é preciso que as nossas escolas e os nossos professores estejam instrumentalizados, com equipamentos modernos que possam prender a atenção das nossas crianças, do seu aluno, e possam facilitar o aprendizado da informação que ele traz aos nossos alunos.

Então, é preciso que do pré-sal, do Orçamento federal, não sei, mas temos de encontrar recursos para revolucionar a educação nacional, sob pena de o País caminhar, como está caminhando, para ser uma grande potência nacional, mas o seu povo não acompanhar o ritmo e o desenvolvimento deste País.

Assim, a educação – e V. Ex^a tem razão – tem de continuar sendo prioridade nos discursos, mas precisa ser prioridade também na prática. É isso o que vamos continuar defendendo desta tribuna, na planície, onde estivermos, entendendo que a educação é fundamental para o desenvolvimento do ser humano, para o desenvolvimento de qualquer povo, de qualquer nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Quintanilha.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhores e senhoras telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nesta manhã de sexta-feira talvez seja a sessão do Senado em que os Senadores e Senadoras mais tenham oportunidade, de maneira muito tranquila, de abordar temas do interesse dos seus Estados, das suas regiões e do País. V. Ex^a fez um brilhante discurso, Senadora Serys, como o Senador Leomar, e eu quero hoje continuar fazendo uma análise da eleição e do pós-eleição no meu Estado, mas também no Brasil.

Eu quero começar pelo meu Estado. Eu já fiz aqui pelo menos três pronunciamentos denunciando a corrupção que reinou no meu Estado para que o Governador substituto – porque não foi eleito, era o Vice do Governador Ottomar – conseguisse se eleger, como ele mesmo me havia dito em julho de 2008. Eu fui eleito na mesma coligação dele, Senadora Serys, em 2006, apoiando o Governador Ottomar Pinto, e fui eleito com

apoio decisivo do Brigadeiro Ottomar e, lógico, de todo grupo que participou daquela eleição.

Mas, depois da morte do Governador Ottomar, ele começou a adotar uma série de práticas, tanto administrativas quanto políticas que não tinham nada a ver com aquilo que nós tínhamos pregado no palanque em 2006. Fui conversar com ele sobre essas minhas preocupações, e ele me disse, àquela altura, portanto sete meses depois de ter assumido o Governo, que, lá em Roraima, o povo só elegia quem tinha o poder – e ele estaria no poder até 31 de dezembro deste ano, portanto comandando todo o processo pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral – e quem tinha dinheiro. O povo elege quem tem poder e quem tem dinheiro. E me disse, sete meses após ter assumido o Governo, que já tinha R\$50 milhões para gastar na campanha política dele.

E ele não estava mentindo, Senador, porque o que foi gasto! Para se ter uma amostra grátis do que foi feito, basta citar – está publicado em vários jornais nacionais – que, no primeiro turno da eleição, a Polícia Federal conseguiu apreender R\$4 milhões no Brasil todo, e, só em Roraima, foram R\$2,5 milhões, dois milhões e quinhentos mil reais. Ora, o menor Estado da Federação em população – e, portanto, em eleitores – foi aquele que foi campeão de apreensão de dinheiro pela Polícia Federal. Isso é só uma amostra, só um sintoma da grande doença que ocorreu em Roraima.

Mas, mesmo assim, o Governador José Júnior perdeu o primeiro turno, e perdeu por mais de seis mil votos, o que, num eleitorado pequeno como o nosso, representa quase 3% do eleitorado.

No segundo turno, Senadora, a coisa ganhou a dimensão de uma verdadeira ação de quadrilha, de gangue organizada, que ia, casa a casa, em todas as cidades – na capital, notadamente, era visível.

Embora nós denunciássemos à Polícia Federal, a Polícia Federal não tinha contingente para atuar de manhã, de tarde e de noite – eles, até de madrugada, agiam, como costumam agir as gangues, indo às casas e praticando todo tipo de ilícito. Àqueles que diziam que não votavam neles de jeito nenhum, eles faziam a seguinte proposta: “Então, está aqui, nós lhe pagamos tanto e você nos dá o seu título e a sua carteira de identidade”. Portanto, o eleitor que não votava neles de jeito nenhum não poderia votar. E eles diziam para o eleitor: “Não tem problema, porque você justifica o voto depois”. E algumas pessoas recebiam esse dinheiro. A outras, eles ofereciam dinheiro para colocar a placa deles: “Agora, é Fulano de Tal”. Então, foi uma coisa absurda. Repito: denúncias à Polícia Federal não faltaram, mas a Polícia Federal não tinha o contingente necessário para estar, presencialmente, em todos os

locais de votação, muito menos durante o período que antecedia o dia da eleição.

Inclusive, estou lendo no jornal do Estado que o Procurador da República e o Superintendente da Polícia Federal vão tratar dos inquéritos. Esse é outro problema pós-eleitoral. A própria Polícia Federal flagra, como flagrou, por exemplo, o prefeito de um município com uma quantia vultosa em dinheiro; flagrou um empresário ligado ao Governo do Estado também com outra quantia vultosa. Prendeu, apreendeu o dinheiro, e aí, Senadora, esses inquéritos ficam se arrastando na Polícia Federal por um tempo enorme.

Aí podem perguntar: “É porque a Polícia Federal está encobrendo, acobertando os crimes?” Não. Podem até existir alguns que façam isso, mas o que na verdade acontece, na grande maioria dos casos, é a falta de pessoal para dar rápido e correto andamento ao inquérito.

E o Procurador Geral da República lá em Roraima também não tem estrutura para isso não. Aliás, até a imagem do Procurador foi usada para a campanha contra o nosso candidato a Governador: ele fez uma declaração num determinado momento do processo eleitoral, e essa declaração foi usada na propaganda eleitoral do atual Governador José Júnior.

Então, é preciso agora que os órgãos encarregados, no caso o Ministério Público Federal, através do Procurador em Roraima, e a Polícia Federal, ajam de maneira rápida. Se não for assim, permanecerá aquela história: passou a eleição, morreu tudo, toda corrupção que foi feita é jogada para debaixo do tapete e fica por isso mesmo. Às vezes o processo vai para o TRE, mas depois de um tempão enorme de investigação, e ainda vai mal instruído. Termina o TRE, o Tribunal Regional Eleitoral, não podendo condenar aqueles que de fato praticaram certos ilícitos.

Então, quero aqui pedir a todos os partidos políticos, às instituições sérias do meu Estado, notadamente ao comitê de combate à corrupção eleitoral criado pela sociedade civil, que fiquem vigilantes, tanto junto à Polícia Federal quanto junto à Procuradoria Geral da República, para que realmente esses processos não fiquem, como se diz no popular, “na gaveta”, ou seja, não “deem em nada” – expressões consagradas em nossa cultura.

Mas, Senadora Serys, aí vem o pós-eleição, quando começam as perseguições daqueles que foram identificados como opositores do candidato eleito. Se são funcionários públicos, são demitidos, perdem suas comissões – se for o caso de comissionados. Se forem funcionários terceirizados, são demitidos. E até aqueles que não são funcionários terceirizados são demitidos, até de maneira irregular.

Eu cito o exemplo aqui do Vice-Presidente da Junta Comercial do Estado de Roraima, Sr. Ubirajara Riz Rodrigues, que tem um mandato de acordo com a lei e, no entanto, foi demitido pelo Governador. Lógico, ele vai entrar na Justiça, porque foi nomeado para um mandato, como é usual nas agências reguladoras e em outros órgãos – a pessoa, embora nomeada, tem um mandato, justamente para ter isenção para agir. Também foi demitido um outro membro da Junta Comercial, o economista Alexandre Lima – só para citar dois nomes. Mas são inúmeros, são centenas de funcionários que estão sendo demitidos, tendo cortadas suas gratificações ou sendo removidos para outros órgãos. Os médicos, inclusive: estão cortando os salários daqueles que são de cooperativas, reduzindo, portanto, o valor de sua remuneração. E também há a retaliação aos empresários que ousaram ser contra o Governo.

Num Estado como o meu, que é pequeno, novo, a maioria das pessoas são funcionários públicos ou parentes de funcionários públicos. Os empresários, pequenos, médios ou grandes, dependem do Governo, que é o grande cliente, quem compra mais. Então, há ação também contra empresários.

Citei ontem aqui e quero repetir: “Empresário classifica como perseguição fiscalização da Sefaz”. Esse é o título da matéria que vou ler parcialmente aqui, Senadora Serys:

Diariamente, desde segunda-feira passada, dia 1º [portanto, logo após a eleição], fiscais da Secretaria Estadual da Fazenda e policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar estão de “campana” fiscalizando as cargas da empresa Parima Distribuidora, no bairro do Buritis. O dono da empresa, Antônio Parima, foi coordenador financeiro da campanha do candidato ao governo Neudo Campos (PP).

A **Folha** [o jornal **A Folha de Boa Vista**] flagrou a ação realizada no final da manhã de ontem, e a informação foi confirmada por Parima, que atua no setor de atacado e distribuição de alimentos. Ele classificou a fiscalização como “perseguição política”, uma vez que foi coordenador financeiro e um dos apoiadores de Neudo [o candidato a Governador Neudo Campos].

Senador Mão Santa, V. Ex^a fez aqui várias denúncias de corrupção e de desmando no seu Estado. Acho que, neste particular, talvez Roraima esteja disputando com o Piauí um campeonato, tanto de corrupção quanto de perseguição às pessoas. Esses exemplos, que são vários, não são os primeiros na história do Brasil não, mas, lá no meu Estado – quero aqui parodiar o Presi-

dente Lula –, nunca antes na história do meu Estado se havia visto tanta corrupção, tanta perseguição. Para se atingir o quê? Um resultado que terminou virando o jogo: o atual Governador José Júnior, ganhou a eleição por 0,7% dos votos.

Mas nós estamos entrando com as ações cabíveis na Justiça Eleitoral, e tenho confiança que a Justiça vai, diante do farto material que temos – filmado, gravado, fotografado, depoimentos, documentos –, cassar esse mandato conquistado de maneira desonesta pelo atual Governador de Roraima.

Eu espero mesmo que isso aconteça. Aliás, não é necessário que isso aconteça só por questão eleitoral, mas por uma questão administrativa, porque ele, realmente, como administrador, é péssimo. É um homem que, como eu disse aqui no aparte ao Senador Leomar, conseguiu levar a educação do Estado de Roraima, que era uma das bem avaliadas no Brasil, à última colocação no Ideb.

E pior: eu tenho já a documentação da fraude que foi cometida com os recursos do Fundeb no meu Estado e a estou encaminhando ao Procurador da República para que a investigue. Lá no Amapá, por causa também de ilicitudes na aplicação do Fundeb, e é um absurdo... Eu tenho até um projeto que aumenta a pena para aqueles que praticam o crime de corrupção na área da saúde ou da educação, porque considero que ela é mais grave nesses casos.

Aliás, esse Governador também praticou crime desse tipo. Eu fiz denúncia nesse sentido. Já está com o Ministério Público Federal um rol de medicamentos que ele compra e joga fora, descarta, porque o prazo de validade é curto. Portanto, é vendido barato para o empresário e vendido caro para o Governo e, com isso, há uma margem de lucro para eles botarem, como botaram, na campanha.

Eu acho que quem pratica a corrupção na saúde e na educação tem que ter uma pena maior do que a pena devida para quem pratica qualquer outro tipo de corrupção. Praticar corrupção na saúde é como matar um paciente: quando você rouba dinheiro da compra de medicamentos, da compra de equipamentos, você está impedindo que o paciente tenha atendimento lá no posto de saúde, no hospital. Isto acontece claramente no meu Estado, a ausência até de coisas elementares, como esparadrapo, gaze. Imaginem medicamentos!

Aliás, tem um hospital chamado Hospital Geral e, do outro lado da rua, tem uma farmácia particular, lógico. Então uma pessoa é internada, o hospital não tem medicamento, o médico prescreve e a família é instada a comprar o remédio. Aí atravessa a rua para comprar o medicamento e trazer para o hospital público, que teria obrigação de tê-los. Como diz a Constituição, é dever do Estado prover a saúde da população.

Mas esse governo que está lá não só praticou atos de corrupção na saúde como na educação. Portanto, estou pedindo o **impeachment**, quer dizer, a perda do atual mandato dele. Se os Deputados Estaduais se debruçarem de maneira séria sobre os dois pedidos que são fundamentados, ele perderá o mandato atual; e o mandato que conquistou de maneira corrupta, com certeza, perderá na justiça muito em breve.

Por isso, quero fazer esse apelo, tanto ao Ministério Público do meu Estado quanto à Polícia Federal, no sentido de que sejam céleres, rápidos, na apuração e na conclusão desses inquéritos, para que o Tribunal Regional Eleitoral possa apreciar todos esses processos num tempo razoavelmente curto e possa adotar as medidas cabíveis para condenar aqueles que praticaram realmente os atos de corrupção que estão, como disse, fartamente documentados.

Assim, quero aqui encerrar minhas palavras com esse apelo feito ao Ministério Público Federal do meu Estado, à Polícia Federal e ao Tribunal Regional Eleitoral para que não deixem cair no esquecimento essas ações. Peço também que fiquem atentos a essas retaliações que o atual Governador está fazendo contra funcionários, contra famílias que ousaram ser contra ele e contra também empresários, como está aqui documentado.

Ao encerrar, Senadora Serys Slhessarenko, peço que autorize a transcrição, como parte do meu pronunciamento, das duas matérias publicadas no jornal **Folha de Boa Vista**, do meu Estado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Política

CRIMES ELEITORAIS

Procurador e superintendente da PF vão tratar de inquéritos

• Date: 11/11/2010

• Foto: C.Ba:pp

VANESSA LIMA

O procurador regional eleitoral Ângelo Goulart informou que, na semana que vem, estará se reunindo com o superintendente da Polícia Federal, Herbert Gasparini, para ter acesso ao andamento das investigações dos inquéritos relatados no período eleitoral. Pelo menos dois inquéritos já estão sob análise do procurador.

“Este contato servirá para termos uma perspectiva de quando os inquéritos vão chegar ao MP e para saber realmente quando que esse material poderá ser analisado. Após análise é que vamos tomar as medidas de representar na Justiça Eleitoral ou, se não tiver nenhuma comprovação, arquivá-los”, explicou Goulart.

Em todo o estado, no primeiro e segundo turnos, foram instaurados 158 processos referentes à investigação de possíveis crimes eleitorais, entre eles 22 inquéritos policiais, sete inquéritos por flagrante e 22 por portaria, além de cinco termos circunstanciados.

“Estamos acompanhando, recebendo aos poucos os relatórios da PF com a composição das investigações. A partir dessas conclusões das investigações é que vamos deliberar qual atitude que vamos tomar. Temos que ver os elementos probatórios que temos, os fatos, para, a partir disso, tomar uma atitude”, destacou o procurador.

Após o segundo turno das eleições, em entrevista à Folha, o superintendente da PF, Herbert Gasparini, disse que agora a instituição está se dedicando à conclusão dos processos instaurados. “Nossa prioridade é não deixar nenhum expediente dormitando na PF. Todas as autoridades policiais que trabalharam nesses expedientes darão prosseguimentos a eles. Vamos encaminhá-los ao Ministério Público Eleitoral o mais rápido possível”, enfatizou o superintendente.

A investigação ocorrerá por meio do cruzamento de dados das informações declaradas pelos candidatos durante a campanha. “Vamos pegar a prestação de contas, documentação apreendida, vamos fazer o cruzamento entre os dados declarados e a documentação da coligação”, informou.

• Leia Mais •

11/11/2010	População reclama, mas ainda desconhece
10/11/2010	Veredores aprovam redução de salário de prefeito e secretários
10/11/2010	Protesto pede julgamento de impeachment
09/11/2010	Orçamento do estado será de R\$ 1,8 bilhão em 2011
09/11/2010	Municípios de Roraima terão redução no FPM ano que vem
08/11/2010	Coordenador de Comitê afirma que pleito em RR foi marcado pela compra de votos
08/11/2010	Agricultor cobra energia na propriedade
06/11/2010	Professor indígena denuncia esquema para compra de votos
06/11/2010	Senador ingressa com novo pedido de impeachment contra governador
06/11/2010	Populares fazem manifestação pública

Empresário classifica como perseguição fiscalização da Sefaz

Vanessa Lima

Diariamente, desde segunda-feira passada, dia 1º, fiscais da Secretaria Estadual da Fazenda e policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar estão de "campana" fiscalizando cargas da empresa Parima Distribuidora, no bairro Buritis. O dono da empresa, Antônio Parima, foi coordenador financeiro da campanha do candidato ao governo Neudo Campos (PP).

A Folha flagrou a ação realizada no final da manhã de ontem, e a informação foi confirmada por Parima, que atua no setor de atacado e distribuição de alimentos. Ele classificou a fiscalização como "perseguição política", uma vez que foi coordenador financeiro e um dos apoiadores de Neudo.

Segundo o empresário, todos os dias, exatamente das 8h às 12h e das 14h às 16h, os fiscais se instalam nas imediações da distribuidora de alimentos e fiscalizam todos os caminhões e demais veículos que entram e saem do local. Toda a carga é vistoriada e registrada por meio de fotografia pela equipe.

O problema, segundo ele, é que a ação intensa junto à empresa vem prejudicando a distribuição dos produtos na cidade, pois a vistoria demora, o que retarda também o trabalho dos funcionários.

Antônio Parima disse que a Sefaz está "morando" na porta de sua distribuidora. "Os policiais que participam da ação sempre estão fortemente armados e acabam assustando os nossos funcionários e populares que moram nas proximidades. Sou um empresário tentando trabalhar para sobreviver, lutando contra a perseguição devido ao apoio que dei ao candidato da oposição", destacou o empresário.

Apesar dos prejuízos, Parima disse que não irá mover judicialmente nenhuma ação pedindo soluções ao impasse, pois "não tem nada a esconder".

OUTRO LADO – A assessoria de comunicação da Sefaz informou que as fiscalizações ocorrem rotineiramente com todos os contribuintes e classificou como "normal" as equipes volantes ficarem de campana nos estabelecimentos. Com relação aos policiais, foi informado ainda que para preservar a integridade física dos fiscais está previsto em lei o acompanhamento policial nas ações realizadas pelo órgão.

Indagada sobre a forma desse tipo de ação e em quais outros lugares estava acontecendo, a assessoria não informou a relação das empresas que passam pela devassa e disse apenas que "as fiscalizações ocorrem sobre sigilo fiscal e que todos estão passíveis de fiscalização". A assessoria negou ainda qualquer perseguição política.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Silhessarenko, Sr^{as} e Srs. Parlamentares na Casa, brasileiros e brasileiras que nos assistem pelo fabuloso sistema de comunicação do Congresso Nacional, entendo ser a democracia a grande construção da história da humanidade. Sempre tivemos governo, com várias formalidades. Predominou na história do mundo o absolutismo. Aqui, como somos derivados da cultura europeia, havia reis. No Oriente, de onde V. Ex^a é recém-chegada – com muito brilho, representou este Congresso –, chamavam faraós, mas, no fim, era o mesmo.

Leomar Quintanilha, chegou um deles, sintetizando toda a história, e disse *l'État c'est moi*, “o Estado sou eu”. Era de encantadora inteligência. O mundo viu quando ele tirou o Palácio de Paris do Louvre, que, hoje, talvez, seja o museu mais importante do mundo, e o levou para Versalhes, que é aquele encantamento. Vieram Luiz XIV, Luiz XV, Luiz XVI, que foram caindo. E o povo? O povo estava esquecido, desprezado, abandonado. Eis a verdade: o povo estava ferido. Aquilo era bom, Leomar Quintanilha, para quem estava no palácio do rei, para a rainha, para os filhos do rei, para os puxa-saco do rei. O povo sofria, desprezado, Mozarildo. Então, o bravo povo foi às ruas e gritou “Liberdade, Igualdade, Fraternidade!”. Foram cem anos para esse gripo chegar ao nosso Brasil. Foram cem anos! Somos retardatários politicamente.

A história se repete, mas temos de avançar. Há uma diferença de apenas oito anos do descobrimento dos Estados Unidos da América para o nosso descobrimento, mas levamos cem anos para acabar com o absolutismo. E se instalou a democracia. A democracia do povo é muito complicada. Na Grécia, disseram que houve um grande líder.

Leomar Quintanilha, V. Ex^a foi extraordinário Secretário de Educação, sacrificou até sua eleição política pelo desejo de aperfeiçoar a educação no Estado de Tocantins.

É fantástico o que Péricles fez na área da educação na Grécia, antes de Cristo, cinco séculos. A democracia era direta: eles se reuniam na praça, na Ágora, e todo mundo falava. Já pensou? Mas Atenas era pequena, tinha trinta mil habitantes. Mesmo assim, havia muita confusão, professor de Direito Internacional Acilino Ribeiro. Mas ele conseguiu fazer uma constituição direta, com o povo. Era muita confusão,

mas ele foi um herói. O século de Péricles, na área da educação, é brilhante. Daí a Grécia ser a luz do mundo civilizado. E se melhorou esse processo na Itália, e a democracia passou a ser representativa. E não podia continuar daquele jeito, com trinta mil pessoas numa praça. Já pensou a confusão que dava? De madrugada, os bêbados queriam falar, todo mundo falava. Naquele tempo, já existiam cerveja e vinho, isso é velho. Eles não respeitavam muito as mulheres.

Serys, V. Ex^a nasceu na época certa, em que reconhecemos as mulheres.

Aí o mundo passou a contar com a democracia representativa. Senador Leomar Quintanilha, um dos senhores, talvez o mais brilhante de sua época, dizia: “O Senado e o povo de Roma”. Atentai bem! Tem de se aprender! A ignorância é audaciosa. Então, dizia-se: “o Senado e o povo de Roma”. Pelos dias que passei aqui, Serys, posso dizer: o Senado e o povo do Brasil. Falei pelo povo do Brasil, com decência, com dignidade e com coragem. Não houve subserviência, não houve corrupção que me encantasse. Essa é nossa firmeza. Não servi ao Presidente Luiz Inácio – até votei nele, em 1994 –, mas servi à democracia, servi ao Brasil, servi ao Estado. Disso tenho consciência, e o Brasil sabe disso.

Então, aqui mesmo, houve o líder maior da América, Simón Bolívar, que aprendera, na Europa, esse nascer da República. Ele, aqui chegando, depois de ter estudado na Espanha, saiu derrubando reis. Está ouvindo, Serys? Aqui, na América do Sul, deu um grande ensinamento. Ele nasceu na Venezuela, nós o conhecemos. Então, muito impressionou na Colômbia, em Bogotá. V. Ex^a, que conhece a história, que tem credencial, sabe disso. Eu andava lá e vi um busto na casa em que ele morou em Bogotá. E li o que ali estava escrito: “Abdicaria a todos os títulos que tive”. Ele foi militar: soldado, capitão, major, coronel, general, comandante-em-chefe dos exércitos. Ele foi presidente, ele foi ditador, ele foi *El Libertador*, porque saiu libertando tudo por aí.

Há algo interessante, e temos de entender o que aconteceu. D. João VI disse: “Filho, coloque a coroa na cabeça, antes que algum aventureiro a tome”. O aventureiro era Simón Bolívar. Ele ia adentrar aqui e ia derrubar, como derrubou, os reis. Ele sonhou com a identidade regional e geográfica da América do Sul, deste grande território, desta imensidão. Ele foi o primeiro que sonhou a América do Sul.

Nossa cultura é derivada da Europa. O Brasil foi descoberto pelos portugueses, que são nossa maior influência até politicamente. Nascida a República, Rui Barbosa, que está ali, foi perseguido. Ele passou 32 anos nesta Casa, mas ajudou a fazer nascer a Repú-

blica. Rui Barbosa foi o primeiro Ministro da Fazenda e foi perseguido pelo militar chamado Marechal de Ferro. Hoje, falam daqueles militares que foram duros no período revolucionário. Floriano Peixoto foi duro, e Rui Barbosa teve de fugir daqui. Passou pela Argentina e acabou na Inglaterra, onde esteve por dois anos. E lá ele viveu e viu o primeiro país que funcionava democraticamente. É um país monárquico, mas com regime bicameral. Ouviu, Serys? Ele viu nascer lá o filhote da Inglaterra, os Estados Unidos, um país também democrático, bicameral, presidencialista.

Daí sermos isto, essa é nossa história. Rui Barbosa, depois, impôs-se e voltou depois de dois anos. A Bahia o reconduziu ao Senado, onde ele influenciou muito nossa Constituição e nossa história. Daí sermos este País democrático, representativo, bicameral.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador, peço-lhe somente um instante, por favor. Minhas desculpas, porque V. Ex^a está na tribuna.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Pois não. Quero lhe dizer o seguinte: V. Ex^a veio mais encantadora. Veio da China? Lá há mulheres tão elegantes assim? V. Ex^a chegou da China?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Cheguei da China. Fui ao encontro em que se tratou das mudanças climáticas.

Pedi autorização ao Senador que ocupa a tribuna para saudar os estudantes do curso de Geografia da nossa Universidade Federal de Mato Grosso. Muito nos honra tê-los e tê-las aqui conosco. Saúdo ainda os profissionais da educação, que também estão aqui, mas, especialmente, nossos alunos do curso de Geografia.

Fui professora da nossa Universidade Federal de Mato Grosso por 26 anos. Inclusive, lecionei disciplinas, por vários semestres, no curso de Geografia.

Os senhores e as senhoras nos honram muito. Fico muito feliz, como Senadora da República pelo Estado de Mato Grosso, como mulher mato-grossense, de poder saudá-los e saudá-las aqui, na tribuna do nosso plenário do Senado da República. Muito obrigada. Permaneçam conosco! É uma honra para nós tê-los e tê-las aqui.

Obrigada, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Estou perplexo, porque pensei que V. Ex^a tinha 25 anos de idade, não de professora. Serys saiu mais jovem – aqui se rejuvenesce –, saiu mais elegante, mais jovem e mais sábia.

Serys, estamos neste regime democrático, que se vai aperfeiçoando. Está ouvindo, Mozarildo?

É difícil a democracia. Na França, onde a democracia nasceu, rolaram cabeças. Eles fizeram a guilhotina. Aqui, com nosso jeitinho brasileiro, houve dois períodos de exceção, e à frente de um deles estava um homem bondoso, um estadista, um homem extremamente trabalhador: Getúlio Vargas. Sabe por que ele chegou ao poder? Eu ainda tenho esses dias para ensinar ao Luiz Inácio. Getúlio chegou ao poder porque disputou as eleições em 1930, e diz a história e ele próprio, ô Mozarildo, que foi uma corrupção tremenda! É o que diz a história. A prova eram aquelas eleições a bico de pena, do coronel. O Presidente Washington Luís usou a máquina em favor do candidato de São Paulo, Júlio Prestes, e Getúlio, o bom gaúcho, corajoso, partiu de lá com o Exército e tomou o governo. Foi a Revolução de 30. Mas ele fez isso, Serys, não porque era o machão do Rio Grande do Sul, mas porque já tinha havido o Movimento dos Tenentes, com Carlos Prestes. A Coluna Prestes, Mozarildo, saiu do Rio Grande do Sul e chegou ao Piauí, quis tomar Teresina. Ela já denunciava a corrupção no governo. Então, Getúlio abraçou-se aos tenentes.

Quero dizer que a corrupção aumentou e se banalizou. Contra a corrupção, já nem há reação. E o desencanto é tão grande, que este é um momento para reflexão, Serys. Um terço dos brasileiros deixaram de votar. Ou foi abstenção, professor Acilino Ribeiro, ou votaram em branco, ou deram voto nulo. É muito um terço! Olhe uma reflexão para ser feita! Isso significa descrença. O povo está dizendo: não acredito, não participo disso por causa da corrupção. Foi um terço de abstenção. Isso é fato.

Ninguém pode dizer que não houve grandes conquistas no Governo. A valorização do salário mínimo foi a maior conquista deste Governo. Rui Barbosa disse: a primazia é do trabalho e do trabalhador, que vem antes, que faz a riqueza. Mas o Presidente da República conseguiu isso, o Governo conseguiu isso, o Brasil conseguiu isso com influência nossa também, pois lutamos desde o início. Vocês se lembram de que botamos R\$10,00 acima do valor, de que foi vetado no começo e de que, desde ali, Paim nos liderou. Todos nós participamos disso. O Presidente sancionou o projeto, e o salário aumentou de US\$70 para US\$300.

Serys, isso foi o que aumentou o mercado interno. A grande massa passou a ter mais dinheiro, a comprar mais, a consumir mais. O comércio começou a girar, a gerar ICMS, o mercado e as indústrias cresceram, e essa foi a força.

Outra força gigante, extraordinária, que tem que ser entendida e que nós entendemos e fizemos com a consciência. Nós enterramos aquele imposto nojento, imoral e indecente, a CPMF, que era desviado, prova-

se que era desviado e ninguém mais do que eu sabe disso, porque eu sou médico há 44 anos, eu conheço a saúde, fiz a saúde e sei como funciona. Era desviado para os aloprados que tem, para os corruptos que tem, para o desperdício que tem, para a imoralidade que tem. Mas esse dinheiro, Serys, saiu da mão de uns poucos aproveitadores – não são todos – e caiu na mão do povo trabalhador. Eu que fazia cheque, você, todo mundo que emitia um cheque, aquele dinheiro ficou com a gente. Então, saiu da mão de aloprados para ficar na mão do trabalhador, da trabalhadora, da mãe de família, da dona de casa, de quem trabalhava..

Então, esse dinheiro é que constituiu, somado ao salário mínimo, o mercado interno, gerando a grande dinâmica. Então, é isso que nós queremos dizer. Nós votamos com a consciência, não foi como quem dava um salto no escuro e no desconhecido. Está ouvindo, Mozarildo? V. Ex^a não estava no dia aqui, mas mandou seu voto moral daqueles que resistiram, estava lá enfrentando o heroico Estado de Roraima, o seu grande comandante. Nem sempre está no governo o grande comandante. O grande comandante, todo mundo sabe, da Índia foi Gandhi, e ele nunca assumiu o governo. Você não está lá no governo, mas você é o comandante moral, ético, decente e de coragem lá do Monte Caburaí, que até isso mudou.

Os horizontes do Brasil, V. Ex^a mudou também, aqui nesta Casa, mostrando que Roraima existe, que tem gente firme, que tem coragem, que combate. É o pequenino Estado que está sempre se agigantando com suas ideias, não só na profissão médica, mas na Ordem Maçônica, secular, e como Parlamentar.

Então, o que estamos querendo dizer é que o Brasil evoluiu. Passou pela ditadura Vargas, um homem trabalhador, pelo período militar, que nós conhecemos e não foi bom. Vargas era bom, mas a ditadura... Está, aí, o *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos. Basta lê-lo para ver que ela não era boa, mesmo ele sendo bom. Getúlio era um homem bom e trabalhador. E a militar está aí: homens honrados.

Conheci Castello Branco pessoalmente; conheci João Baptista Figueiredo, meu amigo. Tomei porre com ele: eu aqui, duas vezes. *In vino veritas*: aí a gente vê que um homem é decente, que um homem é correto e digno. Ele não era político, ele era militar. Se dissessem: “Vá para o Iraque”, ele iria, não é? Assim como para qualquer lugar: “Vá para o Haiti”.

O Geisel, que teve uma coragem hiper-histórica, um dos homens mais honrados da história do Brasil, que também conheci pessoalmente, disse: “Figueiredo...” Tirando um da linha dura: Sílvio Frola, de Sobral. Enfrentou o Ministro a Guerra, enfrentou e tirou o João Baptista Figueiredo, que era novinho. Eu fiz o CPOR.

A Serys não entende, mas há uma hierarquia, que é a disciplina. Há três tipos de generais: de Brigada, de Divisão e de Exército. Ele era do tipo inferior. Ele o promoveu e disse: “Vá, João Figueiredo. Faça a abertura política.” E ele fez. Ele não era político. Ele era um militar, um dos melhores militares.

O Geisel o chamou porque as melhores vidas, no Exército, são de Carlos Prestes – em nota, em currículo, o que influencia, está ouvindo, Serys? – e de João Baptista Figueiredo. Agora, ele não era político. Agora, que ele era honrado, era. Eu o conheci pessoalmente. A gente conhece as coisas. Eu cheguei a conviver com ele.

Mas os militares tiveram inteligência, Serys. Primeiro, eles entenderam que havia alternância de poder. Eles fizeram a alternância de poder. A democracia não tem divisão? Funcionou: o Judiciário, isso aqui funcionou. Atentai bem, nossa digna Presidenta Dilma Rousseff. Eu não votei nela, não, mas ela é minha Presidente. Ela será Presidente e quero que ela seja feliz, forte e brava. Eles são tão fortes, ô Serys, que não sabem.

Ô Dilma, V. Ex^a tem um Congresso mais forte do que os militares. Quem disse isso, aqui, foi o Senador João Faustino, o novo Senador, que é suplente. Eu não convivi com ele, mas é um homem sério, competente, que viveu, aqui, como Deputado. Ele disse que nunca antes – como diz o Lula, imitando o “nunca dantes” do nosso Camões – o Congresso foi tão forte para o Governo. Ele disse que, hoje, a Presidenta, o PT, a coligação, como eles chamam, a base tem mais do que no período militar. Atentai bem para vocês verem o poder que essa gente tem.

Democracia é bom, porque tem oposição. Vocês tiveram democracia porque nós fomos fortes e bravos aqui na oposição.

Diz o João Faustino, que foi Deputado na época – está ouvindo, Mozarildo? –, que, hoje, este Governo está muito mais ameaçador, mais forte, mais poderoso que a ditadura militar.

Eles metem o pau nos militares, mas eles são decentes. Eu não vi nenhum roubar e nem eles dizem. Assim estava, aí, classificado. Os militares são do Exército, o Exército é o povo e são filhos de brasileira e brasileiro. Eu sou oficial da reserva, eu fiz o CPOR. Eu digo isso com causa.

Então, este regime está perigoso. Nunca antes houve uma força parlamentar... A Câmara nem se fala, quase todo mundo... Todo mundo.

Então eu, nessa hora, falo. Eu gosto, eu sou amigo pessoal do Michel Temer. Aliás, ele só foi presidente do PMDB porque eu o ajudei muito. Ele não ia nem ser candidato. Eu fui a São Paulo levá-lo, fui ao Rio,

fui a Minas. Eu era do PMDB. Ele estava ameaçado pelo esquema que iria botar o Ministro das Relações Exteriores, Jobim. E eu o levantei em São Paulo; com Garotinho, lá no Rio de Janeiro; em Minas; no Piauí; no Nordeste. Eu o admiro tanto porque votou e é um homem de bem.

Mas, Presidente Michel Temer, isso é o destino.

O País é rico em vice-presidentes. O próprio Floriano Peixoto foi vice do Deodoro e foi muito mais forte que o Deodoro politicamente. Nós vimos o do João Batista Figueiredo, o Aureliano Chaves: que cultura, que decência, que grandeza! Minas nunca foi tão grande. Itamar, Presidente Sarney – estou fazendo história –, Marco Maciel, essa figura de virtude, esse excelso... Então, Michel Temer, V. Ex^a entrou nesse quadro.

Mas a melhor coisa, Michel, é sair bem das coisas. Saia bem aí da Câmara Federal antes de assumir a Vice-Presidência da República e, eventualmente, a Presidência. Não desejo, de maneira nenhuma, que a nossa Presidente...

Mas V. Ex^a não pode faltar. A melhor coisa, Michel, eu quero-lhe ensinar, é sair bem das coisas. V. Ex^a não está saindo bem da Câmara. V. Ex^a cumpriu quando disse que mandava votar e votou depois. Retardou, mas nós lutamos muito.

A maior desgraça que existe, aqui, é o assalto que nós fizemos ao dinheiro dos aposentados do Brasil. Isso não é justo, não é correto e eu culpo a Pátria. A Pátria somos todos nós – eu sou e o Governo...

Nós enterramos, aqui, o fator previdenciário, que tira dos aposentados 40% dos seus ganhos. Os aposentados estão sofridos, e sofreram mais quando o Governo, que foi a mãe dos banqueiros, fez uma lavagem cerebral, dizendo que empréstimo era bom, com a campanha do empréstimo consignado, com altos juros. Então, os aposentados, hoje, perdem 40% pelo fator previdenciário e 40% para o banqueiro. Estão, aí, em calamidade, e nós os defendemos.

O Presidente Michel cumpriu. Demorou, mas nós pressionamos. Não foi só o Paim, não. Eu, o Mário Couto, o Congresso, o Senado, e tudo, e fomos, e brigamos lá. Fomos aplaudidos; os velhinhos, aqui, fizeram vigília; nós entrávamos pela madrugada. Comparei, com o Paim, e tenho os diplomas dessas sociedades de aposentados, como amigo delas, lutador delas. E fomos a outros lugares, e o Michel, finalmente, votou. Ele demorou, mas votou.

O Presidente Luiz Inácio aproveitou-se da mídia, do povo e da mentira. Escreveu uma página muita feia. No dia em que Brasil ia disputar o primeiro jogo da Copa, Leomar Quintanilha, ele vetou o sonho, vetou o direto, vetou a conquista, vetou o trabalho, vetou o dinheiro que a Pátria deve aos aposentados. Ah, a

esperteza! Quando o Brasil comprava a bandeira verde e amarela para o primeiro jogo da Copa, quando o Brasil distraía-se – a mídia o levava a isso, tudo numa combinação –, ele vetou a maior conquista, a maior campanha, a maior justiça: a justiça social. Enterrou não um sonho, não o dinheiro. Enterrou a vida, e muitos morreram por isso: não têm mais dinheiro para comprar o remédio, perderam a sua autoridade moral diante da família, porque muitos aposentados, avós, comprometeram aquela aposentadoria para pagar a faculdade do filho...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Mão Santa, permita-me interromper um pouquinho o seu pronunciamento para fazer o registro da presença, aqui nas nossas galerias, dos alunos e alunas do Centro de Ensino Médio e Fundamental de Santa Maria, no Distrito Federal.

É uma honra, para nós, tê-los aqui.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Os nossos aplausos.

Então, Bilac, que é o patrono, disse: “Crianças, não verás nenhum país como este”. Nós não podemos dizer, isto e sim: “Não verás um país com tanta corrupção como este”. Daí Ulysses Guimarães ter nos advertido que a corrupção é o cupim que corrói a democracia, que está corroída.

Então, queremos dizer que foi vetado. Não teve culpa. Mas, Michel Temer, tenha outro compromisso. Saia bem. Seja um grande vice-presidente, como os outros. Seu currículo...

A violência está aí. Foi por isso que Cícero, Senador Leomar Quintanilha, lá no parlamento de Roma, disse: “*Pares cum paribus facillime congregantur*”. Violência atrai violência. Olha a violência!

Michel Temer vá assistir ao filme Tropa de Elite 2. É muito real. É muito verdadeiro: a corrupção das polícias, as milícias, a corrupção delas na política, com governadores e tudo. Está aí. O filme do Luiz Inácio ninguém o assiste. Estão vendendo a dúzia, por um real, e ninguém quer. Olha, eu passei lá e o “cara” disse: “Leve aí. Você não quer levar para dar de brinde”. “A dúzia”. “Quanto é?” “Um real”. Ninguém quer. Isso é que mede. Já para assistir ao Tropa de Elite, eu entrei na fila, porque é a violência.

Marcos, grande funcionário público, atentai bem! Olha, Norberto Nobbio, um estudioso como Acilino Ribeiro, no senado, lá da Itália, eles dão cinco vagas por mérito, para a pessoa que tem história. Eu acho que aqui deveria ter isso. Ex-Presidentes da República não deveriam suar a camisa, como o Sarney, o Itamar, o Collor; deviam ser convidados, eles têm experiência, – essa é a sugestão minha. Premiava até o Luiz Inácio porque ele já é quase ex-Presidente, quase terminou

o mandato. Mas Norberto Bobbio diz – e ele é o mais sábio dos teóricos, eu comecei a ler Bobbio quando vi o estadista, o homem mais culto, o homem mais preparado deste País, Fernando Henrique Cardoso citá-lo –: a inveja e a mágoa corrompe os corações. Eu não tenho nada com ele, porque nem votei nele. Então, ele falava muito em Norberto Bobbio, e eu comecei a lê-lo. Norberto Bobbio também diz que o mínimo que um povo tem de exigir de seu governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Brasileiras e brasileiros, os senhores sentem segurança à vida, à liberdade, à propriedade? Assistam ao Tropa de Elite 2. Assistam-no. Aquilo é real. É o nosso Rio de Janeiro, o coração, a capital histórica, a corrupção da polícia.

Então, Michel Temer – atentai bem –: saia bem. V. Ex^a ganhou a presidência do PMDB porque eu o apoiei, dei-lhe coragem e força. Olha, mais aquela PEC, não pode! Você vê a corrupção; os soldados são corruptos. Tem Estado que paga menos de R\$1.000,00.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me permite que eu interrompa mais uma vez o seu pronunciamento? Vejo que V. Ex^a está com sorte, porque já é o segundo grupo de alunos que comparece às galerias para assistir à nossa sessão.

Portanto, quero anunciar a presença das alunas e dos alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Almirante Tamandaré, de Valparaíso, cidade do Estado de Goiás. Sejam bem-vindos.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Pois é, Tamandaré. A Marinha nos ensinou. O Barroso disse que o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever. Esses são os patronos da nossa Força Armada.

Mas o que queremos dizer é o seguinte: que a PEC nº 300 está lá. É uma PEC que melhora o salário dos policiais. Do jeito que está... Está aí, o filme Tropa de Elite 2. Michel Temer, pegue sua linda esposa e vá ao cinema assistir ao Tropa de Elite 2! Vá! É verdade. Aquilo tudo é verdade, daí as filas. É a nossa história. É real.

Então, os policiais se corrompem, criam milícias piores que a dos bandidos, dos traficantes, porque eles foram treinados pela Pátria, têm armas, foram mantidos, têm as coisas. E é muito pior. Está aí este Brasil. E não é mais só o Rio de Janeiro, não! É no interiorzinho. O crime tomou conta.

Quero lhe dizer que estudei no Rio de Janeiro. Senador Leomar Quintanilha, como era bom a gente passear de noite, pegar uma garota, brasileira mesmo, ou carioca – elas são interessantes –, e ir para a Confeitaria Colombo. Era um chocolate que elas tomavam, as meninas. A gente saía de mãos dadas e ia para a

Cinelândia, para o cinema, às 22 horas, às 23 horas. A gente andava por ali, nos anos 60, tudo a pé, a sós, de mãos dadas.

Luiz Inácio, dê uma volta com a sua Marisa a sós. Getúlio Vargas conta, no seu diário, que saia a pé, Mozarildo, do Palácio das Laranjeiras, ele gostava de cinema – quem conhece, sabe que fica a umas dez quadras –, com o ajudante de ordens. Foi outro dia que o Getúlio Vargas saía. E agora? E essa é a violência. Então, a violência, tem que acabar com isso na história do mundo, mas com uma política bem remunerada.

Leomar Quintanilha, Cuba, eu não gosto. Não gosto do Fidel. Sei a história, porque sei mesmo, sei tudo. Antes de eu ir lá, eu já sabia da história. Mozarildo, o dinheiro deles – você já foi a Cuba? Pois é, o dinheiro deles, vamos chamar de “cubano”, é um dinheiro só para eles lá. Então, eles ganham de 300, 600 a 700 cubanos. É a variação. Quer dizer, o maior ganha o dobro. Aqui, o maior... Quanto ganha o pessoal da Justiça? Que justiça é essa? E a professorinha? Esse pessoal da Justiça tem cem estômagos e a professorinha só tem meio estômago? Isso não é coisa de Deus. Não foi assim. Mas em Cuba isso é certo: do maior para o menor dá duas vezes e pouco. Mas sabe quem está na maior escala? Nos 700 do dinheiro de lá, que chamo “cubano” aqui para entender? Está certo que o governo de lá dá luz, dá água, dá casa... Os policiais, eram os policiais. Então, vamos copiar o que é bom. Mas do jeito que está, eles ganhando estes R\$1.000,00 – e tem Estado que paga –, e eles não têm casa... E falo com autoridade que tenho.

Um dia, o Maranhão, que é Governador, enfrentou uma greve que eu já havia enfrentado – e fui eu que me saí melhor em todas as greves de polícias da história do Brasil; fui eu, da história. Não foi dessas greves que houve em meu governo, não. Da história! Está aí o Acilino Ribeiro, que é professor e que vivia lá. Eu estava comemorando o centenário de Teresina e houve uma greve. Aí, fui. Sozinho. Estava a televisão e tudo. Cheguei lá, tomei o microfone de uma líder sindical e os botei para tocarem o Hino Nacional. Entendeu? Milhares; e eu, sozinho. Não fui com o comandante, com polícia, não. A autoridade é moral. Sozinho! Aí, tomei o microfone e disse: “Vamos cantar, eu sou o comandante em chefe. Eu aceito isso não como uma greve, mas como um apelo por melhores salários”. Era justo, porque um coronel ganhava 150 vezes mais que um soldado. E eu cortei, cortei os salários altos do Piauí. Tinha malandro que ganhava US\$27 mil, e eu cortei. Dei para os pequenos: para a professorinha, para os soldados. E o Maranhão, que governa hoje a Paraíba, me telefonou. Aí, as mulheres quiseram falar na hora da confusão, e era muito soldado em greve. Eu, que

entendo de psicologia, disse: “Olha, as ‘adalgizinhas’, eu as recebo amanhã. Agora vou inaugurar um conjunto habitacional”, porque elas são emotivas. Eu queria... E eles se recolheram e voltaram. Eu disse: “Eu sou o comandante em chefe. Vocês só têm duas atitudes: me obedecer, e aí são soldados, ou então são bandoleiros e vão prender aqui o comandante em chefe do Estado”. Eles se calaram. Nenhum governante na história do Brasil, nenhum, Luiz Roberto – eu estou aqui por isso –, teve essa condição moral: sozinho! Nessas greves, vocês sabem que matam e morrem, não é, Mozarildo? Sozinho! Fui só! Deus me poupou de ter medo. Atentai bem, malandros aí do Governo! Tenho não!

Nem de Deus eu tenho medo. Eu tenho é amor a Deus, é gratidão a Deus. Meu Pai, Deus? Meu sócio, Deus? Não. E fui sozinho. E aí, quando eu vi o lado emocional, disse: “As ‘adalgizinhas’, eu recebo amanhã, no Palácio”. Oito horas da manhã, quando cheguei, era mulher de cabo, de soldado, e confusão. Eu disse: “Entra, entra tudinho, eu mandei”. Rapaz, entraram. Entraram no meu gabinete, e não tinha mais cadeira, não tinha mais nada. Eu sentei e disse: “E aí? É, realmente, eu entendo aquilo como um apelo, não foi como uma greve”, porque era uma injustiça o salário: um coronel ganhava 150 vezes mais do que um soldado. Aí comecei a conversar, viu, Mozarildo? “Você, o que faz?” “Nada.” “Você o que faz?” “Nada.” “Nada.” Eu disse: “Está certo que o governo tem culpa, mas vocês também têm, porque a mulher não é para não fazer nada. Aí está a mulher do homem mais poderoso do mundo, que é o Bill Clinton, e a Hillary Clinton ganha mais do que ele. Aí está a Dona Adalgisa, que sempre trabalhou. Como é que vocês não fazem nada? Chama o Secretário de Trabalho! Olha, vamos dar curso profissionalizante” – tinha um banco do Estado, do povo – “e vamos dar um empréstimo. Vocês vão terminar o curso. O que você é?”. “Doceira.” “Costureira.” Arrumei curso para todas. “Vocês vão ser empresárias. Está aqui o capital e, no fim, os seus maridos, quando se aposentarem, vão trabalhar para vocês”. Aí, voltei e chamei o Secretário de Trabalho. Casa, não tinham. “Todo soldado e cabo vai ter uma casa.” Não tinham casa. Como é que pode?

Eu só peço a Deus o seguinte, Mozarildo... Você me lançou para Vice, agora. Ó Deus, eu quero pegar esse Luiz Inácio daqui a quatro anos, um de frente para o outro. Eu, representando o Nordeste, de vergonha, de sabedoria, porque acredita em Deus e no estudo; ele, representando o Nordeste da malandragem. Nós! Hem, Mozarildo! Eu já convoco você para dizer isso lá. Eu peço só a Deus isto: daqui a quatro anos, eu e ele, aqui, na democracia, no pacto. É isso só o que eu quero em minha vida política. Daqui a quatro anos.

Entendeu? Eu represento o Nordeste de vergonha, de trabalho, de humilhação; o outro, da malandragem, da enganação. É isso o que eu quero, só. É isso!

Mas quero lhe dizer o seguinte: nós estamos aqui para dizer: Ô Michel Temer, saia bem! Bote para votar essa PEC. Sem isso não vai ter paz, não! Sem isso você está sendo inimigo número um da Presidenta. Não vai ter paz! Ô soldados, façam greve de novo! Vocês não fizeram comigo e eu não enfrentei? Façam! Isso é uma indignidade! Um desembargador não tem 150 estômagos e um soldado meio estômago. É! Façam! Façam! Não pode. As conquistas são assim. Já houve muita paciência. Está lá na Câmara. É, Seu Michel Temer, o traidor número um, se ele não botar para votar isso, da Ministra, da Presidenta. Ela não vai segurar este País. Então, soldadinhos, façam as greves que eu estarei lá. Não é para pedir para acabar, não. É para aumentar! Eu termino o meu mandato e eu vou ser povo, mas povo de vergonha, povo de coragem, povo de decência, povo de dignidade. Não é povo que se vende, não é povo que se engana. É povo que foi à rua e gritou “liberdade, igualdade e fraternidade”, com cujo grito caíram os reis. Entendeu, Mozarildo?

Como é que pode essa PEC aí? Isso é uma indignidade, uma elite dois. Brasileiras e brasileiros, eu não estou ganhando cachê. Assistam. É verdade. Recebe o prêmio Nobel aí. O Brasil nunca ganhou um prêmio Nobel. Que ganhe nas artes! Aquilo é verdade, é a milícia dominando. A corrupção está no governo, está íntima.

Ô Michel Temer, bote isso para votar, aprove isso, ou então V. Ex^a é o inimigo número um da Presidenta da República. Vai entregar um país em polvorosa. Esses militares não podem... Eu os conheço. É gente boa, mas tudo tem limite. Ficar nessa embromação aí, depois que foi aprovado aqui... De que adianta esta Casa, Mozarildo? Se nós aprovamos, discutimos, lutamos... Seu Renan Calheiros, foi ele. Eu estava presidindo. Eu botei para votar aqui por cinco sessões, à noite, e jogamos para lá. Tem a medida do Renan, sábia. Eu que botei. Eu sou esperto, Luiz Inácio. Fiz cinco sessões de noite para mandar para a Câmara, a do Renan Calheiros. Não é a 300. É uma anterior. A 300 iguala aos de Brasília, mas eu vi com muita sabedoria. As coisas não são assim. Nós tivemos a Lei do Ventre Livre, a dos Sexagenários, para ter a Lei Áurea. Então, era uma avanço. A dele dá um valor de R\$3.500,00 para o Nordeste. É muito, é bom. Já era um avanço. Foi Seu Renan, o líder maior do Governo, mais inteligente, mais competente e mais bravo. Ele, ali, e eu, aqui, no lugar do Presidente Sarney. Este Senado foi grandioso, principalmente nos momentos em que eu o presidi. E com aquiescência. Fiz cinco reuniões

aqui, cinco, a noite toda, combinado, de acordo, e ela foi aprovada, discutida.

O que vale isso, Leomar? Foi irresponsável? A lei do Renan não é ainda a 300, mas seria a do Ventre Livre, a dos Sexagenários, seria um avanço. Nada. E dizer que “não, tem a 300”, e ficar por dois anos enganando os policiais do meu Brasil? Não. Coloque para votar e vamos amparar. Então, esse é um pedido.

A democracia está vencendo no mundo. Leomar Quintanilha, atentai bem! Está aí o Parlamento Europeu, acabaram as guerras, unificaram a moeda, cresceu a Europa. E está aqui o Parlasul. E acorda este Parlamento... Atentai bem! Tem uma cláusula... Então, Simon Bolívar já imaginava um Parlamento na América do Sul. O Presidente Sarney e Alfonsín, nas suas bravuras de estadistas, talvez os únicos que possam se igualar a Simon Bolívar, os dois viram isso. Foi! A Argentina e o Brasil viviam em eterna briga. A Guerra dos Farroupilhas foi por isso, porque o imposto aqui era grande demais, a turma ia comprar gado na Argentina e no Uruguai. Aí os gaúchos fizeram a guerra, Bento Gonçalves e os lanceiros negros. Então, a Argentina e o Brasil, até outro dia, até o santo Alfonsín, que foi para o céu, e o homem heróico, que está aqui na terra, o Sarney...

Olha, Mozarildo, isso era uma polvorosa, nós tínhamos medo de ir lá e eles, de vir aqui. Era guerra, era uns matando os outros, era assassinio, era ódio entre irmãos, vizinhos. Quem acabou com isso foi a visão de paz, de tolerância, de Sarney e Alfonsín, o seu Mercosul e tal. E a Europa, que nos colonizou, deu o ensino, depois que a democracia ganhou do totalitarismo de Hitler, de Mussolini, dos kamikazes japoneses, liderada por Winston Churchill. Essa é a história. E eles fizeram o Parlamento Europeu. Eu fui antes e depois. Olha, hoje, a Europa é uma só, crescendo, a moeda é única. Você anda como andamos entre os Estados aqui. Há respeito, a fraternidade melhorou.

Há um Parlamento aqui criado. Ele não está indo para a frente, Mozarildo, sabe por quê? Porque o Brasil, o país do fato consumado, tem uma resolução, que acaba agora em dezembro... Acaba agora, porque isso aqui está como um bico. Ou acumula... E o Senador vai lá um dia e falta dez. Quando quer tomar um banho em Punta Del Este, vai, leva a mulher, faz compras... E o Brasil perdendo a sua história, retardatário, assim como levou 100 anos para derrubarmos o rei. A Argentina já está lá, com os seus parlamentares eleitos. Uruguai, Paraguai, entra agora a Venezuela, os outros já estão se aproximando, o Chile e a Bolívia, e nós estamos como um bico, malandros. Vai aqui, vai ali, toma um banho em Punta Del Este, toma um vinho, que é bom, e volta. E nada. Os problemas estão aí: em Itaipu, de fronteira, de tóxico, de educação, os formados. Então, termina... E assim a evolução. E aquilo que nasceu, a semente sonhada por Simon Bolívar, que disse que foi tudo, general, marechal, mas não trocaria

pelo título de ser bom cidadão. Eu também, eu já fui um bocado de coisa, mas de uma coisa eu não abdicó, é ser bom cidadão, é ser povo de vergonha, povo de coragem, povo de conquista.

Então, isso aqui acaba agora. Nós temos que refletir. E que o Brasil, na sabedoria desta Casa, do nosso Presidente do Congresso, veja uma forma de valorizarmos a nossa delegação até fazermos uma eleição direta, como prega o Parlamento Europeu, como prega o Parlamento do Sul, e então possamos dar essa contribuição, esse avanço à democracia.

Então, essas são as nossas palavras de contribuição nesta sexta-feira, que é semente nossa. Mozarildo, este Senado da República – está ali o Zezinho, a prova da verdade, do trabalho, da dignidade, da pureza do povo do Brasil, homem trabalhador – nunca funcionou às segundas e sextas-feiras. Essa foi uma iniciativa de Arthur Virgílio, bravo, Efraim Moraes, Antero Paes de Barros e minha, os quatro primeiros. Eles me chamavam, como hoje V. Ex^a tocou o telefone, para estarmos aqui e viabilizarmos esta sessão. E, como eu tenho um pouquinho mais de idade, eles me colocavam na Presidência. Talvez isso tenha feito com que eu tenha sido o brasileiro que mais presidiu este Senado. É porque o Regimento diz que tem... Depois, veio Paim, veio Heloísa Helena, vieram outros, e hoje nós estamos sob a Presidência de Mozarildo Cavalcanti.

E eu quero dizer aqui, Mozarildo, que V. Ex^a, homem de muita luta na Medicina, exemplo de amor à sua terra natal, poderia estar em qualquer lugar do mundo, mas – o exemplo do exercício da Medicina, da liderança amazônica, da política – tem que substituir todos nós aqui na grandeza desta Casa, do Senado da República. E, principalmente, advertir esta Casa de que a resolução termina agora em dezembro, e que se encontre uma forma que engrandeça a democracia, o Brasil e o Parlasul.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, a Sra. Serys Silhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Acabamos de ouvir o ilustre Senador Mão Santa, do PSC do Piauí.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 12 minutos.)

RETIFICAÇÕES

ATA DA 173ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2010 (Publicada no Diário do Senado Federal nº 178, de 30 de outubro de 2010)

À página nº 48535, 1ª coluna, republique-se, na íntegra, o Requerimento nº 843, de 2010, para inclusão do convite a que se refere:

REQUERIMENTO **Nº 843, DE 2010**

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 4 a 15 de novembro de 2010, para participar, como convidado do Governo Chinês, em visita Oficial àquele País; com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Em anexo, segue cópia do convite encaminhado pela Embaixada da República Popular da China à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do país no período acima informado.

Sala das Sessões, em



中 华 人 民 共 和 国 大 使 馆

Nota Nº 209/2010

Brasília, 18 de outubro de 2010

A Embaixada da República Popular da China exprime atentamente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da República Federativa do Brasil e tem a honra de avisar o seguinte:

Com o objetivo de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembleia Popular Nacional (APN) da República Popular da China e a Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República Federativa do Brasil, a Comissão de Assuntos Exteriores do Comitê Permanente da APN gostaria de convidar a Comissão a mandar uma delegação composta por 8 membros a visitar a China, no período de mês de novembro de 2010. As passagens internacionais serão por conta da parte brasileira, e a parte chinesa poderá oferecer apoio de logística dentro da China.

A Embaixada da República Popular da China aproveita esta oportunidade para reiterar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da República Federativa do Brasil os protestos de sua alta estima e consideração.

Ao
Senado Federal
República Federativa do Brasil
Brasília - DF



(A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

À página nº 48596, 1ª coluna, para correção do nome do Senador Geraldo Mesquita Júnior e da respectiva unidade da federação.

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita. PMDB-AM)

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB-AC)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 200, de 2008, DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTES, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE “PEDOFILIA”, BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO. – ATA DA 72ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 72ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2010, às quinze horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa. Na oportunidade foram aprovados os Requerimentos: n.º 462/10, requer sejam convocados a Sra. Marisa Conceição dos Santos e o menor T.H.B, na qualidade de testemunha, para prestarem esclarecimentos perante esta CPI; n.º 463/10, requer seja convocado o Sr. Samuel Henrique de Moraes, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 464/10, requer sejam convocados a Sra. Elaine de Andrade Santos e o menor R.A.S, na qualidade de testemunha, para prestarem esclarecimentos perante esta CPI; n.º 465/10, requer sejam convocados a Sra. Claudair Manoel da Silva e o menor P.H.F.M, na qualidade de testemunha, para prestarem esclarecimentos perante esta CPI; n.º 466/10, requer seja convocado o Padre Ovídio José Alves de Andrade, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 467/10, requer seja convocado o Padre Mauro Sérgio Marçal, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 468/10, requer seja convocado o Padre Idair Perjina, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 469/10, requer seja convocado o Padre Devair Araújo da Fonseca, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 470/10, requer seja convocado o Padre Dalmácio Garcia de Freitas, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 471/10, requer seja convocado o Padre Adilson Aparecido Fortunato, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 472/10, requer seja convocado o Sr. Matheus dos Reis Oliveira, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 473/10, requer seja convocada a Sra. Margarida Pereira de Oliveira, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 474/10, requer seja convocado o Sr. João Paulo Netto de Moraes, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º

475/10, requer sejam convocados a Sra. Gisele Pereira Pacheco e o menor G.H.P.P, na qualidade de testemunha, para prestarem esclarecimentos perante esta CPI; n.º 476/10, , requer sejam convocados a Sra. Jamília Domingues Alcides e o menor G.D.A, na qualidade de testemunha, para prestarem esclarecimentos perante esta CPI; n.º 477/10, requer seja convocada a Sra. Deonice Maria Inácio, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 478/10, requer seja convocada a Sra. Graciela de Lourdes David Ambrósio, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 479/10, requer seja convocado o Sr. Carlos Henrique Ribeiro, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 480/10, requer seja convocado o Sr. Caio Augusto Rodrigues de Oliveira, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 481/10, requer seja convocado o Sr. Bruno Ricardo Serafim, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 482/10, requer seja convocado o Sr. Andre Luis Ribeiro, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI; n.º 483/10, requer sejam convocados a Sra. Maria de Fátima Silva Ramos e o menor G.H.P.P, na qualidade de testemunha, para prestarem esclarecimentos perante esta CPI; e n.º 484/10, requer seja convocado o Sr. Washington Campos Valério, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos perante esta CPI.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Romeu Tuma (PTB-SP) Vice-Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO)
José Nery (PSOL-PA)
Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Parlamentares membros da Comissão

Magno Malta (PR-ES)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Paulo Paim (PT-RS)
Almeida Lima (PMDB-SE)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Boa-tarde, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, em nome de Deus, declaro aberta a 72ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento 200/2008, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da Internet para a prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura, da aprovação da Ata anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos. Farei... Vou votar os requerimentos em bloco.

Queria dar uma explicação preliminar, mais relacionado com o caso ocorrido em Franca, é onde eu estive fazendo uma investigação preliminar junto às autoridades policiais, do Ministério Público e Judiciário para sabermos o alcance do lá ocorrido, com o que proporcionou a abertura do inquérito, denúncia de dois padres, inclusive a aceitação pelo Ministério Público e o início da ação penal visto a aceitação da juíza competente.

Como houve algumas dúvidas, que a negativa dos padres, nós achamos de bom alvitre procurar re-ouvir alguns dos indiciados, testemunhas, as crianças, com acareação.

O Dr. Augusto Panisset fez uma leitura profunda de todo o inquérito, de todo o material apresentado pela polícia e pela Justiça, e com isso nós fizemos esses requerimentos.

Eu vou ler o texto do requerimento, se alguém se interessar por dados melhores dos nomes citados, fica à disposição, com o Dr. Augusto Panisset, para fornecer aos Srs. Parlamentares e também à imprensa, se assim o desejar.

Então, vou ler os requerimentos, porque depois votaremos em bloco.

O requerimento é com o Sr. Washington Campos Valério, convocado como testemunha; a Sra. Maria de Fátima Silva Ramos e o menor A.I.R., na qualidade de testemunha, também, para prestar esclarecimentos à CPI. Convocado o Sr. André Luiz Ribeiro na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimento; o Dr. Bruno Ricardo Serafim, também, testemunha; o Sr. Caio Augusto Rodrigues de Oliveira, na qualidade de testemunha; Carlos Henrique Ribeiro, na qualidade de testemunha.

Convidamos a Dra. Graciela de Lourdes David Ambrósio para prestar esclarecimento perante essa CPI, em caráter reservado; é a nossa delegada que, pelo elogio manifestado pelo promotor, fez um inquérito bem elaborado, que deu a oportunidade dele oferecer, de pronto, a denúncia e foi aceita pela Justiça.

A Sra. Dionise Maria Inácio, na qualidade de testemunha; a Sra. Jamila Domingues Alcides e o menor G.D.A., também na qualidade de testemunha; a Sra. Gisele Pereira Pacheco e o menor G.H.P.P., na qualidade de testemunha; João Paulo Neto de Moraes, na qualidade de testemunha; Sra. Margarida Pereira de Oliveira, na qualidade de testemunha; o Sr. Mateus dos Reis de Oliveira, também, como testemunha; o Padre Adilson Aparecido Fortunado, na qualidade de testemu-

na para também prestar esclarecimentos a respeito; o mesmo Padre Dalmácio Garcia de Freitas.

Convocado o Padre Devair Araújo da Fonseca, também como testemunha; o Padre Mauro Sérgio Marçal, também como testemunha; o Padre Idair Perina, na qualidade de testemunha; o Padre Ovídio José Alves de Andrade, como testemunha; Claudair Manoel da Silva e o menor P.H.F.M., também como testemunha; Marisa Conceição dos Santos e o menor T.H.B., testemunhas; Sr. Samuel Henrique de Moraes, testemunha; Elaine de Andrade Santos e o menor R.A.S., na qualidade de testemunhas.

Esses são os requerimentos. Em discussão. Coloco em discussão os requerimentos. E se todos concordarem permaneçam como encontram para se ver aprovado os requerimentos de convocação das testemunhas sobre o caso de Franca.

Não havendo quem queira discutir, considero aprovado o requerimento.

Entre os convocados como testemunhas tem os acusados que, ainda por falta de terem um completo esclarecimento, continuarão como testemunhas e provavelmente a CPI poderá indiciá-los durante o andamento do procedimento para podermos indiciá-los com as testemunhas e, provavelmente, uma acareação que, ao nosso ver, ficou faltando ter sido feita durante a apuração do inquérito policial.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião que será marcada, provavelmente, depois do feriado.

Obrigado, senhoras e senhores. – Senador **Romeu Tuma**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Sessão encerrada às 15h08.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 200, de 2008, DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTEs, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE “PEDOFILIA”, BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO. – ATA DA 73ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 73ª Reunião, realizada em 9 de junho de 2010, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa. Na oportunidade foi debatido o Marco Civil da Internet e seus efeitos no combate a pedofilia tendo como convidados os senhores Guilherme Almeida, representante da Secretaria de Assuntos Legislativos do

Ministério da Justiça; Carlos Eduardo Miguel Sobral, Coordenador da Unidade de Repressão aos Crimes Cibernéticos/DPF; Stenio Santos Sousa, Coordenador GECOP/DPF; André Estevão Ubaldino, Procurador de Justiça do Ministério Público no Estado de Minas Gerais; Priscila Costa Schreiner, Coordenadora do Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal no Estado de São Paulo; Demi Getschko, Presidente do NIC.br e representante no CGI.br e Silvio Castro Cerqueira, Delegado de Polícia Civil do Distrito Federal.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) Presidente
Romeu Tuma (PTB-SP) Vice-Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) Relator
José Nery (PSOL-PA)
Paulo Paim (PT-RS)
Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Parlamentares membros da Comissão

Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Almeida Lima (PMDB-SE)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Declaro, em nome de Deus, havendo quórum regimental, a 73ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada com o objetivo de investigar e apurar crimes de abuso contra criança.

Esta Audiência Pública foi convocada para que nós pudéssemos debater, ouvir autoridades, no que diz respeito ao marco civil da internet e seus efeitos no combate à pedofilia.

Foram convidados o Sr. Pedro Abromovay, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, que se faz representar pelo Sr. Guilherme Almeida. É isso? Sr. Guilherme Almeida, é isso?

O Sr. Ronaldo Lessa (sic), que também não veio; aliás, ou veio?

Carlos Eduardo Miguel Sobral, Polícia Federal; Stenio Santos, Polícia Federal; André Ubaldino, Procurador de Justiça de Minas Gerais. A coordenadora de combate a crimes cibernéticos, Dra. Priscila Costa, não está; Thiago Tavares também não; Dr. Demi Getschko, Presidente da NIC.br, representante da CGI.br.

Queria convidá-lo também para que ficasse aqui à frente comigo. Dr. Silvio Castro Cerqueira, Delegado de Polícia Civil. As duas jovens aqui, que eu esqueci o nome, não botaram aqui o nome para mim. As duas jovens, é.

[falas sobrepostas]

SRA. IARA(F): Sou Iara(F), da Telefônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Iara, da Telefônica.

SRA. VIVIAN(F): Sou Vivian, da Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Vivian, da Claro.

Olha, e eu estava falando mal do cara da Telefônica, não foi? No meu gabinete, nem me toquei, se você tivesse falado antes, eu não tinha falado que ele que criou a confusão toda, mas foi ele.

SR. ANDRÉ UBALDINO: Presidente, só me permite só uma observação. V. Exa. falou da ausência do Dr. Thiago e da Dra. Priscila, ambos se encontram, neste instante, em uma reunião para a qual... Pelo menos o primeiro deles foi convocado na Câmara dos Deputados e por isso é que estão atrasados, mas me pediram que, tão logo os trabalhos aqui se iniciassem, que eu lhes comunicasse para que eles possam vir o quanto antes; não necessariamente na hora, mas o quanto antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu também estou aguardando o Senador Tuma e o Senador Nery, mas nós vamos ganhar tempo, até porque o debate técnico neste momento interessa muito mais aos que estão aqui, os senadores podem tomar conhecimento ao longo disso.

Em se tratando do marco civil da internet e os efeitos do combate à pedofilia, eu entendo, Dr. Guilherme, e até lamento de a CPI da Pedofilia não ter sido convidada para os primeiros debates que se deu, uma vez que nós estamos mergulhados nesse assunto já há quase três anos, pagando todo o tipo de preço, e os avanços que aconteceram do ponto de vista da legislação e com os meios de comunicação, com as telefônicas, com os operadores de internet, as grandes batalhas se deram no Plenário desta CPI, e as grandes vitórias se deram aqui também, com os termos de ajuste de conduta. E eu lamentei muito saber que esse debate estava se dando sem que nós tivéssemos sido convidados, como se a CPI fosse uma coisa à parte, que, na verdade, eu acho que a gente tem o que contribuir, até por isso está na militância, está no campo de batalha.

Porque o soldado que está no campo da batalha, o que pega na arma e vai à frente do pelotão, ele pode muito contribuir com aquele que ficou lá dentro do quartel, traçando as coisas com o lápis. E por isso, para não ficar fora do debate, nós pedimos esta audiência até para ouvir, ouvir o Ministério da Justiça, saber onde é que a gente pode debater junto, onde é que cabe contribuição, para a gente poder entender mais na prática o que é avanço, o que é retrocesso, porque nós entendemos que, na CPI, avançamos muito, a sociedade avançou, o Ministério, as autoridades brasileiras, os acordos que foram assinados, os termos de ajuste de conduta, houve avanço, para a gente

saber onde é que a gente pode de fato cooperar, no sentido de nós não retrocedermos, mas avançarmos juntos, porque esse é nosso interesse: participar de um debate de tamanha importância, porque informo a V. Exa., que é do Ministério da Justiça, não sei se tem conhecimento, que o problema do abuso de crianças no Brasil, hoje, é maior do que droga.

Então, é importante que nós não retrocedamos, mas que avancemos de maneira a fazer isso a quatro mãos: Parlamento, Governo, até porque as votações passam por esta Casa, a sociedade civil, a sociedade organizada, para que nós possamos dar melhor contribuição.

Vou passar a palavra a você, Guilherme, e depois eu vou ouvir o doutor aqui, que está meio apressado, mas vamos ouvir o Ministro aqui; quem está representando o Ministro é o Ministro. Mas pode ser uma palavra profética sobre sua vida.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Sim, uma provisão de fé.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está vendo? Você tem a palavra.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Obrigado, senador, agradeço o convite, obrigado colegas, boa-tarde a todos.

Senador, eu queria começar explicitando, o senhor talvez não tenha se sentido convidado, mas o convite foi para a sociedade como um todo, porque o processo que nós iniciamos... Eu discordaria do senhor quando o senhor fala que é uma batalha, no nosso caso, talvez aqui seja uma batalha, no caso do marco civil, o que nós temos é um mutirão, no qual todos e todas estão convidados, desde o início, a participar e a contribuir e podendo escrever sua contribuição, podendo manifestar sua opinião. Então, o processo foi pensado e desejado, sem negligenciar, em momento algum, nenhuma das casas legislativas, pelo contrário--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quando você fala que todos foram convidados, quem é todos? E o convite de todos foi onde?

SR. GUILHERME ALMEIDA: O convite foi aberto para a sociedade como um todo, pela mídia, pela imprensa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas não chegou aqui, mas não chegou aqui, aqui não chegou aqui, no meu gabinete não chegou, não chegou no gabinete da CPI e tal. Foi convidado pela imprensa, eu acho... Aí nós vamos começar debatendo um negócio, porque aí é desrespeitoso demais. Quer dizer, então, o Parlamento foi convidado pela imprensa? Quer dizer...

SR. GUILHERME ALMEIDA: Me desculpe, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): As coisas vão ser... Desculpa, eu peço desculpa a você, porque--

SR. GUILHERME ALMEIDA: Não, eu peço desculpas pelas minhas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Deixa eu falar para você, uma batalha, porque hoje o país, o próprio Ministério da Justiça e o país está desfrutando da batalha que se travou aqui. Veja os termos de ajuste de conduta que nós assinamos.

Os termos de ajuste de conduta foram assinados com a Polícia Federal. A Polícia Federal é comandada por quem? Quem é que desfruta disso? A sociedade.

Então, quer dizer, todos foram convidados... É por isso que meia dúzia decide as coisas no Brasil e fala que todos foram chamados. Porque todos é quem? Eu queria saber quem são todos.

Se eu perguntar aqui a todo mundo: "Vocês são todos?" Eles vão dizer: "Não". "Você foi convidado?" "Não, eu não fui, o convite não chegou." Se tivesse chegado ao meu gabinete assim: "Todos. Você está convidado e tal", eu viria como todos, sem problema, porque eu quero discutir esse assunto. Não chegou para a CPI, não chegou ao Parlamento, não chegou a lugar nenhum, não chegou a lugar nenhum.

Então, acho que não, acho que, se o convite foi feita dessa forma, de maneira pública, pela imprensa, para todos, começou errado, porque o assunto é tão importante, tão significativo que as forças interessadas... Por exemplo, o CONAMP recebeu esse negócio? O Ministério Público Federal recebeu?

SR. GUILHERME ALMEIDA: Todos os--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A Polícia Federal recebeu? A Polícia Civil recebeu?

SR. GUILHERME ALMEIDA: Deixa eu começar de novo, senador, me desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Vamos fazer um debate. A OAB recebeu? Porque, veja--

SR. GUILHERME ALMEIDA: Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Espera aí, deixa eu agora--

SR. GUILHERME ALMEIDA: Eu tenho informações, eu quero esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, não, mas não tem como--

SR. GUILHERME ALMEIDA: Foram convidados--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Porque vocês fizeram--

SR. GUILHERME ALMEIDA: --os Presidentes dos Tribunais, os Presidentes das duas Casas receberam--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, mas, então, eu queria ver o convite do Parlamento nosso aqui.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Eu te trago os convites. Eu te trago os convites; para os Presidentes das duas Casas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Você falou que todos foram chamados. Eu não fui chamado. Os termos de ajuste de conduta foram assinados aqui. Deixa eu falar para você, te dar uma explicação, jovem.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A primeira quebra de sigilo que aconteceu aqui na internet foi aqui, as aberturas foram aqui, os termos de ajuste de conduta começaram aqui, e nós não estamos tomando conhecimento disso, senão não teria necessidade de que eu pudesse chamar para a gente poder discutir isso aqui.

Olha, eu estou falando com você, eu sou a boca de muita gente hoje, eu represento muita gente, que, na verdade, não está entendendo esta discussão, sem as forças que têm interesse nela. Entendeu?

Eu queria até... A coisa não é nem com você, a coisa é com o Ministério em si, é com o Governo em si--

SR. GUILHERME ALMEIDA: Deixa... Posso esclarecer, então? Voltando, senador, me desculpe.

Enviamos ofícios convidando aos Presidentes das duas Casas Legislativas, ao presidente de todos os Tribunais Superiores, de todos os Tribunais Estaduais, de todos os Tribunais Federais, de todos os órgãos superiores de Ministério Público e Defensoria, informando do debate que começou em outubro, pedindo que designassem representantes e convidando a que participassem, a contribuir de todo o processo de discussão.

Enviamos ofícios, eu posso lhe enviar cópia, se o senhor tiver interesse, e foi para o Presidente da Casa. Eu posso lhe encaminhar cópia. Eu acho que a questão não é essa, a questão é: obrigado pelo convite de vir aqui. Eu acho que o processo que nós estamos coordenando é um mutirão. Nossa intenção maior--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E nós estamos doidos para fazer parte.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Vocês podem fazer parte a qualquer instante, instigo e peço pessoalmente, me comprometo a voltar aqui sempre que for necessário, quero sentar com os senhores para conversar,

eu acho que agradeço a possibilidade de estar aqui ouvindo todos e todas.

Ao longo do processo, até por nossa ausência, nossa escassez de recursos de pessoal, o que nós fizemos foi atender a todos os convites que estiveram à nossa disposição para conversar. Conversamos mais de uma vez com representantes do Ministério Público, com representantes das Polícias Civil e Federal, conversamos com representantes da sociedade como um todo. E aí o que eu acho -- e aí eu acho que esse diálogo é mais do que necessário e salutar e, mais uma vez, agradeço o convite -- é que a proposta que nós estamos fazendo é de tentar discutir a internet como um todo, e não uma situação grave, com a qual nós repudiamos igualmente, em cuja luta nós estamos do mesmo lado, que é o combate à pedopornografia, à pedofilia infantil e à distribuição de material relativo ao assunto, por meio da internet.

Essa luta nós estamos absolutamente do mesmo lado. O processo que nós estamos construindo em conjunto, para o qual convidamos cada uma das Casas, convidamos todos os Tribunais Superiores, todos os Tribunais Estaduais, Ministério Público, Defensorias, Procuradorias de Estados e na qual estamos recebendo publicamente contribuições desde o mês de outubro é um processo que não tem o mesmo exato foco que o processo desta CPI.

E aí eu acho que esse diálogo, o diálogo é mais do que necessário, fico feliz de que ele esteja acontecendo e acho que ele tem que se aprofundar, mas a informação que eu trago e aquilo para o qual eu peço a compreensão também é que os debates, em muitos pontos, eles dão, os temas que são tratados, eles têm um elemento de intercessão, mas eles extrapolam também.

Se o senhor quiser, eu acho que pode ser interessante eu contar um pouco como foi feito o processo, quais as diretrizes para a gente identificar com clareza quais os pontos de confluência, porque estamos discutindo também políticas públicas, que tangenciam e que também têm interfaces com o Plano Nacional de Banda Larga, com a questão de direitos autorais, com a questão de recomendações de telecomunicações, com a questão de combate à pedofilia, com uma dúzia de outras questões.

A intercessão que existe, sem dúvida, ela se dá em alguns pequenos pontos, talvez explicando o projeto como um todo e, nesse contexto, vale contar também que temos debatido com empresas, com organizações da sociedade civil, com diversos órgãos de governo, com Ministério de Ciência e Tecnologia, Comunicações, ANATEL, Secretaria de Comunicação

Social, a própria DPF, estamos em um debate tanto interno quanto externo.

Fico triste de não ter chegado de forma adequada a esta Casa. Imaginamos que encaminhando à Presidência fosse suficiente, mas não se sinta, em momento algum, alijado ou fora dessa discussão. Reitero aqui o convite, o compromisso do Ministério da Justiça em ter esse diálogo com esta Casa, a própria... Na Câmara dos Deputados, os deputados que tiveram a iniciativa convidaram o Ministério da Justiça para lá falar. Então, a Audiência Pública que já ocorreu no Congresso Nacional teve a iniciativa dos deputados, e estamos à disposição e continuamos à disposição para debater esse tema.

Isso posto, eu queria trazer, talvez, aquilo que eu entendo que seja a maior contribuição ao processo e que serve talvez de exemplo, foi uma experiência muito exitosa e muito enriquecedora para o Ministério da Justiça, e eu acho que vale contar, porque pode servir de exemplo para estas Casas, já existem iniciativas nesse sentido também, aqui no Congresso Nacional.

A questão principal ou talvez a principal inovação no processo do marco civil foi a tentativa de construir o processo em conjunto com a sociedade por meios eletrônicos. Então, ao invés de... E aí o senhor tem toda a razão em chamar de uma batalha, em dizer que isso tem que ser construído e debatido com a sociedade, e, nessa metodologia e nessa luta, nós compartilhamos, nós estamos na mesma trincheira, realmente, porque nossa preocupação foi: queremos que qualquer pessoa, em qualquer lugar do país; qualquer lugar do país, não, porque ainda existem lugares onde a internet não chega, mas qualquer pessoa com acesso à internet possa contribuir e participar desse debate e dizer o que pensa, seja rico ou pobre, independente de região ou classe social, de ideologia, independente de qualquer filtro, que qualquer pessoa possa dar sua contribuição e sua opinião ao processo.

E para isso nós achamos que o melhor caminho era usar a própria internet, que era o tema do debate. Nesse contexto, e ao invés de começar já com o projeto de lei, nós começamos com um questionamento à sociedade, o que a sociedade deseja a esse respeito.

Buscamos divulgar isso por todos os meios possíveis, acho que o debate continua ainda, continuamos... Estarmos aqui neste momento significa que essa repercussão tende a aumentar. Parabenizo o senhor por ter promovido uma discussão tão intensa, ao longo dos últimos três anos, com relação à internet e acho que essa discussão, ela se amplia também para abarcar não só – e eu lamento com o senhor – os malefícios que a internet pode causar, mas também a multiplicidade de benefícios que ela traz, que são inegáveis,

com relação à cultura, com relação à educação, com relação ao desenvolvimento social e tecnológico, desenvolvimento regional, os inúmeros potenciais de arranjos produtivos que podem começar a exportar, porque conseguem ultrapassar os intermediários e ganhar escala e conseguem se colocar, gerando desenvolvimento, gerando riqueza, gerando conhecimento, gerando produção, gerando identidade regional.

Nossa preocupação foi tentar ouvir essa diversidade da sociedade para entender o que a internet do Brasil precisa.

Com relação ao que a internet do Brasil precisa no que diz respeito ao combate à pedofilia, eu acho que esta Casa tem feito um bom trabalho e eu acho que esse trabalho, sem dúvida, dialoga muito e tem muito a dialogar ainda com o trabalho que nós vínhamos empreendendo.

Nossa preocupação foi com o restante, naquilo que a internet não é apenas o combate, a aberração, a ignomínia que é a pedofilia infantil, ainda mais explorada nesse limite, como proteger a natureza da rede, como garantir os direitos dos indivíduos, como garantir que o Estado estabeleça políticas claras e que promovam a internet, que promovam a cidadania, que promovam a segurança, que promovam o desenvolvimento econômico e social, essa é a finalidade do projeto. E, para fazer isso, consultando a sociedade, permitindo que cada pessoa comentasse cada texto, cada artigo, cada parágrafo, nós vemos o grande chamamento.

Tivemos, confesso, e aí o senhor tem alguma razão, porque a gente sentiu uma dificuldade no debate nas instituições, porque essa metodologia, na qual você faz um debate por meio da internet, onde cada um pode dizer, ela vai contra uma lógica tradicional nossa, que é a lógica, muito bem instituída, da organização em associações, da democracia representativa. Então, nesse processo, na medida em que o cidadão tiver uma voz aumentada, em alguns momentos, as instituições não sabiam direito como agir. Esse foi um aprendizado nosso no processo, tanto que, enquanto debates aconteciam entre cidadãos, as organizações, associações e entidades representativas se manifestavam formalmente só no último instante.

Nossa preocupação foi de tentar criar um ambiente semelhante ao de uma Audiência Pública, onde todos pudessem ouvir e falar suas opiniões, e não um ambiente que fosse um conjunto e um somatório de manifestações. A gente quis fazer um debate vivo, porque acreditamos que é na troca de ideias e na troca de argumentos que se constrói uma solidez do discurso, que se chegam a consensos. E usar o espaço virtual para esse debate, usar a possibilidade de cada um colocar seu grão de areia, seus dois pontos, sua

interrogação e permitir que qualquer outro possa responder foi uma forma de fazer com que a sociedade se apropriasse disso.

Lembro sempre que é uma minuta de um anteprojeto de lei, é uma proposta inicial do Ministério da Justiça, em discussão com a sociedade, com outros ministérios, com o Congresso Nacional, também – eu agradeço mais uma vez o convite – para que, uma vez consolidada, uma vez compilada, uma vez validada pelo Poder Executivo como um todo, aí sim seja encaminhada ao Congresso Nacional e siga seu trâmite normal.

A diferença, ao fazer isso, o senhor conhece, muito, muito melhor do que eu, que não são poucos os Projetos de Lei de iniciativa do Executivo; esse, em tese, é mais um. A diferença é que: ao invés de fazer num gabinete de uma secretaria, de um ministério, resolvemos ouvir a sociedade como um todo, inclusive o Legislativo, inclusive os Executivos Estaduais, inclusive Judiciário, inclusive Ministério Público e polícias, para chegar ao melhor texto, mas ainda é uma minuta de um anteprojeto.

Nesse contexto, tivemos mais de 900 contribuições, ao longo da primeira fase, com que questionávamos e indagávamos sobre o que se esperava da internet no Brasil, e elaboramos uma minuta de um anteprojeto de lei e publicamos num blog, também num espaço público, numa rede social para que pudesse ser comentado artigo por artigo, inciso por inciso, parágrafo por parágrafo. Recebemos, em aproximadamente 50 dias, mais de 1.200 contribuições.

Esse processo vem sendo muito enriquecedor, porque ele permite uma coisa, senador, que eu acho que é da essência da democracia, que é a pluralidade de vozes, a pluralidade de opiniões e um debate racional sobre aquilo que a gente deseja para nosso país.

Eu sei que o Congresso Nacional já possui um sistema, um portal, uma democracia que permite e fomenta o debate público de projetos de lei para a população. Está à disposição dos deputados, com certeza, não sei se também dos senadores. Um convite, uma proposta que eu faço ao senhor em particular e a esta Casa como um todo é que utilizem mais essa ferramenta.

Aprendemos, ao longo desse processo, que é debatendo uma minuta de um anteprojeto, que contribuições muito sólidas e muito significativas podem vir da sociedade, se você abre um canal fácil de participação.

Descobrimos que, num contexto, quando o tema é internet, as pessoas estão mais costumadas com essa ferramenta, então, participam ainda mais. O senhor tem nas mãos aí a ferramenta para esse debate,

pelo que eu estava fazendo minhas contas aqui, já 800 dias nesta comissão, ele pode ser ainda mais amplificado, se o senhor tiver a disposição e o interesse de utilizar essas ferramentas de comunicação para fazer com que a sociedade comente, com que a sociedade participe e com que a sociedade aperfeiçoe.

Os dilemas entre a representação direta e a indireta tendem a se agravar no futuro, mas eu acho que temos um caminho virtuoso para cruzar as duas, usando a tecnologia. Eu acho que a participação social só tende a enriquecer, e o que nós buscamos até agora, e, repito, elaborando uma minuta de um anteprojeto e tendo mais de duas mil contribuições, é um sinal de que a sociedade quer participar e ela está disposta.

Muitas vezes, e o processo legislativo, ele é intrincado para o cidadão comum, e há suas razões de ser, há seus pesos e contrapesos, há toda uma lógica do mecanismo de processo legislativo, que tem seus fundamentos, mas para o cidadão comum isso nem sempre é claro. Conseguir gerar mecanismos que permitam que o cidadão entenda o que está sendo debatido e possa participar de sua casa, seja no Rio Grande do Sul ou no Amapá, seja no Espírito Santo ou em Taguatinga, só tem a ganhar para nossa democracia. Foi isso o que nós tentamos fazer.

Sobre o teor do projeto, e aí o projeto inteiro está disponível no endereço culturadigital.br/marcocivil, nós temos aí quatro eixos, talvez. O primeiro eixo... E lembro sempre que o projeto, ele busca servir um pouco como uma constituição para a internet. Assim como nós temos uma Constituição Federal e temos um Código Penal, nada impede que tenhamos uma constituição para a internet e um Código Penal para a internet, constituição para internet, um Código de Processo Civil ou adaptações ao processo civil para a internet. O que a gente busca – e aí eu digo, nossos debates são complementares e, algumas vezes, eles tangenciam. Estamos discutindo uma constituição para a internet. E aí o primeiro grande capítulo, ele lembra muito nossa constituição, porque ele tenta trazer princípios, diretrizes, valores e bases. E, nisso, e tenho aqui o Professor [ininteligível] ao meu lado, nós nos inspiramos muito no trabalho, no exemplar trabalho do Comitê Gestor da internet no Brasil.

O Comitê Gestor da internet no Brasil teve a sapiência de, depois de também anos de discussão, elaborar uma resolução que busca estabelecer propostas para governança e para o uso da internet no Brasil.

O Comitê Gestor, no entanto, ele tem, nas suas competências, o poder de elaborar recomendações. Então, o Comitê Gestor recomenda. Parte do nosso trabalho nessa proposta legislativa de minuta de um anteprojeto, friso sempre, é de consolidar essas reco-

mendações em diretrizes e em valores que possam fazer parte do nosso ordenamento jurídico, para fazer com que, enfim – e o senhor se deparou com isso várias vezes aqui, ao longo desses três anos, acredito eu –, muitas vezes, o direito ignora a internet e vice-versa.

Nossa premissa, ao invés de partir de uma lógica na qual o direito engloba até internet ou a internet combater o direito, é que eles têm que dialogar, e o primeiro caminho para dialogar é fazendo com que os princípios do direito e os princípios da internet dialoguem entre si.

E aí o senhor pode ver que estamos num plano bem principiológico, mas esse é o primeiro esforço, o primeiro passo do marco civil. O segundo grande conjunto de temas aqui abordados diz respeito aos direitos dos usuários, aos direitos dos cidadãos, e aí novamente o marco civil dialoga com outro texto; esse outro texto é a Constituição Federal, em particular, nosso art. 5º.

As pessoas têm... Ao 5º e a direitos sociais, também, deixamos claro, porque o direito à comunicação pode dele implicar o direito de acesso à internet, as pessoas têm o direito de acessar a internet, têm o direito de acessar a informação, direito de acesso ao conhecimento, direito de acesso à cultura, e explicitar isso na legislação é um passo importante para a gente atingir o desenvolvimento econômico e social.

Então, um capítulo todo que busca... E aí garantias também dialogam eventualmente com o Processo Penal, como direito à privacidade, direito à intimidade, direito à inviolabilidade das comunicações telemáticas, salvo por ordem judicial, uma série de princípios que eu sei que vocês lidam aqui diariamente também, mas que estão colocados ali não num contexto de análise, mudança do Processo Penal ou do Direito Penal, mas num contexto de uma constituição mesmo, de reafirmar direitos e garantias.

Um terceiro ponto e um terceiro aspecto, do que trata o marco civil, diz respeito às responsabilidades de intermediários e aos direitos e responsabilidades das pessoas. E nisso nós incluímos a responsabilidade dos sites, responsabilidade dos portais, a responsabilidade pela guarda de registro, responsabilidade de quem publica algum conteúdo, e estamos buscando discutir com a sociedade e aí estamos na primeira fase do debate, no qual consolidamos o que a sociedade nos disse e estamos ouvindo o que ela nos criticou a respeito do que a gente escreveu, para depois ser encaminhado ao Congresso. Estamos discutindo em que medida quem deve ser responsabilizado por que e em que termos, o que tem que ser guardado, em que termos. E acredito que aí as próximas manifestações dos nossos debatedores devem girar por aí, porque aí, sem dúvida, talvez

o nó no qual nossos projetos, que têm seus méritos e que são complementares em muitos aspectos e com alguma sobreposição e uma área comum em outros tantos talvez seja o principal ponto.

E, para encerrar, até porque eu acho que temos bastante, muitos convidados, e eu estou aqui para falar, para ouvir do que para falar, o último passo, mas não menos importante, a finalidade do projeto também é consolidar um conjunto de diretrizes para atuação do governo com relação à internet; diretrizes como essas que eu mencionei, que é ampliar a participação social por canais de comunicações; diretrizes como a interoperabilidade de sistemas, a permitir que você consiga acessar qualquer vídeo transmitido em qualquer sistema, promoção da infraestrutura para que você possa garantir que todas as pessoas tenham direito de acesso, uso da internet de forma adequada para educação, para segurança da informação, para segurança dos indivíduos, segurança das transações. Então, consolidar o conjunto de princípios que depois serão explicitados por uma série de outros caminhos.

Então, estamos num primeiro passo. Se o senhor não se sentir convidado, reitero o convite, por favor, se sinta, estamos dispostos a conversar sempre. Nossa... Como lhe disse, esse projeto não é uma batalha, na qual existem lados, é um mutirão, no qual estamos construindo em comum o que desejamos para a internet no nosso país, e para isso estamos ouvindo todos os lados. O Ministério da Justiça vem sendo o mediador de um debate que junta as empresas e seus consumidores, que, muitas vezes, estão em visões confrontantes, que juntam os órgãos de repressão e as entidades de defesa dos direitos humanos, que junta os professores e os alunos; que junta... Muitas vezes, que aproxima empresas e associações que têm interesses, muitas vezes, conflitantes, e a nossa função nesse processo vem sendo a de funcionar como um medidor que tenta ouvir todas as vozes, inclusive internacionais, temos contribuições internacionais no processo, que, embora... Que serão lidas e serão analisadas. Nós estamos fazendo um projeto de iniciativa do governo, mas a ideia é ouvir literalmente a todos, então, não queremos excluir ninguém, para, ao final desse processo, encontrar um texto que possa refletir, de um lado, como eu disse no começo, fazer com que o direito à internet, de uma forma ampla e mais abstrata, possa conversar entre si.

E, segundo, estabelecer alguns princípios e diretrizes mínimas que possam ser complementadas por outras legislações, mas é numa base comum para que os diversos projetos de lei relativos à internet possam também dialogar entre si, correndo o risco de, não acontecendo isso, a fragmentação e o excesso de

legislação, se elas não forem coerentes entre si, elas podem prejudicar e muito a internet, assim como podem prejudicar também o combate a ilícito na internet, que é uma coisa que a gente não quer.

Agradeço, mais uma vez, o convite. Eu vim aqui muito mais para ouvir do que para falar. Então, agradeço a todos os presentes e fico à disposição para os debates. Obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Agradeço ao Dr. Guilherme.

Vou pedir aos senhores que se inscrevam, vou fazer da seguinte maneira: eu vou ouvir o Dr. Demi e, em seguida, eu vou atendendo as inscrições, e a gente passa a fazer o debate, a partir da fala dele, a partir do Dr. Demi, que o Dr. Demi está meio agonizando, não está?

SR. DEMI GETSCHKO: Não, não, tenho uma hora ainda, tenho uma hora e meia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu passo a palavra ao Demi, ele faz as considerações, e a gente abre o debate às inscrições. André. Quer falar [ininteligível]? Não é, não? Quer não?

Essa outra quer falar? Priscila? Sobral?

Dr. Demi tem a palavra.

Senador José Nery, fique à vontade. Queria que V. Exa. desse um tempo aqui, porque nós temos uma reunião ali, os senadores do Rio e do Espírito Santo, pela história dos *royalties*, que o Pedro Simon vai fazer outra emenda em Plenário hoje, com a mesma conversa fiada do Ibsen, e nós precisamos nos armar ali. Então, o senhor assumo aqui e só saia daqui quando acabar. Está ouvindo ou não?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, eu sempre... E senhores convidados, eu sempre costume encaminhar e seguir suas orientações. Agora, igualmente, eu vi aqui, porém estou sendo chamado para ir à Comissão Mista do Orçamento, que está tendo problema de quórum no caso da participação do Senado, são dez senadores que representam o Senado na comissão e 30 deputados, e eu deverei ir lá, então, poderia até combinar de ir lá primeiro e, depois, retornar aqui para dar continuidade à audiência, enquanto V. Sa. vai a essa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, mas ninguém vai tomar conta.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pelo menos para garantir o quórum lá, porque se faz através da assinatura no livro de presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Então, vá.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então, aí depois eu cumpro suas orientações ou mesmo as ordens de Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Vá.

SR. DEMI GETSCHKO: Eu vou ser bem breve, porque eu acho que é mais importante o debate do que a exposição.

Bom, inicialmente, então, eu agradeço o convite de estar presente nesta Audiência Pública, e, bom, se temos alguma história pregressa, é o fato de termos nos envolvido com redes há mais de 20 anos, então, se a internet deforma ou degenera alguém, eu estou bastante deformado e degenerado, depois de 20 anos de contato com a rede. Então, o primeiro depoimento é de que isso provavelmente não aconteceu.

O que eu diria é o seguinte: um dos lemas importantes da internet é que na internet funciona aquilo que é global. O que significa isso? Que não existe a internet moldada para o gosto dos países ou dos estados, quem modela a internet é a comunidade, a comunidade elege quem fica e quem morre na rede, qual é o serviço que é um sucesso e qual é o serviço que é um fracasso.

O *Second Life* era um grande sucesso, sumiu do mercado, ninguém mais fala, provavelmente foi darwinianamente superado por outro serviço. O Facebook está tendo agora um grande ataque, porque os usuários estão revoltados algumas políticas que o Facebook resolveu adotar, e pode ser que o Facebook tenha ou não sucesso nisso.

Então, o primeiro comentário é que a gente sempre tem que ter em mente que nós estamos lidando com um ambiente novo, um mecanismo amorfo e grande e que não tem especificidades locais. Todos os que se meteram a tornar a internet específica localmente em geral se deram mal. A China tentou fazer uma internet segura, protegida para ela, e não deu certo, desistiu, e vários países que tentaram, de alguma forma, impor esse tipo de restrição não deu.

Então, evidente que existem atitudes que devem ser combatidas e controladas e tal, mas a primeira coisa que se deve lembrar sempre é que quem pratica os atos deletérios não é a internet, mas sim os usuários da internet. Então, é só para comentar o que falou o Guilherme. Na verdade, a gente deveria criar, se fosse o caso, um arcabouço para o internauta, e não para a internet. A internet, ela é um ser imaterial e, portanto, não deveria ser... Deveria ser, na verdade, protegida, e não controlada.

Em relação ao que nós estamos debatendo nesta reunião, marco civil, que eu acho que é uma iniciativa extremamente valiosa, eu acredito que ela incorpora o espírito internet de você buscar o consenso, o que a gente vê é que na internet, a internet funciona porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Eu queria comunicar aos senhores, como é uma Audiência Pública, é um debate, e, realmente, o assunto meu ali, agora, é negócio, assim, de vida ou morte para meu estado, é um debate público, uma Audiência Pública para um debate [ininteligível], vou pedir à Dra. Priscila que sente aqui no meu lugar.

E o primeiro inscrito é André, é o Dr. André. Faça o debate aí, que eu já estou voltando. Se o José Nery chegar; eu não acredito, não, mas eu vou ver se ele chega mesmo, mas eu vou lá e já estou voltando aqui. O senhor pode continuar, e, assim que chegar outro senador, você assume aí Augusto, e rapidamente eu vou lá e já volto.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Senador, é uma honra, não vou substituí-lo à altura, mas vamos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Muito bom.

SR. DEMI GETSCHKO: Até porque lhe falta a idade para o senado. Voto, certamente, teria, senador, se idade tivesse.

Muito bom. Continuo. Então, é isso?

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: André, você é o primeiro a falar, mas eu agradeço o elogio de qualquer maneira, não precisaria.

Vamos... Demi. Desculpa, estou falando que eu não ia substituir à altura mesmo.

SR. DEMI GETSCHKO: Então, como eu estava narrando esse aspecto de que a rede se monta a partir da colaboração voluntária. Então, se nós queremos alguma coisa na internet, nós devemos buscar convencer, educar e ganhar as fatias das comunidades que trabalham na rede para nosso mutirão, para nossa construção coletiva.

O que se tentou impor na rede raramente funcionou. Então, evidente que nós temos mecanismos que tem que impor leis e ordens de repressão, mas isso não é na internet, é em cima dos faltosos, em cima do pessoal que não segue o que deveria seguir.

Então, vou dar alguns exemplos aí. A internet tem algumas regras de boa conduta ou de bom comportamento, que, se forem seguidas, nós até praticamente cobrimos boa parte do que a gente gostaria que ela tivesse de bom.

E você sempre encontra na internet os que não seguem por ali, que são mais liberais ou menos restritivos. Para você registrar, por exemplo, um domínio debaixo do br, você precisa dar seu CNPJ ou seu CPF, se você for pessoa física, mas que isso, nós vamos exibir isso aí na página do CG; se você entrar lá no registro e perguntar quem é o dono domínio batata.com.br, você vai descobrir quem é o dono do domínio,

vai saber qual é o CPF dele, que data foi registrada, quais são os DNS dos servidores que respondem por aquele domínio, se pagou ou não a contribuição, se está devendo a anuidade dos 30 reais por domínio, isso é uma ferramenta administrativa de transparência, quer dizer, a gente acha, e existe um RFC a respeito, existe uma recomendação da comunidade da internet a respeito, que isso deve ser feito assim.

Há os que dizem: “Não, mas você está expondo o indivíduo”. Quer dizer, se o sujeito tem um domínio, ele pode fazer uma transação com aquele domínio, ele pode vender gaiolas ou bicicletas ou batatas, então, ele pode, eventualmente, causar um dano a alguém que vai consumir aquilo lá ou pode vender informação errada ou pode expor. Em suma, se alguém tem um bem na rede, como se você tivesse uma casa, um automóvel, você tem que ter responsabilidade por isso.

Então, o br mostra os dados dos detentores de domínio e mostra quem ganhou fatias de números IP. Então, as teles ganham uma fatia do número IP, está escrito: “A Telefônica ganhou essa fatia de IP, a Oi ganhou aquela outra; a Oi subdividiu em dois pedaços e deu um pedaço para o ‘x’ e um pedaço para o ‘y’”. Essas informações são públicas e estão disponíveis no site do registro.

Eu acredito que esse tipo de informação é exatamente o equilíbrio da balança. Você pode argumentar que isso aqui é um exagero de informação e que você prejudica a privacidade da Telefônica ou do usuário que tem o domínio e você pode argumentar do outro lado e dizer: “Não, mas mais que isso, eu gostaria de saber se ele de fato mora na rua tal, no número tal, se o telefone é aquele ou está errado, quer dizer, nós tentamos nos equilibrar no que seria o razoável da balança. Nós temos que mostrar quem tem esses bens na rede, mas não temos que passar do ponto.

Então, por exemplo, a pessoa física nós não mostramos o endereço, ninguém vai querer mandar um buquê de flores para alguém que tem um domínio, não precisa saber qual é o endereço físico dele, mas saber quem é o responsável por aquilo é importante.

Então, assim procedendo, o br tem, hoje, dois milhões e 100 mil domínios registrados; muitos não usam, alguns não usam, nós temos 80% dos domínios no Brasil.

Se nós fôssemos mais duros do que isso, provavelmente nós teríamos um milhão de domínios, se fôssemos mais duros ainda, talvez tivéssemos 100 mil domínios. Onde estariam os brasileiros na internet? Estariam em outros lugares, estariam usando o .info, o .com, o .net, o .tv, onde pagou, ganhou o domínio, você não precisa dizer nada, você não precisa dizer quem você é; desde que seu cartão de crédito funcione,

está tudo em ordem, porque eles estão interessados é que você consiga pagar sua contribuição.

Então, a partir de uma decisão que poderia ser, digamos, impopular, mas que estava de acordo com as RFCs da internet, nós mantivemos o br funcionando assim, e posso dizer que funciona bem e o pessoal gosta, ninguém tem reclamado disso.

O CG, há muito tempo, já tinha dito que achava que **log** de assiste, quer dizer, é o **log** que visa ao sujeito, está aqui seu IP para navegar na rede e depois devolve esse IP, porque eu vou dar para outro indivíduo, essa transação, ela é automaticamente gerada na maioria dos servidores, não há problema nenhum em guardá-la, a recomendação era que se guardasse por três anos, e isso é o log, agora, isso nos parece razoável. **log** de serviço não nos parece razoável. Quando você entra numa livraria, ninguém precisa dizer quais foram os livros que você xeretou. "Ele foi lá xeretar criação de ovelhas. Ele foi xeretar produtos químicos. Ele foi xeretar um livro sobre história geral. Ele, então, tem tendências para ser historiador". Isso não interessa, quer dizer, o **log** de serviços só deve ser gerado quando o detentor do serviço necessita daquilo por algum motivo e deve ser exposto ao usuário o que ele está fazendo com aquilo.

Por exemplo, a Amazon tem um costume de tentar mapear o que você gosta de livros; pode ser uma comunidade e pode ser um estorvo. Eventualmente, eu posso estar fazendo uma pesquisa que não é o que eu gosto, mas que me pediram para pesquisar, e eu não quero que a Amazon ache que eu procuro aquilo porque eu crio galinhas. Quer dizer, se eu passei o dia procurando alimentos para galinhas não quer dizer que eu faço isso, ou posso dar exemplos bem piores do que isso.

Da mesma forma que, se eu entrar numa banca de jornais e folhear revistas adultas ou não adultas, não interessa a ninguém o que eu estou folheando ou deixando de folhear.

Então, eu acho que o problema do nosso debate, quando ele fica não ininteligível, quando ele fica confuso, eu acho que até propositadamente confuso em alguns casos, é porque usamos palavras com conceitos não definidos e com contexto que cada um assume que é o dele. Então, quem fala **log** e pensa em serviço pensa, se possível, na impressão digital do sujeito e no carimbo na testa de que ele xereta revistas adultas e, portanto, ele é um cara candidato a isso ou aquilo. Não é isso que nós entendemos por **log**.

Então, é importante que se distinga qual é o **log** de que nós estamos falando, que, se conseguirmos trazer isso para um território comum, eu acredito que nós não teremos dissensão, eu acredito que tanto a CPI da

Pedofilia anda nesse sentido como o marco civil anda no mesmo sentido, e repito, o marco civil com essa vantagem adicional de ele começou tentando estabelecer princípios que são da internet como um todo.

Então, o último ponto que eu queria comentar a respeito disso também é o seguinte: não é verdade que a internet é uma geradora de problemas no mundo real, a internet é uma forma de você mapear problemas que existem no mundo real. Como eu estava comentando com alguém, ninguém é assassinado pela internet, ninguém é violentado pela internet, ele é violentado no mundo real, esses crimes aconteceram; por exemplo, esfaquear alguém, eu não vou esfaquear ele virtualmente, eu vou esfaquear ele com uma faca de metal, no mundo real.

Então, o fato de eu ter combinado o esfaqueamento de alguém pela internet, isso não quer dizer que a internet foi usada para esfaquear alguém, mas é uma pista para eu chegar ao eventual esfaqueador e talvez prevenir o ato ou imputar a ele o crime que cometeu, da mesma forma que eu poderia ter feito isso pelo telefone; quer dizer, o telefone não incita a violência, mas certamente gangues se organizam usando telefone.

Então, o telefone é uma ferramenta para você poder desmontar a intenção malévola do que existia, já pré-organizada, e não o fator do crime em si.

Bom, os mais técnicos dirão: "Não, a internet trouxe crimes específicos, trouxe vírus". Vírus, de fato, é um crime... "Trouxe, eventualmente, **spam**, que é um aborrecimento." Sim, existem malefícios ou novas táticas de perturbar a vida do indivíduo que vieram pela internet, mas, quando nós estamos falando de crimes do mundo real, precisamos ter em mente que os crimes do mundo real acontecem no mundo real, tem que ser sangue no chão, o crime não acontece por **bits** e **bytes** que andam por aí.

Então, nesse sentido, eu queria dizer que minha leitura da internet é que ela ajudou a desvendar uma porção de crimes no mundo real e continua ajudando nisso, e ela não é a responsável por que eles acontecem, eles acontecem, e agora nós temos uma forma adicional de tentar interferir na sua organização, pegando as marcas que a internet deixa pelo caminho.

Então, o que eu queria dizer é isso, quer dizer, a gente tem que ter em mente o que significa a internet ou, como bem falou o Guilherme aí, contextualizou, fez um decálogo sobre princípios da internet, a gente tentou mapear esses conceitos que a internet traz já há mais de 20 anos e que a gente acha que são muito interessantes, eles trouxeram um novo mundo. Quer dizer, o ser humano é um negócio viável e, eventualmente, na maior dos casos, positivo e adequado e

bondoso e correto, não existe a maldade intrínseca, na maioria.

Então, a internet, ela espelha isso, quer dizer, a colaboração que ela traz, o **software** aberto, o fato de o pessoal gerar serviços, às vezes, de graça. Quantos de nós usamos serviços diariamente na internet, evidente que cada um, de alguma forma, vai tentar ser remunerado de uma forma ou de outra, mas imaginem não ter correio eletrônico, por exemplo, porque correio eletrônico é uma ferramenta hoje fundamental na nossa comunicação.

Então, em vez de tentarmos resolver o problema pelo caminho mais fácil e provavelmente errado, o ideal seria tentarmos resolver o problema pelo caminho certo e que, em geral, é mais longo e que necessita de maior esforço mental. Quer dizer, é muito simples você dizer: "Que bom, se o pessoal se organiza pela internet, tira a internet do ar e resolveu". Quer dizer, essa é a forma, digamos, inadequada de tratar o problema, enquanto o certo seria, ao contrário, fazer com que ela crescesse, fazer com que ela evoluísse, colocássemos todos os brasileiros na rede, quando todos os brasileiros estivessem na rede, seria muito melhor para nós e conseguir a colaboração voluntária, como nós temos feito nas regiões onde podemos agir, dizendo para as pessoas que nós preferimos expor alguma coisa em troca de segurança e transparência, evidentemente, preservando privacidade, mas saber qual é o limite disso, quer dizer, o grande desafio nisso é manter o equilíbrio e tentar se colocar numa posição que preserve o que foi conquistado, ao mesmo tempo que controle os delitos na rede. É isso aí. Obrigado.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Obrigada, Demi. Antes de mais nada, queria dar meu boa-tarde a todos, pedir desculpas aqui publicamente que eu o interrompi, naquele momento, Demi, mas agora terminou, findou.

Mas estou vendo aqui colegas meus, Dr. Sobral, Dr. Stenio, estou vendo que tem outro delegado, Dr. Silvio, Dr. André, companheiro também de luta do Ministério Público.

Bom, sem mais delongas, eu estou aqui com uma lista e com a incumbência que o Exmo. Sr. Senador me passou para abrir para os debates, inclusive, eu sou uma das inscritas, não vou aqui tomar a frente de ninguém, fiquem tranquilos. Eu só queria falar parabéns pelas palavras, Demi. Penso como você em vários pontos, alguns discordantes, mas prometo deixar para a hora da minha fala e, depois, eu acho que a gente vai ter muito espaço e muito tempo. É para isso que a gente está todo mundo aqui reunido.

E eu só queria fechar com a importância que eu penso desta Audiência Pública, a gente está, como o

próprio nome diz, o marco civil para mim é o marco zero da regulação da internet. Então, a importância de estarmos todos nós participantes aqui de uma Audiência Pública que vai regular, a partir do zero, porque nós temos acordos, acordos muito bem feitos, até no bojo da CPI da Pedofilia, mas não temos uma legislação eficiente, em termos, falando da minha área de processo penal, apesar de termos uma legislação eficiente em Direito Penal na internet.

Enfim, passando a palavra ao primeiro inscrito, Dr. André Ubaldino, alguma colocação ao debate?

SR. ANDRÉ UBALDINO: Bom, boa-tarde a todos. Eu gostaria de agradecer o convite que foi enviado pelo Senado e cumprimentar a todos os presentes e que participam deste debate extremamente importante para todos nós.

E eu queria me dirigir, de forma mais especial, ao Dr. Guilherme, que aqui representa o Ministério da Justiça e que foi responsável pela elaboração desse marco, a partir do qual se tenta disciplinar, de algum modo, o uso e, eventualmente, conter as abusos na internet.

Dizer, inicialmente, Dr. Guilherme, e me permita fazer uma breve digressão a esse respeito, que eu me encontro no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sempre atuando na área criminal, há 21 anos já, atuando em áreas as mais diversas, entre as quais, a repressão ao crime organizado, mas também com uma atuação bastante prolongada e bem incisiva também no que diz respeito aos direitos fundamentais. Eu atuei durante muito tempo como promotor de Justiça da área de defesa dos direitos humanos. E isso, de certo modo, reproduz uma realidade que na minha vida foi muito curiosa, porque minha formação no curso de direito, ela se deu basicamente na época em que o regime militar, em que o regime autoritário vivia seus [ininteligível], em que a democracia no país era retomada e em que, portanto, o Direito Penal e o Processo Penal brasileiro retomavam sua vocação original de respeito aos direitos das pessoas. E é essa a ótica com a qual nós examinamos o funcionamento e a atuação do Direito Penal, do Processo Penal, das instituições no Estado brasileiro, isto é, de fato estamos todos nós envolvidos num mutirão, que, ao mesmo tempo, assegure a inclusão social, o acesso democrático à internet, mas também com respeito a alguns direitos que têm sido mais facilmente violados nos dias de hoje, em decorrência exatamente da democratização, um tanto sem controle, é verdade, desse importante marco.

E foi exatamente essa difusão, um tanto talvez atabalhoada da internet, que gerou, como nós pudemos constatar, ao longo desses dois anos trabalhando junto à CPI da Pedofilia, uma multiplicação extremamente

preocupante das ofensas aos direitos, especialmente de crianças, e isso nos levou, há cerca de dois anos, a colher um dos poucos frutos doces, em meio aos numerosos e extremamente amargos que colhemos por ocasião desta CPI.

Eu devo até dizer, por um dever perene que tenho com a lealdade, que atuar numa CPI não é nada de muito cômodo, muito pelo contrário, desconfortos sofremos a todos os instantes, mas, entre os poucos frutos, como dizia, proveitosos dessa atuação bastante sacrificada, para todos nós, esteve exatamente a construção de um entendimento com as operadoras, no sentido de que certos dados, que são rigorosamente essenciais para a apuração de crimes que têm por vítimas as crianças possam ser retidos durante um período, que é prolongado o suficiente, consideradas as particularidades da realidade brasileira, para que as apurações sejam feitas.

Na realidade, Dr. Guilherme, dizendo objetivamente, nós conseguimos, num dado instante, após uma longa e frutífera negociação com as operadoras, que, a exemplo do que tem sido convencionado internacionalmente, esses dados de acesso fossem retidos por um período que nos permita a apuração dessas infrações penais, e esse prazo ficou entre nós fixado, consensualmente, inclusive, destaque-se, com a adesão daqueles que suportaram o ônus financeiro disso decorrente, em três anos. Isso por uma razão: todos nós, evidentemente, que atuamos na repressão criminal, e é preciso destacar sempre: a repressão criminal se faz para proteger direitos fundamentais, nós gostaríamos de poder dar a resposta desejada pela coletividade com a maior presteza possível, mas a própria precariedade dos recursos materiais, humanos que nos são destinados para essa atuação faz com que nós não tenhamos a celeridade necessária e desejada por todos nós na repressão a esses ilícitos e, portanto, na redução da sua repetição.

E o que nos preocupa? Exatamente que, embora os prazos prescricionais para essas infrações penais sejam razoavelmente dilatados, como devem ser, tendo em vista a gravidade dessas infrações, a retenção dos dados pelas operadoras far-se-á por um período tão exíguo que, quando, eventualmente, ocorrências dessas infrações chegarem ao conhecimento das autoridades públicas, elas já nada mais poderão fazer, tendo em vista que a Código de Processo Penal, corretamente, diga-se de passagem, estabelece que, nos crimes que deixam vestígios, entendam-se, inclusive, vestígios eletrônicos, será crucial o seu exame para que se possa promover a ação penal.

Portanto, nós vimos com extrema preocupação que, multiplicando as ofensas à dignidade sexual de

crianças, estimuladas exatamente por essa difusão da crença de que essas infrações são de pouca monta ou porque não são punidas adequadamente, que elas possam se multiplicar exatamente porque nós, embora ansiosos por dar a resposta desejada à coletividade, não teremos meios para fazê-lo. Isso nos preocupa sobremaneira. Embora eu deva dizer a V. Exa. que, de certo modo, essa minha preocupação diminui um pouco, quando a gente percebe que há de fato uma propensão para o diagnóstico, que talvez permita a todos nós mostrar que nossa realidade realmente reclama uma restrição por mais tempo.

Esse é um ponto que eu gostaria de destacar e que eu quero crer que será também destacado por outros que aqui se manifestarão, exatamente porque é uma necessidade que temos e até como coroamento desses esforços que todos fizemos para chegar a essa consenso. Esse é um ponto, portanto, que eu gostaria de submeter à sua consideração.

Tendo em vista que, no marco civil, se propõe que esses dados sejam retidos por um máximo de seis meses, o que tornaria absolutamente inviável a repressão a tempo e modo, cumprindo, de certo modo, às avessas, a lição de Beccaria, porque, se não se pune, se multiplica a infração.

Outro aspecto que também nos preocupa, embora reconheça seu caráter um pouco mais polêmico do que o anterior, é a exigência que o marco civil passa a fazer, inclinando-se entre os pontos de vista em conflito, que o marco civil se propõe de fazer com que os dados cadastrais não sejam suscetíveis de requisição direta pela autoridade policial ou ministerial, fazendo-nos, portanto, dependentes de ordem judicial.

Reconheço, e já o disse, desde o princípio, que essa matéria é uma matéria algo polêmica, no âmbito da nossa jurisprudência, mas o que se lamenta e que nos desperta preocupação é exatamente que, no momento em que a discussão se trave em torno disso, haja, por parte do marco, uma proposta ou adoção de um dos pontos de vista em conflito, que é aquele que talvez produza efeitos tão deletérios quanto à eventual adoção da solução do primeiro problema mencionado.

E por que razão? Todos nós conhecemos, e não é possível, honestamente, creditá-la apenas ao Judiciário, a morosidade da prestação jurisdicional no país. Boa parte da nossa criminalidade decorre, como sabido, da incapacidade do Poder Judiciário de dar, a tempo e modo, a prestação dele reclamada.

Seria, porém, apenas o Judiciário responsável por isso? Todos nós sabemos que não, bem o sabe o Ministério da Justiça, inclusive, tanto assim que tem se predisposto a projetos de Código de Processo Civil e Código de Processo Penal, exatamente para tornar

mais célere a prestação jurisdicional, até porque hoje, reconhecendo todos nós, com a vivência que temos, a morosidade da entrega da prestação jurisdicional, pode-se dizer que o brasileiro, de certo modo, incorporou a morosidade do Poder Judiciário ao seu patrimônio.

Em que sentido? Ora, o indivíduo sugere àquele a quem deva reparar algum dano provocado que, se não quiser daquele modo, que vá ao Judiciário, porque sabe que dali dificilmente obterá essa reparação a tempo e modo. Isso ocorre, obviamente, no plano civil e ocorre também no plano criminal.

E a preocupação reside exatamente no instante em que, havendo dois pontos de vista em conflito, de um lado acórdãos dizendo da desnecessidade de acesso ao Judiciário para essa proteção desses dados e, de outro, acórdãos que ponderam o contrário, que afirmam a contrário, que falam da indeclinabilidade desse acesso ao Judiciário. Nós obtemos exatamente por essa segunda via, que vai jurisdicionalizar toda a busca de informação, tornando rigorosamente inviável, na quase totalidade dos casos, a obtenho tempestiva da informação. Olvidando, inclusive, que nós já não vivemos mais aquele tempo anterior a 1988, em que autoridades policiais e ministeriais, sem absolutamente nenhum freio, praticavam toda a sorte de abusos; hoje, ao contrário, temos um Estado minimamente organizados, em que somos responsáveis pelos abusos que eventualmente cometamos, e não parece razoável que nós obtemos, portanto, nessa circunstância, em que estamos todos submetidos a rigoroso controle, por uma solução que provavelmente nos inibirá o acesso direto a uma informação que, de modo algum, ao menos segundo parte da jurisprudência, viola a intimidade de alguém, que nós obtemos exatamente por essa via que tornará inviável o exercício das nossas funções.

A discussão, portanto, é uma discussão completamente estranha às questões de poder e prerrogativas, é questão atinente às nossas missões constitucionais que queremos cumprir a tempo e modo e tememos, sobremaneira, que, eventualmente, a adoção dessa providência nos obrigue a todo e qualquer dado de que necessitemos, que tenhamos que bater às portas do Judiciário, que já não é hoje capaz, não por culpa sua, por culpa de todos nós, por culpa da nossa própria cultura, por culpa de todos nós, que sabemos que podemos não pagar aluguel, porque dificilmente haverão de cobrar-nos com a rapidez necessária, enfim, por essa atribuição demasiada do Judiciário, nós tememos que nós deixemos sem proteção aqueles que mais a merecem, em função dessa providência.

Por isso, gostaria de destacar essa minha preocupação nesse sentido.

Outro aspecto que me parece também e motivou grande preocupação de nossa parte é a disposição proposta no art. 20 no anteprojeto, que diz que a provedor de serviço da internet somente poderá ser responsabilizado por danos decorrentes do conteúdo gerado por terceiros se, após intimado para cumprir ordem judicial a respeito, não tomar providências para, no âmbito do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar disponível o conteúdo apontado como infringente.

Eu não precisaria nem destacar o terrível malefício que faz, por exemplo, a difusão da imagem de uma criança, vítima de uma violência sexual, por um segundo que seja; quanto mais, o tempo ou o mal que isso causaria por uma persistente exposição, por uma duradoura exposição, no aguardo de uma ordem judicial, nem sempre prestada e, lamentavelmente, quase nunca prestada com a rapidez que gostaríamos.

Nós vamos para outro aspecto e que aí se vincula aos próprios princípios gerais do Direito Penal, que me preocupa nesse ponto. Nós sabemos todos que o indivíduo, quando vem de praticar uma conduta reiterada ou contínua, isto é, um crime continuado, uma conduta continuada, uma conduta permanente, ele pode até, eventualmente, não ser alcançado pela lei penal, em fases dessa sua conduta, e não haverá de ser, é claro, enquanto esse fato não for definido como criminoso, isto é, enquanto não houver a definição desse fato como criminoso, obviamente, não pode ser alcançado pela lei, mas, num instante em que ele é comunicado ou no momento em que passa a vigorar uma norma jurídica que passa a definir como criminoso aquele fato, é óbvio que a subsistência dessa sua conduta o sujeita à responsabilidade criminal.

Eu então pergunto: no momento em que alguém, uma autoridade pública, mesmo que não a judicial, ou no momento em que um pai de uma criança alerta para que aquela pessoa ali retratada é uma pessoa, o provedor de internet só será responsabilizado por essa difusão, embora lhe seja possível perceber visualmente isso, ele só será responsabilizado criminalmente ou civilmente no momento em que o Judiciário o alertar?

É como se, *mutatis mutandis*, me desculpem o exemplo talvez um pouco pobre, porque estou tentando construí-lo agora, é como se eu estivesse praticando uma conduta lesiva a um interesse individual, sem saber se é criminoso, alguém me alertasse: “Olha, pare de fazer, porque o que você está fazendo é lesivo e é crime”, e eu só pudesse ser responsabilizado por isso no momento em que o Juiz batesse à minha casa e dissesse: “Esse fato que você praticou é criminoso”. Parece isso pouco lógico, porque, na realidade, no momento em que alguém é alertado para o fato de que, se uma sua conduta é contributiva para a prática de um

crime, obviamente, esse indivíduo, se persistir nessa conduta, haverá de ser por ela responsabilizado.

É isso que sucede na generalidade dos casos, é isso que se sucede segundo as regras do Código Penal brasileiro, é isso que sucede segundo as regras do art. 29 do Código Penal brasileiro, segundo o qual todo aquele que concorre para a prática de um crime incide nas penas a ele culminadas, na medida de sua culpabilidade, como V. Exa. bem sabe.

O que eu quero alertar é que, para aquele indivíduo que contribui inconsciente da natureza contributiva de sua conduta atípica para a prática de uma conduta dolosa, e ele não responde por crimes nesse instante, até que venha a saber que sua conduta a isso se destina.

Se me permite uma breve comparação, se o Dr. Sobral entra no meu carro como delegado de Polícia Federal e diz: “Olha...”. Eu sou um motorista de táxi. E me diz: “Olha, me leve até tal lugar”. No momento em que ele me disser que eu o estou levando para aquele lugar para a prática de um crime, se eu continuar a levá-lo, eu estarei praticando o crime junto com ele, e é exatamente o que aqui se tem.

Se alguém está usando um provedor para a prática de um crime, se o provedor é disso alertado por alguém que não seja necessariamente um juiz, só haverá de ser ele responsabilizado no momento em que o juiz lho disser? Parece-me um retrocesso extremamente perigoso e tenho certeza de que não foi essa, naturalmente, a pretensão daqueles que elaboraram o marco, preocupados, e parabéns por isso, com a democratização da discussão, mas não necessariamente talvez atentos a esses aspectos do ponto de vista criminal.

E, finalmente, outro ponto que nos preocupou, porque nós andamos discutindo a esse respeito, é uma alusão feita no art. 22 a que o provedor, ao retirar esse serviço, deva comunicar a retirada do conteúdo ilícito àquele que o haja postado. É bem verdade que, considerada a relação do usuário com a internet como uma relação de consumo, talvez por força do que dispõe o Código do Consumidor, houvesse a necessidade disso e talvez quem tenha produzido essa norma tenha se inspirado exatamente nas disposições do Código de Defesa do Consumidor. Mas é preciso destacar que aqui nós estamos falando de uma supressão do conteúdo, [ininteligível] do conteúdo por outra razão, por âmbito da investigação criminal. E, se nem a própria autoridade policial ou qualquer um que tenha acesso à investigação criminal pode divulgá-la a qualquer pessoa, em especial àquela que esteja sendo investigado, não parece razoável que o provedor deva fazê-lo, eventualmente facilitando a dissipação das provas. E

isso faz até com que eu me recorde – e eu até gostaria muito que o Senador Presidente estivesse aqui, apenas porque ele certamente perceberia a analogia que aqui faria.

Recentemente, Dr. Guilherme, nós estivemos na cidade de Catanduvas – certamente o senhor teve notícia, porque foi difundida nacionalmente, foi difundida nacionalmente a referência a esse episódio de prática de crimes contra a liberdade sexual de crianças que teriam sido praticadas por uma pessoa, ou melhor, por algumas pessoas, e, entre elas, uma pessoa dotada de grande prestígio político e de grande capacidade econômica na região.

Estando a acompanhar a CPI lá, nós fomos, então, informados de que, curiosamente, na eminência do cumprimento de um mandado de busca e apreensão em casa dessa pessoa, a autoridade policial que deveria cumprir esse mandado de busca e apreensão ligou para essa pessoa, dizendo que iria à sua casa cumprir o mandado de busca e apreensão. Isso causou, obviamente, um mal-estar terrível quando as autoridades públicas tomaram disso conhecimento, os superiores dessa autoridade policial, os responsáveis pela condução da CPI, exatamente porque isso é medida que não se faz.

E é preciso destacar, e eis aqui talvez a conclusão das referências que aqui faço, que o Direito Penal mudou, graças a Deus, consideravelmente na sua função do passado para o presente. Na verdade, quando nós reclamamos a mudança de algumas disposições propostas no marco civil da internet, isso se dá exatamente porque nós estamos preocupados em reduzir o quanto nos seja possível fazê-lo essas violações aos direitos fundamentais, especialmente de crianças e adolescentes. Porque, lamentavelmente, entre os mais amargos frutos que nós temos colhido, aos quais eu agora há pouco fazia alusão, está exatamente a percepção de que, desgraçadamente, esses crimes têm sido muito, muito, muito frequentes, a um ponto de tornar rigorosamente inviável, lamentavelmente, sua apuração, já se tendo dito aqui, no âmbito da CPI, por autoridades no assunto, autoridades científicas no assunto, que nós temos uma média de 23 desses crimes por dia, Dr. Guilherme, são 23 desses crimes por dia.

Nós gostaríamos de apurá-los todos para ontem, mas, se algumas dessas medidas forem aqui implementadas, nós lamentaremos profundamente, inclusive com as gerações futuras, não termos sido capazes de fazê-lo.

E, se nossa ponderação a esse respeito para nada servir, servirá pelo menos para nossa absolvição no julgamento que certamente fará história, quando nos

costrar das atitudes que tenhamos tomado ou deixado de tomar em relação a esse assunto.

Por isso fica aqui o registro da minha preocupação, que é a preocupação de vários de nós, se não de todos nós, rogando que, entre as preocupações que faria disso um mutirão, busque-se aí nossa contribuição, porque, de fato, nós não estamos aqui em busca de nada que não seja a proteção dos direitos fundamentais pelos quais todos nós lutamos, todos nós sofremos e todos nós, portanto, queremos ver rigorosamente preservados.

Agradecendo a atenção dos senhores, era o que eu tinha a dizer.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Obrigada, Dr. André. Só queria acrescentar que também faço das palavras do Dr. André as minhas, é uma preocupação também do lado do Ministério Público Federal. Absolutamente todas as ponderações que o Dr. André acabou de colocar, Dr. Guilherme, são preocupações a nós também, independentemente da esfera estadual ou federal, são preocupações que atingem a eficácia da investigação.

Então, o senhor prefere já responder ou o senhor prefere que eu passe a palavra para outro colega?

SR. GUILHERME ALMEIDA: Eu acho que talvez, não sei se as contribuições têm... dos demais têm um caráter de exposição ou um caráter de pergunta. Mesmo assim, eu acho que foram tantos os pontos colocados pelo Dr. André que eu acho que seria interessante, já correndo o risco de talvez prejudicar questões de terceiros, mas de já esclarecer alguns pontos, mas, ainda assim, com uma finalidade de ampliar a discussão e dar um passo adiante.

Eu vejo aqui na audiência uma audiência muito qualificada e com muita experiência prática, desde o primeiro momento, o que o marco civil buscou foi isso. No mundo do *software*, nós temos uma metodologia que se chama de caso de uso. O que é o caso de uso? Quando você vai desenvolver uma ferramenta, um princípio, um aplicativo, um código de programação, você pensa: quais são as possibilidades de utilização daquilo? O que usuário vai fazer e como se aplicaria? Essa regra aqui vale para esse caso, vale para esse e vale para o terceiro?

A construção colaborativa do marco civil tem essa finalidade, que é fazer com que a sociedade traga para o processo o maior número possível de casos de uso. Como eu coloquei agora há pouco, nós estamos aqui mais num plano de uma “constituição”, entre aspas, para a internet do que de um Código Penal ou de um Código de Processo Penal para a internet.

Eu sei que eles têm alguns, se engano, pelo menos 12 Projetos de Lei oriundos desta CPI, vários deles

têm uma finalidade processual de justamente resolver gargalos, a investigação de buracos na tipificação penal ou de otimizar procedimentos.

Eu acho que o debate continua, mas agradeço ao senhor por ter trazido alguns desses casos de uso, sua experiência, com certeza, exemplar e extensa nessas diversas áreas pode trazer para o debate algo que a gente precisa, que é a experiência prática. Já estive discutindo com alguns dos presentes o quanto esse debate precisa de... A finalidade de fazer o debate por inscrito e assíncrono e aberto é de conseguir colher de todos, agentes públicos, entes privados, sujeitos, cidadãos, empresas, associações, colher suas impressões da melhor forma possível.

Então, quanto mais qualificado, e essa foi uma das boas e bem qualificadas opiniões que eu ouvi a esse respeito, melhor e mais enriquece o processo.

Então, eu prefiro, eu acho que é mais dinâmico se eu responder um a um, até porque algumas questões já ficam respondidas para os demais. Se eu entendi bem, resumindo o conjunto do seu ótimo arrazoado, nossos principais pontos são a questão do prazo, a questão da requisição, a questão da remoção de conteúdo e do fornecimento de informações de quem reclamou. Acho que a gente pode... Quatro pontos e alguns incidentais, como o próprio andamento e a validação dos termos de ajuste de conduta e tal, mas são quatro grandes pontos que tocam e preocupam para a investigação.

Em primeiro lugar, com relação ao prazo, com relação ao prazo. Bom, antes de tudo, marco zero, na discussão do marco zero, ainda é uma discussão, é importante sempre deixar claro e obrigado por compreender que se trata de um mutirão, obrigado por oferecer sua voz, suas ideias, seus pensamentos para ele. Embora o prazo oficial de contribuições no *site*, comentário por comentário já tenha se esgotado, eu acho que podemos abrir uma exceção caso a Comissão Parlamentar de Inquérito, aqui, entenda plausível e queira consolidar seus argumentos de uma forma mais consolidada; a Polícia Federal já apresentou os seus, eu acho que a gente pode abrir uma exceção e publicar no *site* como uma contribuição especial da Comissão Parlamentar de Inquérito a esse respeito.

Eu acho que isso faz com que, eu vou, inclusive, propor ao senador, assim que ele retornar, mas eu acho que isso faz com que o debate possa se complementar.

Aí voltando, reiterando, estamos num debate e, nesse debate, o que nós queremos é ouvir os argumentos de todos os lados e suas fundamentações e seus dados empíricos, práticos, estatísticos, para que possamos encontrar o melhor ponto.

Me preocupa também, compartilhamos com o senhor não só a preocupação, mas o compromisso com a redução da morosidade judicial, que entendemos não é culpa só do Judiciário, entendemos claramente, é culpa de... E inúmeros são os fatores, inúmeras são as causas e são vários focos a serem combatidos. Entendo que o prazo de guarda e retenção de dados possa ser um dos empecilhos, é um tema em discussão, e a função do Ministério nesse processo é ser um medidor, um medidor que ajuda a uma decisão, e, nesse contexto, quanto mais informações tivermos como essas, mais legitimidade temos para definir para um lado ou para o outro, para mais ou para menos, para o máximo ou para o mínimo, para uma obrigação ou não. O que nós estamos buscando, esse tipo de **input**, esse tipo de informação qualificada.

E acredito, sobretudo, que é fundamental também – sei que vocês vêm fazendo isso aqui – combater as diversas outras frentes, as diversas outras causas dessa morosidade. Estivemos fazendo em outros fóruns, não vem tanto ao caso aqui, mas, no que pudermos atuar juntos e de forma cooperativa nesse mutirão, em outras esferas, conte também com o Ministério da Justiça.

Com relação ao prazo, existem tendências mundiais para, em alguns lugares, para não guardar, em outros para um ano, outros, dois anos, tivemos contribuições do Itamaraty, que, junto às nossas embaixadas brasileiras no exterior, que buscaram a análise de diversos países, e elas estão sendo publicadas ainda esta semana no nosso *site*, acho que elas podem ajudar o debate, mas peço que, se possível, se vocês conseguirem compilar uma versão, um comentário com o máximo de dados, com o máximo de argumentos possível desta CPI para o processo, nós teremos o maior prazer em publicar e será um dos nossos fundamentos para a tomada de decisão junto com as demais manifestações.

Meu compromisso público e o compromisso do Ministério e reitero esse pedido.

Com relação ao prazo, é uma questão que nós ainda não definimos, estamos aguardando a soma dos argumentos para poder analisar. Entendemos as preocupações, entendemos claramente a preocupação com a repressão, cotejamos com as preocupações de preservação de dados pessoais, de sigilo, e aí entra num segundo ponto, quando... Que é a divergência jurisprudencial, que o senhor mencionou, sobre dados cadastrais ou dados pessoais.

Nesse ponto, eu destaco que o Brasil não possui ainda uma legislação específica sobre proteção de dados pessoais. Temos, sim, algo no CDC, temos, sim, algo genérico na Constituição Federal, temos, sim, algo na legislação de **habeas data**, mas não temos, como

em outros países, uma legislação específica de proteção de dados pessoais. E, nesse sentido e a partir de uma série de contribuições, sobretudo na primeira fase do debate, nossa tendência foi, na ausência de uma legislação de procedimento de dados pessoais, um marco civil da internet, não penal, deveria focar justamente em tentar trazer para o ordenamento brasileiro algumas dessas premissas. Óbvio que exceções a elas podem vir a existir, com relação ao processo penal, com relação à investigação criminal.

E eu acho que a gente pode buscar sintonias finas e ajustes e mecanismos que permitam que uma coisa não atrapalhe a outra. Informo também que está em discussão, no Ministério da Justiça, um anteprojeto de lei também para proteção de dados pessoais. Esperamos poder debatê-lo com a sociedade com a mesma abertura, com a mesma transparência que vimos conduzindo esse marco civil, eu acho que é um próximo passo do debate.

Enquanto isso, eu acho que vamos organizar também os argumentos que recebemos a esse respeito, para tentar verificar, encontrar aí o fiel da balança, o medidor, e sempre lembre-se como, por enquanto, um anteprojeto; em breve, como um projeto que também tramitará por esta Casa. Por enquanto, nossa posição tem sido a de tratar como dados pessoais que estão sendo destruídos ou maltratados e está aí nosso Departamento de Defesa do Consumidor, que tem batido nesse sentido.

Com relação ao terceiro tema, que diz respeito à necessidade de ordem judicial para retirada de conteúdo, se não me engano, essa foi uma tônica também no debate, e aí eu lembro ao senhor que estamos tratando de um marco civil, então, não entendemos originalmente que essa obrigação, essa obrigação de...

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Desculpe a interrupção, Guilherme, é porque o Exmo. Senador Romeu Tuma, vice-Presidente aqui da comissão, acabou de chegar, vai desempenhar muito melhor...

Bom, chegou todo mundo, agora eu não tenho mais o que fazer aqui mesmo [risos]. Assim, até para o deleite de todos vocês, já vou me sentar aí. Dê-me licença.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dá o prazer da permanência.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Imagina, senador. Obrigada, senador. Vou ali. Os meus colegas estão ansiando pela minha presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Chorando de saudade já?

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Você vê a falta que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa, eu interrompi o senhor.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Sem problemas. Aproveito--

SR. ANDRÉ UBALDINO: Presidente, eu queria fazer uma indagação ao Dr. Guilherme, se me permitir.

Dr. Guilherme, embora a norma não seja penal, obviamente, nem se pretende que seja, longe de nós, inclusive, pretender que legislação referente a marco civil de internet seja penal, mas apenas lembrar que, no instante em que disposições de natureza civil criam direitos, elas criam as chamadas causas de exclusão de ilicitude, de tal sorte que um provedor, por exemplo, que não retire o conteúdo, porque a isso autorizado por uma legislação de marco civil, terá excluída a ilicitude da sua conduta e, nesse sentido, nos preocupa, isto é, nós não queremos, definitivamente, que uma norma dessa natureza se transforme em norma penal, mas ela, obviamente, se repercutirá nas normas penais, eventualmente, excluindo a ilicitude de condutas.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Sim, cabe, e aí reitero, se trata de uma discussão, de uma minuta de um anteprojeto. Inclusive, senador, o senhor não estava presente, mas uma proposta e um convite público que eu fiz foi que recebamos desta comissão uma manifestação expressa, ponto a ponto, com comentários sobre o marco civil, teremos o maior prazer de não só publicá-la, torná-la pública no próprio debate, como de levá-la em consideração junto com todas as demais distribuições na construção desse projeto, que será, obviamente, encaminhado por esta Casa e que deve seguir seu tempo normal, mas reitero e faço na sua presença e na sua pessoa o convite a esta comissão para que apresente seus comentários também formalmente para que a gente possa publicá-los e divulgá-los.

Espero e acredito que eles consolidarão esse debate de uma forma a amplificá-lo ainda mais, junto ao grupo que vem debatendo já o processo.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Acho interessante, não sei o que o grupo acha disso, mas penso que quem sabe se a gente pudesse ter um diálogo permanente, um debate permanente, de até se formar um grupo, até porque você tem aqui o Ministério Público Federal, Polícia Federal, você tem Polícia Civil, você tem o Parlamento e até porque a maioria desses que estão aqui, eles já, há dois anos e dois meses, é o grupo que dá suporte à CPI aqui e, mais do que isso, já vem discutindo essa questão da internet, em nível de mundo, inclusive, participando de todos esses encontros promovidos pela ONU, da governança da internet no mundo, acho que quase todos aqui já participaram, inclusive, eu estive três vezes, e penso que a contribuição com esse grupo aqui, independente

de nós termos o foco na questão do abuso de criança, mas há uma compreensão geral de tudo, até porque a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o crime cometido na internet, que é um crime transnacional, interessa diretamente em todos os focos, seja de roubo de autenticidade intelectual, sei lá o quê, qualquer coisa que vier sobre isso, acho que poderíamos dar.

E aí eu proponho que, ao invés, é importante que se mande para vocês os pontos comentados, mas que, se a gente pudesse ter permanente, como está fazendo com as Teles essa discussão, não é uma proposta melhor? Que a gente pudesse, sei lá, sistematicamente, poder nos reunir, até para colaborar dentro do debate.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Concordo. Não são excludentes, pelo contrário, não são excludentes, eu acho que são mais do que complementares. Eu acredito que não só temos muito a contribuir como a Secretaria de Assuntos Legislativos a esses processos de debate que ocorrem nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, como também queremos contar com a experiência e com o acúmulo de conhecimento gerado aqui, com o acúmulo de expertise, de referências, de informações, de dados para que possamos enriquecer nosso processo.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu acho bom, depois, é só a gente equalizar essa questão no final, de saber como a gente pode manter esses encontros e como isso fica sistemático, acho que realmente complementa.

Eu não estava conduzindo, eu não sei quem estava com a palavra agora, Senador Tuma, o senhor pode...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço desculpas por ter atrasado a comparecer à comissão, cumprimento a todos os presentes, mas, como mais experiente, pela idade, eu fui designado para presidir a reabertura da Comissão do Meio Ambiente, que é muito importante nesses tempos de acidentes, uma série de fatores. Então, nós tivemos que segurar, por falta de presença, e convidei a Presidente da Comissão Especial do Senado Verde, que está realizando alguns trabalhos no meio ambiente para recuperação de água de chuva. Então, ela fez uma boa exposição, então, atrasou um pouco.

O mal de ser mais velho é isso aí: de vez em quando, a gente tem que abrir as comissões a que pertence, porque diz que é mais experiente, é mais cabelo branco.

Então, eu queria saudá-los e acho que é importante, eu acho que tem projetos sobre isso, não tem, senador? Sobre o uso da internet?

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Tem, aqui tem um projeto do Senador Azeredo, que vem enrolando aí já há muito tempo, mas penso que o que está se debatendo é um processo purificador disso tudo que está aí e tal, processo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que as empresas não têm interesse muito em quebrar o sigilo dos acontecimentos, e eu estive agora com dois representantes da Polícia Federal, que me deram emendas para o Código de Processo Penal, em razão da dificuldade de manter o sigilo em determinados assuntos que são importantes para o Ministério Público e para a polícia e, mesmo quando o juiz decreta sigilo de Justiça, estão quebrando, estão vazando, tem uma porção de coisa.

Então, eles vieram pedir para a gente emendar o Código de Processo Penal. Talvez, aí não sei se caberia, vocês têm uma visão melhor dos acontecimentos diários, se alguma emenda poderia ajudá-los nesse sentido, dentro do Código de Processo Penal.

Então, desejo sucesso aí na reunião. Eu acho que o decálogo aqui está bem feitinho e cumprimento quem o fez. Muito obrigado.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Obrigado, senador. Só talvez esclarecendo e complementando, o que nós estamos discutindo no Ministério da Justiça agora é um anteprojeto que ainda será apresentado para o Congresso, mas que funciona mais ou menos como uma proposta de constituição para a internet, tentando consolidar grandes premissas e grandes valores para fazer com que o direito à internet pare de ignorar um ao outro e, sim, possam andar de forma conjunta, promovendo o desenvolvimento econômico, social e humano.

E aí esse grande debate, em alguns pontos, ele conversa, ele dialoga e ele se complementa com o debate atual desta CPI, e o tema em discussão hoje é como ajustar para que esse debate, para garantir a integridade da internet e os usos da internet e os direitos dos usuários da internet se complementem com o combate à pedofilia.

Então, ao invés de anular esforços, como equalizar, para permitir que os dois se dialoguem. É esse o grande debate que nós estamos aí--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma questão, tem aqui sobre a Mesa, acho que V. Exa. recebeu um ofício da Polícia Federal sobre o marco civil do Ministério da Justiça.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Recebemos, recebemos e, inclusive, eles--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está no site já?

SR. GUILHERME ALMEIDA: Está publicado no nosso *web site* e já está aberto para debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Posso ficar com ele?

SR. GUILHERME ALMEIDA: Por favor. Essa é a visão da Polícia Federal.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Isso aqui é colaboração... Foi você quem mandou, não é [ininteligível]?

SR. CARLOS EDUARDO MIGUEL SOBRAL: Senador, essa é a consolidação da opinião dos policiais federais, nós fizemos um amplo debate entre todos os policiais, tanto delegados, peritos, agentes, escrivães, todo mundo que trabalha na área e que tem, de alguma forma, participação em investigação envolvendo delitos praticados através da internet, seja na pornografia infantil, seja em qualquer outro, e esse parecer, ele representa se não a totalidade, mas 99% da opinião dos especialistas de segurança pública que integram a Polícia Federal, ele realmente é um documento que não tem um autor, não é um documento assinado pelo Sobral, pelo Vinícius, pelo Stenio, é um documento de todos aqueles que participam desse processo de proteção da criança, do adolescente, das vítimas de ações ilícitas na internet e representa realmente a visão de quem está sendo procurado pelas vítimas no sentido de como a gente poderia melhorar a resposta do Estado frente aos criminosos e àquelas pessoas que estão usando de forma equivocada, errada, criminosa um instrumento do bem, que é a internet, para praticar mal a outras pessoas.

Então, não tem um autor, na verdade, é uma consolidação das ideias de quem está trabalhando na área, no âmbito da Polícia Federal.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Só para complementar, dizer aqui ao--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. não quer assumir a Presidência aqui?

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, eu estou honrado com V. Exa. aí. É que o debate da criminalização da posse da alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente se deu depois de um amplo debate de quebra de sigilo que o Presidente Lula acabou sancionando a lei e que nós avançamos muito com esse passozinho que nós demos. Agora, comunicar que o Presidente Lula, através do Ministro Padilha, e eu tive a informação agora, e eu havia pedido ao Presidente Lula para receber as mães de Luziânia e também a família do menino Caíto(F), que foi morto aos nove anos lá em Mato Grosso, e ele vai sancionar o rastreamento eletrônico, que já está na mesa dele o rastreador, e a lei que vai levar o nome do menino Caíto(F), e essa lei

do rastreamento eletrônico é um esforço também que saiu desta CPI e que vai virar lei, já está na mesa do Presidente Lula e que fará, num ato público, significativo com as mães de Luziânia, até porque nós entendemos que esse indivíduo não devia estar na rua, mas, se na rua estivesse, monitorado, quem sabe essas crianças estivessem vivas.

Mas outra notícia importante que quero dar é que ontem foi decretada a prisão e a sentença de 21 anos de cadeia para o ex-Deputado Luiz Sefer, do Pará, e uma conquista para a sociedade, porque ele é um tubarão milionário, poderoso e que valeu o esforço da CPI local, os três dias que lá nós passamos, e dou graças a Deus porque parecia coisa combinada, nós fomos lá, ele perdeu o mandato, foi preso e nós estivemos lá nesse grande seminário, anteontem, com o Senador José Nery, sobre abuso de criança, e, no dia seguinte, a juíza sentenciou em 21 anos.

Soube que ele não foi encontrado ainda, que está preso, que está sumido ainda, Senador José Nery, e a polícia está no encalço dele, mas uma vitória muito grande a sentença de 21 anos desse cidadão.

Eu não sei quem estava com a palavra, mas a seguinte aqui é a Dra. Priscila, porque o Dr. Silvio pediu para falar depois.

[troca da presidência]

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Senador, o Dr. Silvio estava na minha frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas ele pediu para falar depois.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Bom, eu, como eu já havia dito, senador, o senhor não estava presente, o Dr. André Ubaldino, ele fez várias colocações aqui que eu, pessoalmente, como cidadã, e, institucionalmente, como procuradora, concordo, o Dr. Guilherme já ouviu. A maioria é em relação a nós preservamos a eficácia de uma investigação num crime.

Então, Dr. Guilherme, eu ia lhe perguntar, o senhor já respondeu na sua fala anterior, esses prazos, minha preocupação, prazo de armazenamento de dados, que seria um prazo de seis meses, máximo de seis meses, eu iria lhe perguntar de onde, bem sem rodeios, de onde surgiu esse prazo, o senhor me falou de diretrizes internacionais, trazendo pesquisas em outras embaixadas, até se tiver alguma complementação, até o senhor pode depois me corrigir.

E aí eu lhe falo isso, eu lhe pergunto isso porque nossa experiência lá no Ministério Público, e acredito que seja a mesma também na polícia, é como o André Ubaldino, o Dr. André, nos falou. Infelizmente, a gente conta com a morosidade da Justiça. A Justiça, ela não... Imagina em processos que não correm por perseguição de crime na internet, não é, Senador?

Já tem certa morosidade, o senhor imagina quando o crime é praticado na internet.

Então, esse prazo que nós acordamos de três anos, e eu quero salientar que foi fruto de diversas reuniões aqui na própria CPI da Pedofilia com os diretores jurídicos, com pessoas ligadas às empresas prestadoras de acesso de conexão de internet, foi amplamente discutido, ele é uma diretriz do Comitê Gestor da internet, e eu até lhe acrescento, Dr. Guilherme, acho que o senhor já sabe, mas, se o senhor não tiver conhecimento, infelizmente, na investigação dos crimes pela internet, se eu lhe falar que seis meses de preservação desses dados é pouco, o senhor pode falar: "Poxa, seis meses, vocês não vão conseguir?". E eu lhe asseguro que diversos casos, como a investigação é dividida em duas etapas, qual é meu objetivo? Sair da conexão criminosa e chegar ao internauta criminoso, sair do conteúdo e chegar a quem postou, quem acessou, quem colocou esse conteúdo.

Nesse caminho, eu tenho duas etapas, pelo menos: eu tenho que chegar ao conteúdo, então, eu preciso ter um prazo razoável de armazenamento dessa prova, e, depois de eu chegar nesse conteúdo, baseado em informações que são dadas pelas prestadoras de serviços, eu tenho que chegar no internauta criminoso, eu tenho que chegar nos dados cadastrais.

Então, eu queria falar aqui a todos que, infelizmente, em São Paulo, eu acompanhei investigações, por morosidade, não vou retirar a culpa aqui de nenhum órgão, pela morosidade, burocracia dos órgãos institucionais, falo ali pelo Ministério Público, pela Justiça, que não está costumada ou não estava tão costumada a esse tipo de crime, eu já tenho casos em que a primeira etapa de investigação já levou mais de seis meses. Então, a gente não é razoável, depois, o senhor pediu que a gente coloque no papel tudo isso, vou levantar os dados de São Paulo.

Então, esse prazo de três anos não veio ao léu, ele veio baseado em várias reuniões. Foi, inclusive, atendido pelas operadoras, eu estou vendo que tem alguns representantes de operadoras de telefonia fixa, de operadores de telefonia celular.

Outro ponto que eu queria destacar para o senhor, Dr. Guilherme, é que eu vi, eu tenho acompanhado algumas discussões do marco civil e eu tenho visto, erroneamente, que algumas pessoas confundem segurança com privacidade, faz uma confusão no seguinte sentido: se eu tiver segurança, me exclui a privacidade, isso não é verdade. Eu acho que a gente tem que ter a conscientização, tem que conscientizar e a gente tem que saber que uma internet segura me dá muito mais liberdade de navegação do que uma internet segura, na medida...

Eu não tenho filhos, mas, se eu tivesse um filho, eu tivesse a certeza, a consciência de que um ato criminoso praticado na internet ia ser eficazmente investigado, eu conseguiria ter mais, não sei se a palavra liberdade, mais sossego em deixar meu filho, educando, obviamente, navegar na internet, e assim por diante, alunos, crianças e adolescentes.

Por que eu falo isso? Porque nenhum direito, constitucionalmente falando, é absoluto, então, não me entra na cabeça, Dr. Guilherme, o direito de uma criança que está sendo molestada pela internet, que está sendo abusada, estou dando só um exemplo de vários crimes e ali que eu falei que eu discordo um pouco do Dr. Demi, porque, para mim, há, sim, crimes que podem ser praticados pela internet, por exemplo, a difamação, por exemplo, aliciamento de menores, que é feito todos os dias pelo Messenger, pelas ali redes sociais.

Então, voltando à discussão. Então, por que eu estou trazendo isso à tona? Porque a gente tem que ter a conscientização de que não é o internauta que não comete crime, não é qualquer pessoa que vai ter sua privacidade absolutamente invadida, não, é o criminoso que, como pratica, se praticar na rua um ato, um homicídio, vai ser feito em flagrante, do mesmo jeito, essa mesma pessoa, se aliciar um menor, se publicar uma imagem pornográfica infantil pela internet, ele tem que ter a consciência, e as pessoas vítimas também têm que ter essa mesma consciência de que as provas que ele deixou lá vão ser armazenadas por um tempo que permita a investigação e, mais, em que os dados vão ser fornecidos de maneira não só num tempo eficaz, mas de maneira correta.

Então, é essa a ponderação, do mesmo modo que um homicídio deixa vestígios e os peritos vão lá, tiram fotos, etc., eles vão dar isso para a polícia, para o Ministério Público trabalharem, do mesmo modo, a gente tem que ter a garantia e, se for assegurado por lei, melhor ainda, mas a gente tem que ter a garantia de que os rastros do crime cometido pela internet vão estar armazenados. Eles vão ser retirados do ar, porque é um ato criminoso, mas as empresas vão estar lá armazenando seja o conteúdo, sejam os dados cadastrais.

Então, essas duas colocações.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Promotora.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Desculpa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que V. Exa. está colocando com muita perfeição, até por experiência própria, essa dificuldade que o Judiciário

enfrenta na demora, com grandes obstáculos, a gente também está tentando resolver pelo Código de Processo Penal, nas modificações que são necessárias.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Ah é, eu ia falar até do--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agora, esse ponto, V. Sa. quer que se preserve mais do que seis meses, que eu entendi.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Sim, sim, há um acordo por três anos, senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho... Se a senhora pega um grampo telefônico, fica dois, três anos ouvindo todo dia, como é que vai apagar a reserva de um Orkut, de um e-mail, de algo que ele pode apagar em seis meses, e a investigação não chegou ainda a querer consultar. Eu acho que é mais válida a proposta apresentada aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Já tem um acordo, já tem um acordo de três meses, se aprovar seis meses--

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Três anos. É

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --é regressar naquilo que já avançou.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Então, nós temos tanto o termo de ajustamento de conduta assinado com a Google quanto o termo aqui das telas, com ampla participação de todos os órgãos em discussões, a gente tem esse período de três anos; falando dos atos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esse termo de ajuste tem uma validade enorme, mas, se a gente puder transformar em lei, vai ser mais eficiente para o país, porque São Paulo dá para fazer termo de ajuste, mas tem lugar que não tem--

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Então, é esse ponto, doutor, desculpa, senador, é esse ponto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem lugar que não tem essa capacidade, o mineiro está ali, olha lá, está dormindo lá.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Senador, se me permite só concluir, é porque qual foi a necessidade de terem surgido esses acordos? Justamente pelo que nós estamos tentando fazer aqui, o que era ausente antes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É precipitação dos acontecimentos. É.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Por causa que não temos uma legislação processual penal, estou falando na minha, mas penso também de regulação civil, também, eficaz ou que abranja a internet--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hoje foi apresentado o Código de Processo Civil, também, que

vocês poderiam examinar, que está à disposição na Comissão de Justiça, talvez possam ser modificados alguns artigos que tenham necessidade, que a ação civil aí é forte também, de indenização e tudo.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Não, e a gente fica com uma agonia, acho que o Dr. Sobral e o Dr. Stenio vão falar aqui depois também, porque, no dia a dia, a gente trabalha com isso, a gente vê isso, então, é uma aflição muito grande a gente pensar que a gente pode ter esse material agora e chegar lá na frente e morrer na praia, sabe, senador?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Correr atrás de algo que já foi apagado.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Então, são essas colocações, Dr. Guilherme, e já me coloco aqui à inteira disposição, se houver grupos, se o senhor quiser pesquisas, pelo menos da parte lá do Ministério Público Federal em São Paulo, já me coloco à disposição. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Dr. Guilherme pode--

SR. GUILHERME ALMEIDA: Eu também gostaria de comentar com comentários, acho que até divide assim, não monopolizo.

SR. ANDRÉ UBALDINO: Comentário curto. Eu acordo que certamente existem crimes via internet, difamação é um crime que acontece, extremamente comum, mas, mesmo uma difamação, imagino eu e tenho casos bastante próximos, é um crime realizado por indivíduos, a internet só demonstra isso aí e que vem vai ser penalizado é o indivíduo, é isso que eu quis dizer.

Quer dizer, a internet, ela só tem crimes puros na internet quando você usa o próprio ferramental tecnológico dela para gerar um crime, por exemplo, um vírus é algo que existe na internet e ataca seu micro ou destrói seus dados e, evidentemente, também tem alguém atrás disso, mas esse algo que não está tipificado talvez na legislação atual; difamação está tipificada, quer dizer, não existe a difamação, na minha opinião, na internet, existe a difamação, e a internet seria um jeito de você potencializar isso aí e correr atrás de alguma coisa.

Eu só queria, de novo, alertar para um detalhe, para a gente tomar cuidado com os conceitos que estão por trás das coisas. O CG, de fato, Comitê Gestor, propôs que a guarda de **log** de acesso fosse por três anos, até para analogia ao **log** de telefonia e aos outros *logs* que existem na área e, por analogia, na verdade, o **log** de acesso identifica a máquina, o IP que naquele momento entrou numa certa rede, na rede, e a gente, inclusive, gerou hora-base para ser usada para todo mundo, para que a hora seja correta, porque, sem a

hora correta, não adianta também dizer que tem uma diferença de cinco ou 10 minutos, você acaba pegando a pessoa errada, mas, quando você fala, por exemplo, das provas, as provas, em geral, na verdade, esse **log** só vai servir para você conseguir identificar a máquina, e as provas estão na máquina do usuário, o provedor, ninguém garante que o provedor preserve o que está lá, não por má-fé ou por querer ser cúmplice ou não, mas porque as coisas mudam rapidamente, quer dizer, ninguém vai guardar uma imagem por três anos ou um conteúdo de correio por três anos ou qualquer dado por três anos, não faz o menor sentido isso aí.

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Foi até bom, Dr. André. É, não, esclarecendo, foi isso que eu quis dizer, mesmo.

SR. ANDRÉ UBALDINO: Só estou dizendo isso para não ter confusão de termos, quer dizer, digamos que tenha uma imagem horrenda no provedor, e ela sumiu amanhã, isso não é culpa do provedor, muito provavelmente, sumiu porque o sujeito botou outra imagem horrenda no lugar ou porque tirou. No micro do indivíduo é que você vai encontrar os rastros reais da prova do crime, então, para que a gente quer o *log*? Para poder ver de que micro se originou aquilo e para ir definitivamente lá.

Então, só estou querendo dizer que, às vezes, dá uma impressão de que nós estamos guardando algum conteúdo aí que não... Quer dizer, não tem sentido você guardar conteúdo que está na *web*, você, no máximo--

SRA. PRISCILA COSTA SCHNEIRER: Eu quis dizer realmente esses dados mesmo, não o conteúdo.

SR. ANDRÉ UBALDINO: E, só para terminar, eu acho que, de fato, o **log** de acesso não tem questões de privacidade aí, o **log** de acesso é como chapa de automóvel, não há nada de grave nisso, pela chapa do automóvel você não sabe quem está dirigindo, tanto que hoje você tem que declarar quem é o sujeito que passou a velocidade: "Foi meu filho ou minha mulher". Quer dizer, de repente, o carro é meu, mas não fui eu.

Quer dizer, no IP também não dá para amarrar o IP com o autor, no máximo, dá para amarrar o IP com uma estrutura física, onde o autor mora e, eventualmente, se chegar depois ao autor.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Bom, talvez complementando aí as respostas. Em primeiro lugar, eu reitero, aqui, na presença dos dois senadores, o convite aos membros desta CPI, que, em complementação já a algumas contribuições como da Polícia Federal, que complementem com o máximo possível de informações, de subsídios, para que a gente possa, com o maior conjunto de elementos possível, finalizar esse

anteprojeto de uma forma que atende aos interesses da sociedade.

Acredito também que reformas no Processo Penal como um todo podem contribuir bastante para o processo e lembro que nossa finalidade aqui no processo é ouvir argumentos de todos os lados. A senhora perguntou sobre a definição inicial dos prazos, ela foi uma tentativa de estabelecer, começar o debate do meio do caminho, porque das propostas que nós ouvimos, antagônicas, algumas falavam: “Queremos um **log zero**”. Outros: “Queremos um **log** de um ano”.

Então, está bom, a primeira conversa que tivemos com lados diferentes, as opiniões iniciais eram nesse sentido. Está bom, colocamos o meio termo, mas, agora, ao longo do debate, eu acho que a tendência é definir para que lado da balance se pende, para que lado se escolhe e, mínimo ou máximo ou zero ou três ou um ou dois ou um e meio, obrigatório ou facultativo de acesso de registro. Eu acho que são variáveis que vão ser calibradas por esse debate.

É algo que estamos ainda para fechar e, quanto mais contribuições tivermos, é mais fácil. Lembro sempre que é um anteprojeto, uma minuta de um anteprojeto, lembro sempre que existirá o trâmite nestas duas Casas, eventualmente, também ao Presidente, para a sanção final, para que a gente possa apurar esse debate, mas, desde já, quanto mais a gente conseguir chegar a um consenso mínimo na sociedade, e a contribuição de vocês todos é essencial para isso, melhor para o debate, melhor para a democracia, melhor para nossa legislação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Dr. Sobral.

SR. CARLOS EDUARDO MIGUEL SOBRAL: Senador Magno Malta, Senador José Nery, Senador Romeu Tuma, eu gostaria de agradecer a V. Exas. a oportunidade e o convite de a Polícia Federal poder participar deste debate e apresentar suas considerações.

Dr. Guilherme, não poderia deixar de fazer uma referência e um elogio à forma que conduziu e vem conduzido esse processo, tem como ser aperfeiçoado, com certeza tem, vai ser aperfeiçoado, que nenhum processo é pronto e acabado, com certeza vai incluir outras entidades, principalmente nessa primeira melhoria do processo, que é a participação das instituições.

Nós tivemos a oportunidade de participar de uma reunião, algo no começo do mês passado, onde fomos questionados da participação efetiva dos policiais federais, trazer a questão da própria visão da segurança pública...

Senador Tuma, como vai, chefe? Tudo bem?

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Estou com frio aqui.

SR. CARLOS EDUARDO MIGUEL SOBRAL: O ar hoje está funcionando muito bem [risos].

E onde dissemos que não tínhamos realmente a experiência e o histórico de participar de debates, realmente, quando o convite é aberto a todos de forma pública. Nós também temos, dentro de todos os debates que participamos, de forma institucional, que recebamos um convite e participamos de grupo de trabalho formal ou até mesmo informal, mas que haja encaminhamento de documentos, e é a primeira vez, realmente, que nós estamos participando de um processo onde ele é aberto. Para a gente é uma novidade, está sendo uma experiência realmente interessante, realmente, permite que a gente ouça as vozes daqueles que, nessa primeira fase do processo, não estavam sendo escutados, e, nesta reunião, solicitou, então, à Polícia Federal que apresentasse sua visão e suas considerações sobre a minuta do marco.

Nós fizemos reuniões internas, e foram várias, através também de ferramentas de comunicação, onde, consultados todos os colegas que estão trabalhando na área, principalmente nossos técnicos do INC, nossos colegas que trabalham diretamente com pornografia infantil e todos os outros policiais federais que vêm atuando na área, e o texto a que resultou desse trabalho foi circulado, e não teve nenhum voto contrário, dentro da Polícia Federal. Então, é duro falar em unanimidade, mas que 99% dos policiais federais que trabalham no combate a crimes praticados através da internet, nesse documento, ali estão representados.

Então, peço vênia, Senador Magno Malta, para ler trechos desse nosso parecer, porque tenho certeza de que não é o que pensa o Dr. Guilherme, não é o que pensa o Demi, não é o que pensam os Srs. Senadores nem quem aqui está presente, mas, neste debate, não há o bem contra o mal, o certo contra o errado, tenho certeza de que todos nós estamos na busca do bem, do melhor, na defesa da sociedade, na defesa da privacidade, na defesa da intimidade, dos direitos humanos e, particularmente, me sinto e sou um defensor dos direitos humanos, tanto como advogado, na época, ainda, antes de ingressar na Polícia Federal, em Ribeirão Preto, advogava pela Defensoria Pública, no caso, a Procuradoria de Ciência Judiciária do Estado de São Paulo, quando assumi na Polícia Federal, assumi a Delegacia de Direitos Humanos, que cuida de questões agrárias, indígenas, eleitorais, no Estado de Rondônia, e participei de muitas comissões de prevenção aos conflitos agrários, indígenas. E, quando aqui em Brasília, trabalhando já na coordenação na área de combate a crimes cibernéticos, que

tem uma parceria muito profunda com nossa divisão de direitos humanos para realização de investigações, junto também com nossa área técnica, que é muito boa e reconhecida em âmbito internacional para combater crimes contra criança e adolescente na rede.

Então, considerando que a minuta do anteprojeto do marco civil acaba por repercutir no nosso poder e dever de atuação e de proteção dos cidadãos, inclusive na internet, nós trazemos algumas considerações, e peço, então, liberdade para ler alguns trechos.

Então, considerando que a internet é uma das principais invenções, inovações da sociedade moderna, constituindo um espaço público de inclusão social, desenvolvimento econômico e cultural, ela deve ser preservada, ser segura, confiável e manter a salvo seus usuários de ações ilícitas e mal intencionados.

Considerando que um espaço público é inseguro, propício para a prática de crimes, onde a lei e a ordem não são respeitadas, fatalmente será degradado e, gradativamente, expulsará do seu meio as pessoas que bem utilizam esse espaço, que é muito comum nos espaços físicos, onde nós vemos nossas praças sendo tomadas por criminosos e o Estado sendo chamado a intervir para garantir a liberdade das pessoas de ir e vir, de poder estacionar seu carro numa rua, sem correr o risco de ser assaltado, sem ser roubado, ser violentado, considerando que a Constituição Federal garantiu a todos os brasileiros, residentes, estrangeiros residentes no país, a título de garantia e direito fundamental, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, conforme consta do nosso art. 5º da Constituição, que é nosso artigo principal na construção da cidadania e dos direitos individuais, e considerando que cabe ao Estado e à sociedade, a todos, portanto, o dever de garantir a proteção dos direitos individuais, no caso, inclusive a segurança e o direito à propriedade, o direito à honra, o direito à imagem e o direito à inviabilidade pessoal e patrimonial, nós entendemos que, no marco civil, também deveriam ser incluídos alguns princípios e diretrizes que dizem respeito à segurança pública e à segurança jurídica.

Então, sugerindo que, no artigo, logo no seu art. 2º do marco civil, onde trata das diretrizes, que uma das diretrizes desse instrumento de construção de cidadania, de construção do bem seja a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e da segurança jurídica. Eu tenho certeza de que todas as pessoas que querem bem a internet querem que ela seja segura, querem que seu usuário consiga usá-la, sem correr o risco de ser agredido – e é muito comum, como o conselho de segurança: “Ah, não abra e-mail que você não conhece, não navegue

em *site*, não faça isso, não faça aquilo”. Quando a gente deveria estar falando: “Não, faça, sim, abra e-mail, sim, navegue, sim”.

Por quê? Porque não há criminoso e, se tiver criminoso, se tiver mal intencionado, o Estado vai garantir que essa pessoa vai ser punida, não é liberdade não agir, a liberdade está em agir com segurança. Me dói muito, realmente, quando vê conselho: “Olha, não abra e-mail de quem você não conhece”; ou: “Se você recebeu e-mail, liga para confirmar se alguém te mandou aquela mensagem”. Será que é isso que é liberdade? Será que é isso que nós queremos na internet? Na nossa visão, creio que não, também como diretriz do marco civil, diretriz de qualquer regra que regulamente a internet, que seja como adotada a diretriz da inviolabilidade, da intimidade, da honra, da vida privada e da imagem das pessoas. Nós temos que proteger a imagem das pessoas.

Todo mundo é livre para falar, não há censura, mas também a liberdade, ela tem a responsabilidade. Eu sou livre para falar, na medida em que eu sou responsável por aquilo que eu disse. Então, nós temos que garantir a liberdade daqueles que querem se expressar, mas garantir também o direito do ofendido e identificar seu agressor, porque, na mesma proporção que há liberdade para agir, há o direito do ofendido em contar seu algoz; uma, não existe uma relação, não existe, necessariamente, sem a outra.

Também incluir, no marco civil, que a liberdade de expressão – e isso não sou eu que o digo, nem a Polícia Federal, mas a própria Constituição Federal –, que a liberdade de expressão, ela é acompanhada na vedação do anonimamente, nesse exato sentido, no sentido de que cabe ao ofendido identificar seu autor, porque a expressão não pode ser anônima, não quer dizer que nós tenhamos, como andamos na rua, tenhamos que andar com nosso RG pendurado no pescoço, mas sei que nós temos uma identificação, que, no momento de um necessidade, que uma autoridade policial, ministerial ou judicial necessitar identificar o autor de algo positivo, de algo ativo, tenha a capacidade e que não diga à vítima: “Olha, infelizmente, eu não consigo identificar a pessoa que te agrediu, que te violentou por uma falta de informação”.

Também, incluir, já no artigo que trata dos objetivos, que um dos objetivos do marco civil seja garantir que a rede não seja usada para fins ilícitos, sejam civis ou criminais. E, com caso de ocorrência desses ilícitos, que o responsável será efetivamente e rapidamente punido, garantindo a licitude, a lisura na rede; garantir também que a rede seja usada de acordo com os ditames legal, com a ética e os bons costumes, fazendo da internet um lugar propício para que crianças,

adolescentes, jovens, adultos consigam exercer com liberdade sua cidadania.

E, avançando agora diretamente, Dr. Guilherme, senadores presentes e demais colegas, sobre os artigos do marco civil, que afetam sensivelmente nossa capacidade de investigação.

A primeira pergunta que nos faz: “Com, por que vocês defendem um prazo de três anos para armazenamento do registro de conexão, ou seja, IP, data, hora, terminal telefônico, armazenado por um provedor de acesso?” Primeiro, porque não é possível saber qual o tempo que demora da prática de um crime à comunicação à autoridade policial, ministerial ou judicial, é impossível saber, isso é variado. Às vezes, nós tomamos conhecimento do crime rapidamente, às vezes, demoram-se anos para ter conhecimento desse crime. E, se essa informação não estiver disponível, quando solicitada, não é impossível, faticamente, que seja armazenada posteriormente, é necessário que seja armazenada na data da conexão, se essa informação não estiver disponível, quando solicitada para a prática de uma investigação criminal, simplesmente, nós falamos: “Não, nós não temos condições de investigar tal fato criminoso, porque os registros não existem mais”.

Então, seis meses, faticamente, é um prazo muito curto, muito curto. Nós temos vários registros que são fiscais, bancários, armazenados por cinco anos, e ninguém contesta. Hoje, fruto de um acordo de meses de trabalho com o Comitê Gestor na internet, que participou da Comissão Parlamentar de Inquérito, das provedoras de telefonia, de todas as grandes provedoras de telefonia do Poder Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, das polícias e da sociedade civil, representada pela ONG SaferNet, chegou-se ao consenso de um prazo de três anos, que seria razoável para que a gente consiga, se não abranger 100% dos casos sob investigação, mas pelo menos 90%, 95%; efetivamente, seis meses, nós perderíamos a grande quantidade de investigações que estariam sob nosso dever.

E, além disso, a questão da necessidade da ordem judicial para acesso à informação. Nós fizemos algumas pesquisas no exterior e nos Estados Unidos, que é o país berço da liberdade de expressão e da proteção aos direitos individuais, lá essa informação é repassada instantaneamente à investigação, diretamente, no caso, ao FBI, a outras agências policiais, num documento que se chama subpina(F), que são repassados os *logs* de acesso, os *logs* de conexão, instantaneamente, à investigação, mediante a apresentação de um ofício, de uma requisição policial, ministerial ou judicial.

Realmente, concordando com o Demi, essa informação não indica conteúdo, essa informação de **log** de conexão não indica pessoa, essa informação de **log** de conexão indica tão somente um terminal telefônico instalado em algum local, que é usado por alguém, e não diz nada mais sobre hábito, nada mais de íntimo, nada mais de privado, respeitando, logicamente, Dr. Guilherme, as opiniões das pessoas que pensam diferente.

Mas, nesse particular, exigir a intervenção do poder judicial, que, no nosso direito, ela é exceção, somente em caso de interceptação de conteúdo ou de ingresso a domicílio, é trazer o Poder Judiciário em algo que realmente não seria missão constitucional, tendo em vista que à autoridade policial cabe realizar as investigações, sendo que essas requisições de informações são feitas em procedimentos formais, são feitas em inquéritos policiais, que são submetidos a diversos níveis de controle, seja da autoridade policial, seja do Ministério Público, que faz o controle externo da polícia, seja do Judiciário, que faz o segundo controle externo, seja das nossas corregedorias, que fazem o controle interno da polícia, e dos advogados, depois, no momento da deflagração da investigação.

Então, no momento, não há espaço para abusos ou desvios, realmente, exigir prévia ordem judicial para esse tipo de informação, ele vem contra as ações que estão sendo desenvolvidas seja no exterior e dificulta bastante, porque cria um entrave muito grande à investigação, sendo que todos nós sabemos que investigações na internet, para você ter o sucesso ou insucesso, é questão de minutos, não é nem de dias, nem de horas, é minuto. De repente, uma coisa está disponível, no momento seguinte, a informação não existe mais.

Nós precisamos da informação de forma bastante rápida, para que a gente consiga dar a resposta, que não é a polícia que necessita, mas que a sociedade realmente exige de todos nós.

E, só para concluir, para não tomar muito tempo de todos, agora discordando do Demi, nesse particular, se nós no tivermos os *logs* de serviço, *logs* de acesso a serviço, o **log** de acesso a serviço que nada mais significa que o IP, data, hora que praticou determinada conduta ativa na internet, não passiva, mas uma conduta ativa na internet, de nada adiantará o **log** de conexão, porque, se perguntarmos ao UOL, se perguntarmos ao Google, se perguntarmos à Microsoft, se perguntarmos ao Terra quem foi que postou aquela imagem envolvendo uma criança sendo abusada, ela vai simplesmente dizer, segundo a legislação brasileira, nós estamos impedidos de armazenar esta informação. Então, nós não vamos poder repassar esses dados à

polícia, e a investigação acabará neste exatamente momento, sendo arquivado de plano, nada adiantando que o provedor do acesso tenha armazenado essa informação.

Então, realmente nos preocupa bastante esse artigo que prevê a não obrigatoriedade, na verdade, quase que a vedação do armazenamento de **log** de serviço, porque trará a perda de eficácia de todos os termos de cooperação firmados no âmbito da CPI com os provedores do acesso e firmados pelo Ministério Público, nos termos de ajuste de conduta com a Google e outros provedores de acesso.

Realmente, seria muito preocupante, nesse particular, não termos esses dados, pelo menos, pelo prazo mínimo, que aqui sugerimos de seis meses para *logs* de serviço, seria colocar cabo a uma série de investigações e colocar realmente em risco a proteção da criança e do adolescente na internet, que nós, que toda a sociedade vem tentando aprimorar nesses últimos três a quatro anos.

O Brasil, hoje, possui uma legislação muito avançada em termos de direito material, para proteger a criança e o adolescente na rede, não ficamos devendo nada a ninguém, entretanto, realmente, na parte de Direito Procedimental, de procedimentos, de acesso à informação nós ainda temos uma dificuldade muito grande de avançar.

E, só para concluir, concordo com o Dr. André, quando ele diz que nós também vamos na contramão, quando passamos a exigir de provedores de serviço que somente retirem do sistema, retirem do ar conteúdos ilícitos após apresentação de ordem judicial.

Realmente, nos preocupa bastante, uma vez que é uma situação flagrancial, o crime está acontecendo; esperar a ordem judicial é prolongar a ação delitiva, é ir contra nosso sistema, é como se nós tivéssemos um crime acontecendo na rua, a polícia fosse chamada a intervir e respondesse o cidadão: "Somente vou poder impedir a continuidade da ação delitiva mediante apresentação de ordem judicial". Não existe essa medida em nenhum outro tipo de situação, e creio que a melhor redação, a proposta de redação que nós fizemos, que, em caso de ilícito criminal, mediante apresentação de uma ordem policial, ministerial ou judicial, o conteúdo seja imediatamente suspenso, retirado do ar, porque há responsabilidade da autoridade que assim determinou, e, se ela abusar ou desviar, com certeza a punição e o crime é alto, o abuso de poder, a pena é altíssima, cabem várias penas administrativas, civis e criminais, e com certeza nós conseguiríamos, assim, deixando ao poder das autoridades públicas decidir sobre a retirada de um conteúdo ilícito, flagrantemente ilícito, criminal, como no caso da pornografia infantil, nós estaríamos

garantindo tanto ao usuário da internet como também à vítima de crimes que ela estaria mais segura.

Então, no parecer, nós tecemos outros comentários, não vou me delegar além do que dito agora. Tenho certeza de que os outros colegas vão contribuir e que nós ficamos satisfeitos em poder contribuir com o debate e agradecemos a oportunidade tanto à CPI como também ao Ministério da Justiça, pela oportunidade de discutir o tema da internet no Brasil.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Tomando aqui de assalto a Mesa, em vista que o Presidente Magno Malta saiu para atender outro compromisso, eu gostaria de saudar a todos os participantes, convidados desta Audiência Pública, a todos os participantes aqui desta mesa de debate de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura os crimes de pedofilia no país, dizer que essas considerações, há pouco aqui apresentadas pelo Dr. Carlos Eduardo Sobral, aqui representando a polícia, o Departamento de Polícia Federal.

Antes de passar ao próximo expositor para fazer e apresentar seus questionamentos, eu gostaria de assinalar uma questão e dirigir uma pergunta ao Dr. Guilherme Almeida, aqui representando o Dr. Pedro Abromovay, secretário de assuntos legislativos do Ministério da Justiça, justamente sobre uma denúncia, e que eu entendo assim, a reportagem da Revista Época desta semana, que foi fruto, que permitiu ao Senador Suplicy iniciar a sessão, no dia de hoje, no Plenário do Senado, fazendo várias considerações sobre as possibilidades, com a utilização de um programa, pelas empresas e provedores de internet e de telecomunicações, para o mais completo e absoluto acesso às comunicações de cidadão ou de pessoas, via provedor de internet.

Eu queria saber exatamente qual a visão, tendo em vista que estamos num processo para regulamentar algo que está obscuro, algo que é omissivo em nossa legislação, e esse esforço, esse próprio trabalho que vocês apresentam aqui, como fruto de esforço para regular e definir esse marco civil na internet, quer dizer, o que o Ministério da Justiça tem a dizer sobre esse aspecto, que nos parece ser verdadeiro, algo bastante grave e que atenta contra a liberdade individual e a proteção, a comunicação de todas as pessoas que usam esse meio de comunicação.

Então, era uma questão, depois, eu gostaria que o senhor, na sua exposição, se manifestasse, mas eu queria passar a palavra ao Sr. Stenio Santos Sousa, para fazer suas observações e considerações.

SR. STENIO SANTOS SOUSA: Boa-tarde, boa-tarde a todos. Inicialmente, agradecer aí a oportunidade que a CPI está fornecendo para a gente comparecer e dar algum tipo de contribuição a esse debate.

Inicialmente, eu já verifico, diante do que já foi colocado aqui nos debates, que muito do que a gente tinha para falar já foi falado. O Dr. André Ubaldino, aqui, já com maestria que lhe é peculiar, já praticamente matou a questão, em vários dos seus aspectos fundamentais, complementado aqui, de forma brilhante, pela Dra. Priscila, meu colega também, Dr. Sobral.

Então, a gente tem, talvez, se falar, se pensar de forma institucional, mais ou menos que um consenso, dentro de um lugar, que é o lugar de quem está fazendo a investigação criminal.

Também parece que, quando a gente vai discutir marco civil, a gente não pensou, e aí eu falo a gente enquanto sociedade, a gente não pensou que existem aspectos criminais que estão sendo regulados também, se não diretamente, por via oblíqua, por via direta.

E, a partir desse pressuposto, é que eu me coloco, tem duas questões que eu coloco, que eu acho que são fundamentais. Primeiro, será que as pessoas realmente compreenderam a extensão de todos os conceitos que estão envolvidos dentro da questão da internet, para a gente poder falar num marco civil? Porque me parece que falta ainda exatamente esse arcabouço intelectual, e aí eu falo de um modo geral, em que os conceitos são colocados por algumas pessoas a partir de uma visão, de um lugar, retomando aí o Frei Leonardo Boff: “Todo o ponto de vista é a vista de um ponto”.

Então, às vezes, você tem seu arcabouço intelectual, seus conceitos são integrados, são construídos a partir daquele local, e ele não considera que a verdade, ela é muito mais ampla, ela tem diversos prismas, e cada prisma desses, às vezes, tem consequência nos outros.

Então, aqui... Eu trabalho com o Grupo Especial de Combate aos Crimes de Ódio à Pornografia Infantil na internet, da Polícia Federal, que está vinculado à divisão de direitos humanos, e, nesse sentido, a gente, naturalmente, todos os dias se depara com as barbaridades decorrentes do uso, não digo livre, mas quase que libertino da internet.

Então, internet, em si, ela é um instrumento fantástico, você consegue ter acesso a bibliotecas do mundo inteiro, filmes, informação em tempo real, as pessoas, de certo modo, uniformizam, padronizam, alcançam o conhecimento, um nível de conhecimento que, de outro modo, não se alcançaria. Então, talvez em razão da internet, mas com toda certeza, com participação da internet, se não por ela, mas com certeza com a par-

ticipação da internet, a sociedade evoluiu de maneira absurda nos últimos talvez 10, 15, 20 anos.

Sem essa internet, a gente certamente não alcançaria o que alcançou. Mas, por outro lado, o mesmo instrumento que faz com que a gente alcance maravilhas, consiga a evolução não apenas tecnológica, mas humana, do próprio ser humano em si, ela também traz esses aspectos negativos, e esses aspectos negativos não podem, de maneira alguma, serem desconsiderados.

Na medida em que a gente vê apenas por um aspecto e quer que essa verdade esteja trabalhada apenas nesse aspecto, a gente ocorre o sério risco de todos os outros aspectos, aquela nossa verdade, aquele nosso interesse que é maior, que é fundamental, termina deturpando tudo aquilo.

Então, me parece que, quando a gente fala em internet, não tem como não se falar em crime na internet, independente do crime próprio, aquele que só ocorre em razão de a internet existir, nós temos crimes que se potencializam em razão da internet. Então, não dá para dizer que não tem crime na internet.

Numa sociedade ideal, a gente falaria que a internet, ela tem que ser livre, não tem que regular, mas nós não vivemos na sociedade ideal, infelizmente, nós temos seres humanos bons, certamente, mas temos seres humanos bizarros, seres humanos que talvez não merecessem nem a alcunha de humanos, e, na nossa Constituição Federal, a gente tem como um princípio fundamental a dignidade da pessoa humana.

Esse é um princípio que ele reitor para todos os outros. Sem dignidade, para que se falar em ser humano? Só existem regras se existirem seres humanos, e a internet, a gente quando estuda direito, a primeira lição que a gente aprende é: onde está a sociedade está o direito. E a internet é mais um local onde a sociedade está.

Então, é evitável, por mais que a gente queira minimizar a regulação, que ela exista, mas essa regulação tem que observar esses princípios: o princípio fundamental é a dignidade da pessoa humana, então, se eu não pensar em dignidade da pessoa humana, tudo o mais que eu fizer vai ser contrário, vai ser inconstitucional.

Então, eu sempre vou ter que primeiramente pensar: “Isso que eu estou colocando aqui respeita a dignidade da pessoa humana?”. Se a resposta for positiva, eu posso dar segmento; se ela for negativa em algum aspecto, eu tenho que repensar e ver de que maneira essa legislação pode ser útil, pode continuar, desde que respeite; se não respeitar, ela não pode continuar.

Em alguns aspectos, conforme já foi colocado aqui pelos colegas, me parece que ela não respeita. Por quê? Porque ela permite, ela dá brecha para que as pessoas, utilizando esses conceitos, essas diretrizes, essas normas, esses comandos normativos, elas pratiquem delitos que afetem de forma grave crianças – e aí eu vou falar obviamente a partir de um ponto, e não são todos os pontos –, crianças que estão tentando utilizar esse instrumento fantástico que é a internet.

Então, quando a gente colocou a questão da discussão do marco civil regulatório da internet, eu achei fantástico. Uma das coisas que a gente discutia na faculdade era exatamente: nós queremos conseguir, em algum momento, aproveitar os instrumentos tecnológicos disponíveis para tentar retomar, de alguma maneira, de alguma forma, a pólis, o momento da Grécia em que se podia fazer a democracia pela via direta, em que as pessoas podiam eleger seus representantes simplesmente levantando a mão. É lógico que ali eram cidadãos, não eram todos, eram só aqueles considerados cidadãos. E, com a tecnologia, a gente pode fazer com que todos tenham acesso e possam se manifestar. Todavia, sempre que a gente dá uma oportunidade como essa, não só as pessoas boas, mas também aquelas que estão tentando defender prerrogativas que não estão dentro de princípios éticos, elas também passam a ter oportunidades de colocar seus pensamentos naquela legislação, é um risco que se corre.

Então, não existem coisas que são totalmente boas e nem totalmente más, todas elas vão ter esses aspectos positivos e negativos. E aí me parece que o marco civil, ele sofre, necessariamente, influências boas, mas também influências negativas.

Então, nesse sentido, me parece que a discussão, ela não pode ser totalmente ampla, primeiro porque não se tem, como eu coloquei lá no início, a noção completa de todos os conceitos, as pessoas, muitas vezes, desconhecem a diferença do que está acontecendo na internet para o que está acontecendo no mundo real. Então, as pessoas acham que a internet é um mundo e o mundo real é outro mundo, e, na verdade, não é, as pessoas que estão na internet são as mesmas pessoas que estão atrás do computador, que estão no mundo real; os crimes que acontecem na internet também estão sendo reproduzidos no mundo real.

Então, existe um limite ético, me parece, que, se não for observado, num princípio de democracia, ele termina violando o próprio princípio de democracia, porque esse limite ético é o limite em que, por mais que eu tenha a liberdade de expressão, eu não posso me expressar ultrapassando determinados direitos, determinados princípios que estão integrados

ao próprio conceito de constituição e à própria ideia de humanidade.

Então, fazendo esse breve intróito e sem me delegar muito, eu gostaria apenas de trazer uma contribuição, porque, quando a gente fala em persecução criminal de pessoas que estão violando a dignidade de crianças no seu aspecto mais fundamental e, a partir dali, registrando, porque a pornografia infantil é simplesmente o registro de uma violência sexual que aconteceu em face de uma pessoa que não tinha a menor condição de se defender, e daí porque a Constituição Federal, no art. 227, e aí ela fala isso unicamente no 227, ela diz que é absoluta a prioridade que se deve dar para a proteção da criança e do adolescente, e essa proteção tem que ser integral.

Em outros ordenamentos jurídicos, e aí eu gostaria de citar expressamente Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Suécia, Suíça, nós podemos obter o dado diretamente e, em razão disso, nós podemos agir imediatamente; em agindo imediatamente, a gente consegue dar brilho, consegue fazer com que o art. 227 se torne eficaz.

De outro modo, o que está acontecendo no Brasil? Nós temos uma legislação que me parece que permite, mas uma interpretação que obsta a que as autoridades tenham acesso imediato ao dado. E aí me parece que, interpretando-se, a gente está conseguindo violar o art. 227 e o art. 1º de Constituição Federal.

Então, na medida em que a gente fala: “É um crime transnacional”, necessariamente, a gente precisa trabalhar com a legislação internacional. Então, não adianta o Brasil querer criar uma legislação que só valha para o Brasil, na medida em que uma legislação que não observa a legislação internacional, não observa o que está sendo discutido em um âmbito internacional, a tendência é que essa legislação, ela não seja observada.

Se, no Brasil, eu não consigo obter o dado diretamente e, nos Estados Unidos, na Suíça, no Reino Unido e no Canadá, eu consigo, o que vai acontecer? O criminoso vai cometer o crime no Brasil, porque, se ele cometer o crime na Suíça, no dia seguinte, a Polícia Federal, em razão de cooperação internacional com a Suíça, com os Estados Unidos, com o Reino Unido ou com o Canadá, entre outros países da Europa, vai ter diretamente o acesso, no dia seguinte, porque lá a legislação diz que vai ter acesso.

Então, necessariamente, vai haver o quê? Uma migração do crime de outros países para o Brasil. Será que é isso que o Brasil quer? Que o criminoso saia lá da Tailândia, saia da Holanda, saia de outros países e venha cometer o delito no Brasil, porque nossa legislação permite? E a legislação de outros países

não admite aquilo. Será que a gente quer novamente cometer um equívoco, como, por exemplo, ocorreu no passado e está se tentando consertar até hoje, que foi se fazer propaganda da região glútea da mulher, lá fora, fazendo com que os estrangeiros queiram vir para o Brasil, considerando que aqui é um paraíso para esse tipo de turismo, na verdade, exploração sexual, no contexto do turismo?

Eu acho que, quando a gente não observa esses aspectos que estão aí na nossa frente, às vezes, a gente não consegue perceber porque está em outro local, a gente termina contribuindo para que esses equívocos se proliferem.

Então, me parece que é muito importante que a gente atente para o que está sendo feito lá no Reino Unido, para o que está sendo conversado em nível de Europa, via convenção sobre *cyber crime*, Convenção de Budapeste de 2001, é que a gente veja o que está sendo feito lá nos Estados Unidos, no Canadá, e essas experiências que têm mostrado resultados com sucesso sejam absorvidas e sejam adaptadas, porque a gente está falando num crime transnacional, a gente não está falando num crime que só acontece no Brasil. Então, necessariamente, nós vamos estar conversando, nós vamos estar trocando ideias com outros países, isso é cotidiano, é do nosso cotidiano.

E a gente tem visto, e aí eu falo especificamente sobre o prazo de seis meses, que alguns países que já adotaram esse prazo de seis meses, como, por exemplo, a Suíça, sempre que a gente tenha um fato, um crime que aconteceu aqui no Brasil e é encaminhado para a Suíça, se passou sete meses, mais de seis meses, ela já diz: "Olha, infelizmente, este pedófilo, este agressor sexual, não será investigado no meu país, porque lá seis meses é o prazo máximo para a gente preservar o vestígio", e aí o criminoso fica rindo da autoridade e fica rindo do ordenamento, não apenas nacional, mas do ordenamento internacional, ri da Convenção sobre os Direitos da Criança, ri sobre o protocolo facultativo, ri de todo mundo que acha que a dignidade da criança e dos seres humanos, de um modo geral, merece ter prioridade em relação ao direito de intimidade ou de privacidade, eventualmente, de um criminoso desse naipe.

E aí, quando a gente defende o usuário lícito, a gente tem que pensar também na consequência de, eventualmente, estar defendendo o direito de um agressor sexual.

Então, são essas colocações que eu acho que são pertinentes. O último ponto apenas é que eu não acho, a colega, a Dra. Priscila comentou e outros também comentaram em relação à questão da morosidade do Poder Judiciário, eu não acho que a morosidade seja

do Poder Judiciário em si, a morosidade é do sistema. Então, no caso, quando a gente é obrigado a pedir, a gente recebe a notícia, tem que representar para o juiz, o juiz tem que ouvir o Ministério Público, o Ministério Público devolve para o juiz, o juiz pede para o provedor de serviço, recebe de volta, manda para a autoridade policial, que novamente vai ter que fazer o mesmo caminho para poder obter o *log*, é óbvio que esse sistema é que está impedindo que se tenha o dado e se inicie a investigação, porque, na verdade, a investigação só vai iniciar depois que eu tiver o local de onde a conexão partiu. Eu não vou começar o inquérito policial sem saber qual é a circunscrição, qual foi a cidade em que o agressor sexual estava praticando o delito.

Então, se eu não tenho esse dado logo, a tendência é que o **log** de serviço que obtenha em seis meses, depois o de conexão em mais seis meses, e aí, um ano depois, quando a gente conseguir instaurar o inquérito para fazer um levantamento preliminar, para em seguida fazer uma representação por busca e entrar na casa do sujeito, certamente, se não tiver perdido o dado, a chance de pegá-lo é muito pequena. E isso me parece que o sistema é que contribui exatamente para que se tenha impunidade, para que as pessoas se sintam tranquilas, se sintam à vontade para cometer o delito, porque, estatisticamente, ele sabe que a minoria vai ser pega, porque a maioria vai se sair, em razão do decurso do tempo, não por culpa do Poder Judiciário, mas por culpa desse sistema burocrático, que não existe nos países que já perceberam a necessidade de se ter um sistema célere de Justiça.

Então, eram essas as colocações que eu tinha para fazer e, mais uma vez, eu agradeço a oportunidade de poder participar desse debate, que eu acho que é importantíssimo.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Senador, obrigado. Eu acho que eu vou começar respondendo ao Senador que questionou, agora há pouco, a questão que foi noticiada pela mídia, de uma empresa de comunicação que supostamente estaria interceptando as comunicações.

Eu não tive acesso ao caso, apenas pelos jornais e pelo relatório agora, mas, aparentemente, a situação é de uma empresa que intercepta as comunicações dos usuários e filtra e busca seus dados todos de acesso para oferecer publicidade.

Esse é o tipo de preocupação que a gente busca combater no marco civil, ou seja, o direito de intimidade e privacidade talvez não sejam tão importantes ou fundamentais a ponto, num conflito com o direito de integridade física, moral, espiritual de crianças e adolescentes, nesse caso.

Então, tanto que enseja uma ordem judicial para busca de informações sobre quem foi ou um caso como tantos vocês já vivenciaram, infelizmente, são os frutos amargos, o sofrimento e a dor do que acontece nesta CPI.

Por outro lado, a gente percebe e nota, numa situação como essa, como esses direitos de personalidade, de intimidade, de privacidade também são direitos importantes e fundamentais. Ou seja, ninguém deveria, sem a expressa autorização de um usuário, ninguém deveria, sem minha expressa autorização, ter informações sobre minhas comunicações telefônicas, sobre minhas comunicações telemáticas, sobre minhas preferências, salvo que eu consinta ou salvo que um juiz decida expressamente que, por um motivo de extrema relevância, alguém pode ter acesso a isso.

A privatização desse acesso, interceptação à comunicação é algo muito preocupante, é algo, inclusive, que existe uma cláusula expressa no marco civil a esse respeito, que tenta vedar esse tipo de atitude.

Então, tranquilizando talvez um pouco o Senador José Nery, nós temos, sim, a preocupação expressa, no marco civil, de evitar que esse tipo de interceptação privada de comunicações de terceiros aconteça, ainda mais para finalidades comerciais e ainda mais sem o consentimento prévio.

Então, é um dos temas, é um dos tópicos no debate, é, senador, como eu vinha falando começo, das outras esferas, naquilo que ultrapassa o crime, mas que diz respeito aos direitos dos usuários é um dos direitos que a gente quer preservar e é um dos direitos que está claramente colocado para o qual eu peço a atenção de vocês; se eu não me engano, é o Parágrafo Único do art. 9º da minuta; obviamente, com as mudanças todas, vai denunciar de ser isso, mas está lá.

Uma preocupação reiterada que eu vi em algumas – e aí já começando a responder ao Dr. Stenio, mas também respondendo em parte ao Dr. André e ao Dr. Sobral, um das preocupações reiteradas que eu vi foi a preocupação de: “Olha, o fato de você prever uma isenção de responsabilidade nos preocupa, porque essa isenção de responsabilidade civil pode ter reflexos no Direito Penal e, mais do que isso, ela pode prejudicar uma remoção imediata de conteúdo de algo que, sem dúvida, é ilícito e está causando mal a várias pessoas”.

Essa preocupação procede, em parte, e eu vou tentar explicar por quê. Em primeiro lugar, originariamente, não era essa nossa intenção, nossa intenção é regular o Direito Civil. A gente pensou muito mais na ofensa moral, no dono moral, naquela linha ténue entre a opinião que gera um dano moral ou um crime de injúria, de calúnia e difamação do que num ilícito

flagrante, numa foto de pedopornografia ou qualquer coisa nesse sentido.

Então, nossa intuição é na redação inicial, e eu até acho que a redação proposta pela Polícia Federal faz algum sentido, no seu espírito, talvez mereça alguns ajustes de redação, mas, no espírito, ela faz muito sentido, a gente parte de algumas premissas, primeiro, aquilo que é claramente ilícito, um: o próprio hospedeiro daquele portal teria a faculdade, se não o poder e dever de remover também, naquilo que chega ao ilícito penal, embora isso não esteja claro, eu concordo com vocês, e a ideia de ser uma minuta, um rascunho é justamente a gente aperfeiçoar, a gente ter uma redação que seja completada pela visão qualificada e, aqui, estamos num fórum muito qualificado para isso.

Então, o pensamento zero é: o poder e/ou o poder e dever estaria, sim, sempre na mão do provedor, isso não seria retirado, talvez valesse explicitar e talvez valesse a pena deixar mais claro ou por meio de parágrafo ou de alguma alteração. Isso ainda está aberto.

Em segundo lugar, isso não chegaria, era nossa intenção inicial, à esfera penal. Então, acabaria, sim, uma regulação penal. A proposta aqui e da Polícia Federal, no sentido de que uma ordem da Polícia Federal ou uma ordem ministerial fosse o bastante para isso, me parece bastante sensata, e aí eu trago o outro lado do debate. Qual foi nossa preocupação e que dilemas a gente enfrentou e que posições divergentes a gente enfrentou com relação à remoção de conteúdo?

O grande barulho, a grande preocupação da sociedade diz respeito, nesse aspecto, quando não se está dizendo do lado criminal, diz respeito à liberdade de expressão. Se qualquer pessoa tiver o poder de instigar ou proibir ou obrigar alguém a retirar um conteúdo, a gente cria um problema, que é o problema da liberdade de expressão e um risco muito grave de abusos. Uma empresa não vai admitir críticas contra si, vai querer que todo mundo tire do ar, ou, então, um provedor, um intermediário, um “blogueiro”, um portal vai ser instituído de funções jurisdicionais, porque ele vai ter que decidir e julgar em nome do Judiciário, em substituição às autoridades, sejam ministeriais, sejam policiais, que têm, em tese, algum poder de polícia ou de instauração de inquérito ou de promoção aí de uma ação penal ou mesmo de decisão, no Processo Penal, a esse respeito.

Então, essa decisão me parece acertada ou me parece coerente, me parece criativa e agradeço e eu acho que o processo, se aberto, faz com que isso venha a público e que a gente publique e que venham contribuições, muitas vezes pró e contra, para que a gente aperfeiçoe, para que a gente possa chegar a um ponto.

Em particular, me parece acertado, porque ela começa a resolver esse dilema. Se, por um lado, qualquer um tem poderes para pedir que qualquer conteúdo seja removido, é uma afronta à liberdade de expressão, esperar sempre o Judiciário para qualquer remoção é você criar um prejuízo que a gente não quer que seja criado, é perpetuar um dano que, muitas vezes, já é irreparável. E, nesse dilema de quem tem poderes para tal, determinar, talvez estender, além do Judiciário, que só aja quando provocado, também como uma medida cautelar ou como uma medida cautelatória ao Ministério Público e à autoridade judicial, me parece, em princípio, uma medida coerente.

É um tema que eu pretendo levar ainda mais a debate, tanto nos debates públicos para colher informações da sociedade como um todo e posições contrárias e tudo o mais, e, no âmbito do *blog*, que é uma coisa que eu acho que vale a pena a gente divulgar como uma solução possível, como um terceiro caminho para ser mais discutido, mas me parece bastante sensato e já é um sinal de que essa construção é coletiva.

Aí eu queria tocar num segundo ponto, o Dr. Stenio colocou, que é a dificuldade que se tem de ter uma compreensão única da internet. Nisso eu concordo plenamente com o senhor, e aí, nessa dificuldade, discordo no resultado. E aí eu acho que a solução para isso está no método. Minha compreensão da internet é incompleta, embora eu trabalhe com o assunto de direito à internet há mais de 10 anos; a de cada um de nós é limitada, mas a internet nos ensinou uma coisa, que é o poder da construção coletiva do conhecimento. Então, se a internet não é apenas uma fatia, uma fatia civil, que ignora criminal, a criminal, que ignora civil, uma fatia de consumidor, que ignora a regulatória de telecomunicações, ou da de dados pessoais, que ignora a importância do *marketing on-line*, é justamente num ambiente onde todas essas possam conviver e discutir, e os argumentos de uma serem contrapostos pelo da outra que existe a chance de a gente cometer menos esse erro de ter uma visão única.

Então, nosso processo inteiro, eu concordo plenamente contigo, no sentido de que não dá para querer enxergar a internet com um olho só, pelo contrário, eu acho que são necessários, até um momento, foram 120 mil olhos, tivemos 60 mil acessos. Nem todos se manifestaram, nem todos comentaram, nem todos criticaram e nem todos contribuíram, mas eu acho que é fundamental, e aí, se ninguém tem a verdade absoluta e se sempre existir um outro lado, quanto mais pessoas estiverem lá vendo cada um desses lados, mais a gente tem um sistema coerente, mas a gente tem uma lei que represente a sociedade, inclusive em seus conflitos, porque o direito serve para isso, para

resolver conflito, e a lei é uma tentativa de criar uma regra para o caminho, mas a decisão final está no Judiciário, inclusive conflitos de princípios, inclusive conflitos de valores.

E aí, então, eu acho que a gente está, sim, num caminho no qual estamos tentando ver todos os lados. Quisemos, e aí coloco como uma opção mesmo do Ministério da Justiça, de começar o debate, não foi de ignorar a seara penal, pelo contrário, assim como não ignoramos a propriedade intelectual, assim como não ignoramos regulamento de telecomunicações, consumidor, dados cadastrais, Spam, PL 29 ou todos os outros, o arcabouço a respeito. O que a gente pensou foi o seguinte: para, inclusive, evitar abusos como esse, relatados pelo Senador José Nery, é necessário começar talvez pela natureza da internet e pela garantia dos direitos e plugar, com *plugins*, mesmo, o complemento a partir disso.

Entendo a questão penal, a questão criminal, sobretudo a pedofilia por meio da internet ou a pornografia por meio da internet como uma questão imprescindível em valor fundamental que precisa ser combatido. Acho que a gente precisa só garantir que o excesso de cuidado nisso não seja tão exagerado, a ponto de prejudicar os demais benefícios da internet, inclusive na promoção da educação, na conscientização, na estruturação da família, para evitar que os desajustes aconteçam e por aí vai.

Então, nossa função, nesse processo, reitero mais uma vez, é a de medidor de um debate social de altíssima relevância, para qual cremos na participação de vocês.

Com relação, por fim, um último ponto, a questão da harmonização internacional, essa acho que vale até uma informação. Tivemos, recentemente, em Salvador, um congresso internacional da UNODC, que é organização da ONU, voltada para combate a drogas e crime. Nessa reunião de Salvador, de uma semana, Congresso Internacional de Salvador, de lá saiu um carta de Salvador, o Governo brasileiro hospedando o evento e patrocinando, na qual saiu como proposição, que veio a ser referendada pela Comissão de Crimes da ONU e vai ser levada ao Conselho de Segurança, no seguinte sentido: o Brasil, junto com o G77, junto com outros países que não aderiram à Convenção de Budapeste pedem e determinam a instalação de um Comitê de Especialistas Internacional para analisar os caminhos de uma possível convenção e para analisar a situação existente e buscar uma nova convenção que reflita os interesses de todas as nações, na cooperação internacional e no combate ao crime na rede.

Então, embora tenhamos Budapeste, para o Governo Brasileiro, para o G77 e para a ONU esse não é

necessariamente o caminho a ser seguido. É necessário, sim, concordo contigo que é necessária uma harmonização internacional. O foco na cooperação internacional, com efetividade e com respeito a direitos é imprescindível, eu acho que deve ser a tônica, junto com harmonização de tipos penais mínimos, possivelmente, e é algo que está em construção, por um novo caminho, nesse momento. Talvez isso signifique alguns anos a mais, mas acredito que possa significar alguma efetividade ainda incremental, sobretudo no que diz respeito à proteção de direitos, a uma harmonização e a uma maior adesão e coerência.

Por fim, reitero, mais uma vez, acho que a gente tem muito a acrescentar e que os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito podem servir muito de subsídio para nosso processo.

Já tinha tido contato com alguns ou vários de vocês, ao longo desse processo, reitero o convite para que, caso queiram, além das contribuições que já foram recebidas, como, por exemplo, a da Polícia Federal, caso haja interesse em uma contribuição institucional, que consolide os entendimentos desta CPI, é de nosso interesse não só recebê-la, analisá-la e levá-la como uma das premissas do nosso debate da construção da minuta, como também publicá-la, divulgá-la e garantir que ela tenha o maior acesso possível e que ela venha ser conhecida e debatida pela sociedade como um todo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Concedo a palavra ao Dr. Silvio.

SR. SILVIO CASTRO CERQUEIRA: Boa-tarde a todos. Eu gostaria, primeiramente, de agradecer a oportunidade de estar aqui neste evento que é histórico, de uma importância ímpar.

Todos os tópicos que foram tratados aqui já pelo Dr. André, a Dra. Priscila, o Dr. Sobral, o Dr. Stenio já acho que resumem os aspectos que efetivamente preocupam a investigação de crime ou de fatos de interesse social que acontecem pela internet.

Eu gostaria só de acrescentar, sobre as questões de entendimento jurisprudenciais, a respeito do envio do fornecimento de dados cadastrais, a decisão no *habeas corpus* 83.338-DF do STJ, que já diz que não há necessidade de ordem judicial para fornecimento dessas informações para investigação criminal.

Já que os aspectos qualitativos foram bem tratados, muito bem abordados, eu gostaria de contribuir com quantitativos. Primeiro sobre ocorrências de crimes praticados via internet, no Distrito Federal apenas. No ano de 2009, nós tivemos 848 registros só de crimes praticados via internet no Distrito Federal, que é um número 22% maior do que o que foi registrado

em 2008, e olhe que estamos começando a fazer esse tipo de registro.

Dentre eles, predominam: estelionato, furto mediante fraude, difamação e injúria, nessa ordem. Está ok? A DICAT, o órgão onde trabalho, ela é uma unidade de apoio às investigações das demais unidades da Polícia Civil. Então, não temos conhecimento de todos os casos que são registrados no DF, porque, muitas vezes, a própria delegacia resolve por lá.

Ainda assim, só agora, no ano de 2010, nós já tivemos a oportunidade de expedir 266 relatórios, são trabalhos concluídos, e ainda estamos com outros 50 em andamento. Desses que já foram concluídos, 11, especificamente, dizem respeito à análise de conteúdo de mídias das mais diversas sobre pornografia infantil.

Cada investigação ou cada trabalho investigativo da DICAT dura em média 60 dias, porque nós somos um órgão de apoio, como já disse. Ainda assim...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se chegar até a DICAT--

SR. SILVIO CASTRO CERQUEIRA: Naturalmente, naturalmente, precisa chegar à DICAT, mas, quando chega, nós levamos cerca de 60 dias para entregar o resultado às delegacias, e isso inclui respostas dos diversos provedores de serviços e acesso à internet, a quem nós questionamos por ofícios.

Nesses casos, as respostas nos chegam entre 25 e 30 dias. Eu gostaria de exemplar com quatro casos, por exemplo, a NET, provedora de acesso à internet, nos respondeu, isso considerando a data do documento e data de despacho da resposta, 21 dias, dizendo que os dados estão todos preservados, aguardando ordem judicial para fornecimento.

A GVT nos respondeu, dizendo que não pode nos responder nada sem ordem judicial, por questão de sigilo constitucional.

Outro provedor de conteúdo de internet nos deu todas as informações cadastrais de uma conta de e-mail que foi criada em 2009, inclusive o endereço IP de criação da conta, e disse que quaisquer registros referentes a futuros acessos ou posteriores acessos a essa conta somente mediante ordem judicial, mas já temos aqui um ponto de partida.

E a IG nos respondeu também negativamente, dizendo que depende de ordem judicial qualquer informação, alegando diversos tópicos de lei, inclusive nossa própria Constituição.

Pois bem, esses elementos já nos mostram o que imediatismo da ação não pode depender de ordem judicial para obtermos informações que são essenciais para os primeiros passos para fazer uma investigação.

Bom, nesses 25, 30 dias que nós temos para obter qualquer tipo de resposta diretamente de provedores, via Judiciário, 120 dias, em média, isso para obtenção da primeira resposta, por exemplo, oficiar a Google para que nos diga os endereços de IP dos acessos à determinada conta, depois, mais 120 dias para que os donos daqueles endereços IP, que são os provedores de acesso, nos digam quem eram os responsáveis. Temos aí quantos? São 240 dias. Já está a investigação comprometida por decurso de prazo, ainda mais se considerarmos os seis meses de preservação de lotes.

Isso são médias. Nós tivemos um caso onde um pedido nosso, que envolvia uma ofensa à honra do filho de uma autoridade do DF, que é bem relacionada no Judiciário, no Ministério Público, levou cinco dias para que nós tivéssemos em mãos, desde a data da apresentação da representação, uma ordem do juiz para ser enviada à provedora. Recebemos a resposta da provedora e, depois, que não houve mais a intervenção do familiar, outros 120 dias para esperar a resposta da provedora; nesses casos, nos seis meses, daria resposta; fora disso, não.

Outro caso, também, no outro lado da lista, é um trabalho que nós começamos na DICAT ainda em 2008, no início do ano, e que a delegacia deu continuidade, e, agora, recentemente, eu soube, agora, mês passado, saiu a decisão do juiz, determinando à provedora de serviço que informe os endereços IP de acesso à conta. Dois anos para sabermos quais os endereços IP que acessaram determinada conta. Certo?

Bom, e, ainda assim, se nós precisarmos de ordem judicial para cada caso de investigação que envolve internet, e note-se que todo caso desses depende de pelo menos uma representação, nós teríamos as 311 representações ao juiz, só no caso da DICAT, mais 848 representações no ano passado, só dos casos envolvendo internet, sem falar daqueles outros que já são tradicionais. Isso inviabiliza o trabalho.

São essas as colocações que eu gostaria de fazer, também, e somando à questão de abrangência de quem deve preservar logs, porque os órgãos públicos também precisam ser obrigados. Nós temos empresas responsáveis pelo fornecimento de serviços de tecnologia da informação ao Estado que não sabem de nada. Tivemos casos em que foram frustradas as investigações, porque a empresa que deveria fazer o controle dos acessos não sabia nem qual órgão que usou determinado IP, e, dali, chegar ao usuário, esquece. Está certo?

Então, são aspectos que... Me coloco à disposição para debater posteriormente, para não delongar mais aqui e novamente agradeço a oportunidade.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Para comentar e oferecer seus esclarecimentos finais, volto a palavra ao Dr. Guilherme Almeida e, se possível, talvez seria importante, dentro desse conjunto de propostas que podem contribuir para oferecer um projeto para o marco civil da internet, escutamos o senhor reiterar mais de uma vez a necessidade de que a CPI possa colaborar e se manifestar, porém nós tivemos, aqui, a oportunidade de ouvir considerações, proposições bastante fundamentadas, de todos os participantes, aos quais agradeço, ao Dr. Carlos Eduardo Sobral, que já se ausentou, ao Dr. Silvio, que acaba de se manifestar, representando aqui a Polícia Civil do Distrito Federal, à Dra. Priscila Costa, coordenadora do Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal de São Paulo, ao Dr. André Ubaldino, Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, ao Sr. Stenio Santos Sousa, colaborador da Polícia Federal e colaborador dos trabalhos desta CPI.

Gostaria de, verificada a possibilidade, de que essas contribuições, além daquela já formulada pela Polícia Federal e já entregue ao Ministério da Justiça e nos entregue aqui, saber se o formato dessa participação mais direta de CPI seria enviando ao Ministério da Justiça o conteúdo do debate aqui apresentado e, se houver outras formas que propiciem a participação mais efetiva das diversas instituições e da sociedade civil na formulação dessas proposições, para compor o marco regulatório do marco civil da internet, no caso, sirvam a esse propósito de ampliação da participação dos mais diversos setores na construção de um projeto que responda aos mais legítimos anseios da sociedade e, sobretudo, dos princípios constitucionais, que, com a omissão desse marco, pode estar cotidianamente sendo transgredido, em razão dos direitos fundamentais previstos.

Hoje, assistimos aí ao cidadão indefeso, sem poder contrapor, sem ter instrumentos que possam assegurar-lhe seus direitos fundamentais, quando envolvido ilegalmente, onde se fala de abuso ou de difamação ou qualquer, ou algo do tipo.

Então, ao Sr. Guilherme Almeida, para suas observações e considerações finais.

SR. GUILHERME ALMEIDA: Obrigado, senador.

Desde já eu reitero o compromisso nosso de publicar qualquer contribuição, eu acho que a síntese deste debate, a transcrição deste debate é, com a riqueza dos argumentos das exposições, pode ser uma melhor solução, não sei se existe transcrição em vídeo, mas a gente tem também total interesse de tê-la ou em áudio e de publicá-la, já peço à Mesa ou aos auxiliares que encaminhem, eventualmente, as gravações em vídeo, em

áudio ou as transcrições taquigráficas para que a gente possa publicar também e amplificar esse debate.

Vou comentar e tentar encerrar, comentar a intervenção do Dr. Silvio e uma conclusão, e aí eu queria puxar para um ponto, até uma sugestão a esta comissão. Me parece, a gente tem aí um dilema, que a gente tem que tomar alguma decisão a respeito da natureza dos dados cadastrais/dados pessoais. Essa é uma questão, se forem só dados cadastrais, em princípio, podem ser requisitados, se forem dados pessoais, inicialmente, precisaria de uma ordem judicial. É um pouco esse o dilema que pode emperrar e atrapalhar as investigações.

Mas aí, pensando numa solução possível, ainda que sejam dados pessoais, seja necessária uma ordem judicial, me vem à cabeça o caso da penhora *on-line*. O sistema bancário, com certeza, é informatizado e centralizado, o sistema de provedores não necessariamente, mas jogo à reflexão desta comissão a seguinte lógica: partimos aqui, no texto do marco civil, embora ainda esteja em discussão, que o fornecimento de dados pessoais, seja do acesso, seja da conexão, seja do provedor, seja de quem for, depende de uma ordem judicial, e o dilema que vocês me apresentaram e o problema que vocês me apresentaram é: o sistema que permite isso é tão moroso, que isso prejudica a prestação jurisdicional, gera um dano irreparável a uma criança ou a um adolescente que pode, eventualmente, ter sido molestado, gera um prejuízo.

O Senador Romeu Tuma apresentou mudanças no Processo Penal, no debate, e talvez seja, até num nível com pequenas alterações legais, mais algo a se cogitar ou a se desenhar ou a se pensar nos prós e contras, como um debate mesmo aberto, que eu acho que esse é o espaço para isso, de pensar em algum mecanismo que garanta a esse processo, que vamos combinar que estamos lidando com provedores de informação que usam a internet. Então, e de informações que estão originalmente registradas em meio eletrônico e que fluem de um lado para o outro ainda por meio do papel, de correios ou de portadores ou do fax.

Criar um sistema no qual não se precisa da garantia da decisão judicial para autorizar tal finalidade, mas garantindo uma informatização e uma automatização, no qual uma ordem judicial, que é um "OK" num terminal de um juiz, num processo automatizado, implica um envio automático, numa coleta automática de informação num banco de dados, numa remessa automática à autoridade competente, eu acho que é uma forma inteligente de preservar as garantias individuais, preservar o devido processo legal, o contraditório e gerar uma celeridade impressionante no processo.

Se o senhor, no momento em que solicita, ainda que eletronicamente para o Judiciário, tivesse, no dia

seguinte, na sua máquina, eu acredito que seis meses seriam até demais; talvez não, mas a dúvida é, e aí fica para o debate nesta comissão, me comprometo a ajudar a contribuir nesse debate, acho que participam desse debate também provedores de serviço de informação, provedores de serviço de conexão, mas um mecanismo semelhante ou análogo a essa penhora *on-line* seria viável? Essa...

Assim, pensando em caminhos alternativos, me comprometo a pensar no dilema de dados cadastrais e dados pessoais, mas forneço também, como contraproposta, como solução viável e possível, pensarmos em mantermos, sim, as garantias, só usarmos a celeridade da tecnologia que nos é familiar para dar mais celeridade e ajudar nessa revolução também do combate à pedofilia, também do combate ao crime organizado, também sem prejuízo a garantias fundamentais.

Era essa minha contribuição final. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço a participação e a contribuição de todos os nossos convidados, torcendo e desejando que o debate aqui realizado, no âmbito desta Audiência Pública, numa Sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crime de pedofilia, bem como a relação desses crimes com o crime organizado, registrar que, além da tarefa da atribuição da investigação em si dos crimes, temos acompanhado e investigado, não só aqui na Comissão do Senado, mas nas diversas audiências e oitivas que fizemos em quase todos os estados brasileiros.

Esta comissão também tem o objetivo de contribuir para aprimorar nossa legislação, em todos os aspectos que digam respeito à possibilidade real de o Estado Brasileiro e mecanismos jurídicos combater, prevenir os crimes de violação de direitos de crianças e adolescentes e, no caso aqui debatido, o marco, o novo marco legal, o marco civil para a internet, com a amplitude que a questão prevê, é a garantia de direitos fundamentais para os cidadãos e as cidadãs brasileiras, de forma mais ampla.

Portanto, agradecer a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 17h33.

Senador **Magno Malta**, Presidente da Comissão.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Eпитácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Minoria-DEM - Alfredo Cotait* (S)
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Bezerra* (S)
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo prorrogado: 11/11/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ^(1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽⁷⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. José Nery (PSOL-PA) ^(2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁸⁾	
PTB	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
6. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
9. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
10. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
 - *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
 - ** . Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
 - ***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
 - ****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.
 - *****. Prorrogado até 22.12.2010 através do Requerimento nº 872, de 2010, lido em 10.11.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁷⁾	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

*** Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

**** Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

***** Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

***** Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO ⁽⁴⁾
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
 6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
 7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) (3)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)

Senador Valdir Raupp (PMDB) (2)

PTB

VAGO (4)

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
 5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO
SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES**

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

**9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS
DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que reforma o Código de Processo Penal.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: VAGO ⁽⁸⁾

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

VAGO ⁽⁷⁾

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³
REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: VAGO ⁽⁴⁾

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
 4. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
 5. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- *. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 33033511

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,94,104)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,105)	4. Ideli Salvatti (PT) ^(36,106,113,121,122)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,95)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59,110)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,97,98)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69,117,120)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) ^(1,60,108,116)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(43,102,103,118,119)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
VAGO ^(52,107,111,114,123)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Bezerra (DEM) ^(5,45,109,115)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (OF. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
105. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG)
106. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
112. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 110/2010)
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
119. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
120. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
121. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
122. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 070/10-GLDBAG).
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32,107,113,120,121)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,94,102)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,111,115)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80,101,118,119)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,110)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,93,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
VAGO (46,108,112,114,123)	4. José Bezerra (DEM) (4,40,109,116)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66,100,105,106,122)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).
119. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 069/10-GLDBAG).
122. Em 22.10.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 072/10-GLPSDB).
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
VAGO ^(8,18)	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. n° 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB n° 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) ^(11,17,19)	2. VAGO ^(2,9,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(6,14,15)	1. VAGO ^(3,21)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹²⁾

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
- Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
- Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
- Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
- Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
- Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
- Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
- O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) ^(5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Shessarenko (PT) (31,75,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,38)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,34,116)
Eduardo Suplicy (PT) (31)	3. Marcelo Crivella (PRB) (39)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,30,74)
Ideli Salvatti (PT) (31,111,113,120,121)	5. César Borges (PR) (32,44)
Tião Viana (PT) (36,44,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,35,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (58,67)
Almeida Lima (PMDB) (57,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (59,66,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (61,68,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (56,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,68)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,69,76,101,104)
Valter Pereira (PMDB) (3,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (45,60,63)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,65,103,105)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,68,115,119)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (50)	1. Efraim Morais (DEM) (42)
Demóstenes Torres (DEM) (47)	2. Adelmir Santana (DEM) (41)
Jayme Campos (DEM) (43,82,85,97,98)	3. VAGO (51,110,117,118,123)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Bezerra (DEM) (4,52,112,114)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (48)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,49)
Alvaro Dias (PSDB) (28,71)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (27)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,72,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (24,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,73,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO (40,122)	1. Gim Argello (46,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
27. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
31. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
36. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
40. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
44. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
45. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
48. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
51. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of.13/10-GLDBAG).
101. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
102. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
104. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello(OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 20.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 066/2010-GLDBAG).
122. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
VAGO (4)	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (92,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (31,81,89,91,94)	1. VAGO (1,36,107)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (31,126)	2. Gim Argello (PTB) (37,96,101)
Fátima Cleide (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,34)
Paulo Paim (PT) (31,47,66)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (30,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (38,76,78,80,96,116,120,132,133)	6. João Ribeiro (PR) (30,71)
VAGO (35,85,86,87,98,100,109)	7. Marina Silva (PV) (30,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (56)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,57,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (54,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
VAGO (64,108,127,130)	4. Neuto De Conto (PMDB) (58,125,129)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (62)
VAGO (5,9,61,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,63,118)
VAGO (53,65)	7. VAGO (59,110)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4,50,115,119,121,135)	1. Gilberto Goellner (DEM) (48,113,114,128,131)
Marco Maciel (DEM) (40)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,41)	3. Jayme Campos (DEM) (46,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (42)	4. Efraim Morais (DEM) (52)
João Faustino (PSDB) (13,49,117,122,123,124)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,44)
Adelmir Santana (DEM) (45)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (26)	7. Cícero Lucena (PSDB) (29,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (22,93)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (28,68,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (24)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,51)	1. João Vicente Claudino (51)
VAGO (51,134)	2. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
92. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
101. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
108. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
109. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
110. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
115. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
119. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
120. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
121. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 54/10-GLPSDB).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
124. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
125. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
126. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
127. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 124/2010).
128. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
129. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
130. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
131. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
132. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
133. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 067/10-GLDBAG).
134. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
135. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (7,16,23,25)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,17)	2. Flávio Arns (PSDB) (16,17,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,20)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (15)	3. VAGO (14)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,13)
Marco Maciel (DEM) (10)	2. VAGO (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (9,18)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,11)
PDT	
Cristovam Buarque (7,12)	1. VAGO (12)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
25. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão de Educação, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
 2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
 5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
 6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
 7. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (22)	1. Fátima Cleide (PT) (21)
Marina Silva (PV) (7,22,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (24,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (20)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (26)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (38,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Hélio Costa (PMDB) (38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,39)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (32,61,62,64,65)	1. Adelmir Santana (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,34,63)
Heráclito Fortes (DEM) (30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,28)
Eliseu Resende (DEM) (35)	4. Jayme Campos (DEM) (9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,33)	1. Sérgio Zambiasi (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
65. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(5,12,15)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(10,16)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ^(13,14,17,18)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
 11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 14. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
 15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
 16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
 17. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
 18. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- ** . Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: VAGO ^(2,11,13)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
- Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
- Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
13. Vago em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM, de 11.05.10).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- ** . Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

- Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).
 - Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.
- ** . Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,74)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,77)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Bezerra (DEM) (2,25,78,81)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. João Faustino (PSDB) (16,47,60,62,79)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
74. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
77. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
78. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,95,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (22,41,50,72,106)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,94,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) (4,101,102)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. João Faustino (PSDB) (23,27,56,100,103,104,105)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Alfredo Cotait (DEM) (53,78,79,80,107,108)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. GSALFN n° 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. n° 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 036/2010-GLDBAG).
100. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos n°s 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
101. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
102. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 105/2010).
103. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. n° 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
104. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de suplente ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. N° 051/10-GLDEM).
105. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. n° 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
106. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
107. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
108. Em 03.11.2010, o Senador Alfredo Cotait é designado membro suplente do Democratas na Comissão (Of. n° 66/2010-GLDEM).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (11)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ^(2,7)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18,90,92,98,99)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94,97)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87,88,95,96)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofizio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
96. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
97. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
98. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
99. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 065/10-GLDBAG).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58,67,72)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (26)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,28)
Serys Shlessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
Majoria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (38,48,55,57,68,70)	1. VAGO (43,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,46)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (44)	4. Gerson Camata (PMDB) (42,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Bezerra (DEM) (33,65,66)	1. Gilberto Goellner (DEM) (35,63,64,69,71)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (17)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (21)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,18,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (19,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
19. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
70. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
71. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
72. Em 06.10.2010, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 79/2010-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(22,71)
VAGO ^(23,62,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,19)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(21,32,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(20,60,61,63,64)
César Borges (PR) ^(18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(2,11,35,44,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(36,45)
Neuto De Conto (PMDB) ^(37,40,86,89)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(38,47)
Gerson Camata (PMDB) ^(43,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(39,42)
Valter Pereira (PMDB) ^(34,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) ^(41,48,82,84)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ^(26,77,79,88,90)	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,33)
José Bezerra (DEM) ^(27,80,85)	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³¹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁸⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,24)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) ^(25,81)
João Faustino (PSDB) ^(13,53,56,65,66,83)	5. Mário Couto (PSDB) ^(16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(14,55)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹²⁾
PTB ⁽⁵⁾	
VAGO ^(9,29,91)	1. Sérgio Zambiasi ^(29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (OF. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
82. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).
84. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 111/2010).
85. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
89. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
90. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
91. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) ^(13,14)	2. VAGO ^(6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. n° 221/2009-GSEJUN).
6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. n° 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. n° 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento n° 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. N° 037/10-GLDEM).
12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos n°s 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
14. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1° 10.2010 (OF. INT. GSNC n° 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. VAGO (2)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) (63,78)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,69)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,65,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (38,64,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (37,46)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,73,74,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28,70,71,79,80)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Bezerra (DEM) (6,12,24,75,77)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,47)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
65. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)
70. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
74. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
75. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
80. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
VAGO ^(1,2)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/10/2010

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO ⁽³⁾		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
VAGO ⁽¹⁵⁾		2. Ideli Salvatti (PT-SC) ^(16,19)	
VAGO ⁽¹⁾		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁸⁾		4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)	
Maioria (PMDB, PP)			
VAGO ⁽¹⁴⁾		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾	
VAGO ⁽¹⁷⁾		4. VAGO ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)			
VAGO ⁽⁹⁾		1. VAGO ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹²⁾		2. VAGO ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽¹¹⁾		3. VAGO ⁽⁸⁾	
VAGO ⁽⁷⁾		4. VAGO ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁷⁾		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
PDT			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO (/) ⁽²⁰⁾			

Atualização: 26/10/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJIRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
15. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.
19. A Senadora Ideli Salvatti reassumiu o mandato em 06.10.2010, conforme Of. 047/2010-GSISAL, lido na sessão de 06.10.2010 e publicado na mesma data.
20. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephem Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezzelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (13 titulares e 13 suplentes)
 (Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
 Presidente:
 Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
 Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁷
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
Vago ¹⁸	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM) ^{6 16}
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTI ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 05.08.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br www.camara.gov.br/mercosul

1 Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

2 Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

3 Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

4 Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

5 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

6 O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

7 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/Inº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

8 Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

9 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

10 Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/Inº 12, de 28.01.2009.

11 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/Inº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

12 Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data

13 O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

14 Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

15 Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

16 O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

17 O Senador Neuto De Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, a partir de 5-8-2010.

18 Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma em 26-10-2010.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

**Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul**

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49**



Edição de hoje: 174 páginas

OS: 2010/15221